

ENTREVISTA: HELMUT BOSSERT, ESPECIALISTA EM RI

RI

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

www.revistaRI.com.br

EM PAUTA

LIVES

SERÃO O 'NOVO NORMAL'
NO BALANÇO DE RESULTADOS?

por MELISSA ANGELINI

METAVERSO & MERCADO DE CAPITAIS

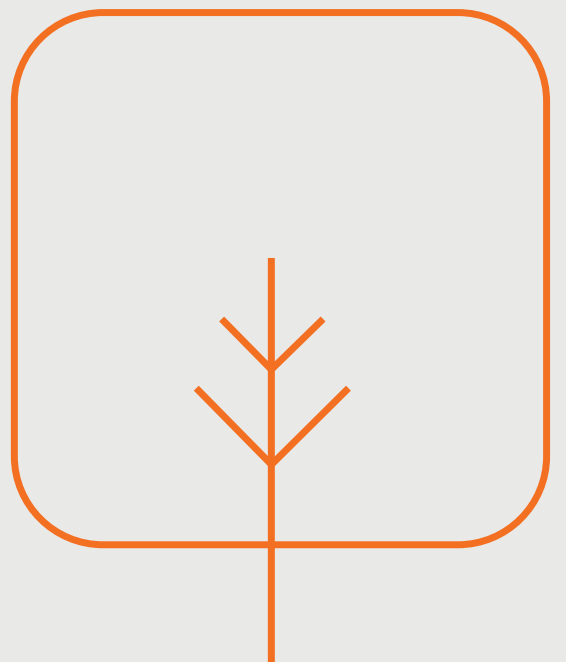
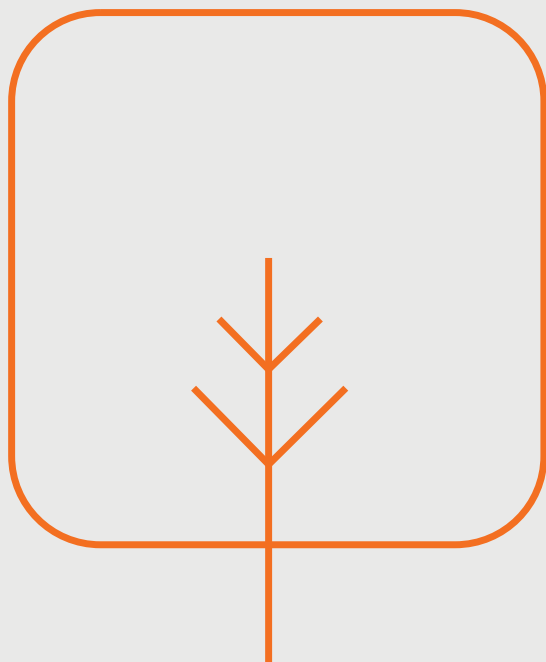
O Mercado de Capitais começa a desbravar o Metaverso. Em junho houve uma Assembleia Geral de Acionistas, com direito a diversos avatares, promovida pela espanhola Iberdrola e, em março, a CVM e o Sebrae Minas realizaram o evento “Metaversos e NFTs: O Futuro da Educação e das Finanças”, com o objetivo de apresentar a utilização do metaverso para desenvolvimento da educação financeira, trazendo à pauta as tendências que surgem no meio tecnológico.

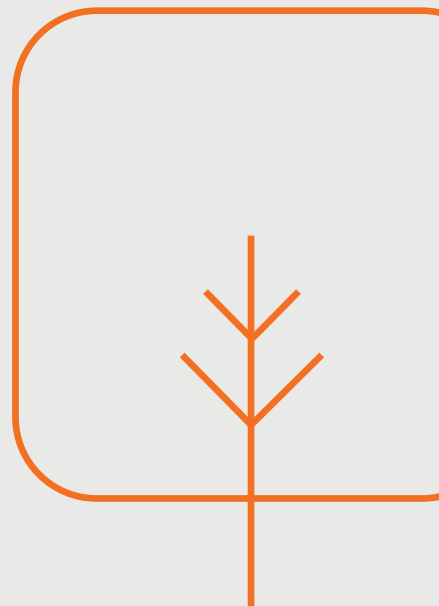
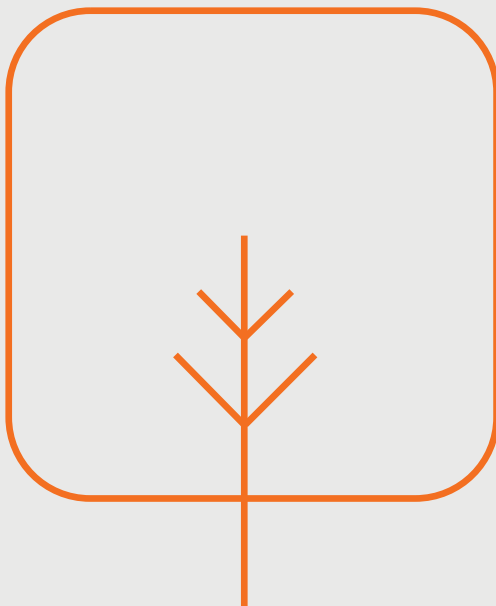
por NELSON TUCCI

n° 263
AGO 2022



**_HUB ESG.
Encontrando
soluções
para o desafio da
descarbonização.**





O Cubo, do Itaú, está lançando o **HUB ESG**. Um hub de inovação em ESG e em iniciativas de descarbonização que será referência das melhores práticas empresariais do país.

O HUB ESG é dirigido especialmente a empresas que buscam conexões e soluções inovadoras e querem investir com conhecimento sobre um tema que é fundamental para o futuro das próximas gerações.

No HUB ESG, sua empresa vai se conectar com as inovações da área, eventos mensais para aprofundamento de conteúdos técnicos, networking constante com diversos agentes do ecossistema ESG. E, acima de tudo, vai se conectar com soluções.

Startups, empresas, aceleradoras e fundos vão estar presentes no HUB ESG.
Só faltam você e sua empresa.



_feito
com
você.

RI

nº 263 • Agosto 2022



06 Ponto de vista

Lives serão o novo normal no Balanço de Resultados?

POR MELISSA ANGELINI

08 Orquestra Societária

Entrevista:

Helmut Bossert,
Conselheiro e Especialista em RI

POR CIDA HESS E MÔNICA BRANDÃO

16 Em Pauta

Metaverso & Mercado de Capitais

POR NELSON TUCCI

28 Gestão de Riscos

O Conselho de Administração e os modelos de negócio em Plataforma

POR ALEXANDRE OLIVEIRA

32 Relações com Investidores

Conferência Anual NIRI 2022 focou em ESG, tecnologia e Investidores pessoa física

POR FABIANE GOLDSTEIN

36 Governança

Programas de Integridade

POR ADRIANA DE ANDRADE SOLÉ

42 Enfoque

25 anos da Lei de Arbitragem e o papel da Câmara de Arbitragem do Mercado

POR ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA

48 IBGC Comunica

Lei das Estatais: ameaças de alteração na Lei colocam em xeque planos do Brasil de ingressar na OCDE

POR IBGC

50 Espaço APIMEC Brasil

A importância da criação do ISSB para a análise de investimentos

POR VANIA BORGERTH

56 Forum ABRASCA

Criação do CBPS: um grande passo para normatizar a divulgação de práticas ASG no Brasil

POR EDUARDO LUCANO DA PONTE

58 Educação Financeira

Dinheiro & Felicidade

POR JURANDIR SELL MACEDO

63 IBRI Notícias

23º. Encontro de RI debate a Digitalização do Mercado e o impacto ESG para os RIs

POR JENNIFER ALMEIDA

87 Opinião

O Metaverso vem aí... e está mais próximo do que você imagina

POR MAURO INAGAKI



REVISTA RI®

É uma publicação mensal da IMF Editora Ltda.

Av. Erasmo Braga, 227 - sala 511

20020-000 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2240-4347

ri@imf.com.br

www.revistaRI.com.br

Publisher e Diretor Editorial: Ronnie Nogueira | **Presidente do Conselho:** Ronaldo A. da Frota Nogueira (1938-2017)

Conselho Editorial: Antônio Castro, Edison Arisa, Eduarda La Rocque, Fábio Henrique de Sousa Coelho, Hélio Garcia, Jurandir Macedo, Marcelo Mesquita, Ricardo Amorim, Roberto Teixeira da Costa e Thomás Tosta de Sá

Projeto Gráfico: DuatDesign

Os artigos aqui publicados não pretendem induzir a nenhuma modalidade de investimento. Os dados e reportagens são apurados com todo o rigor, porém não devem ser considerados perfeitos e acima de falhas involuntárias. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. É proibida a reprodução desse volume, ou parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem a autorização prévia e expressa da IMF Editora.

PRINTER +

SOLUÇÕES INTEGRADAS COM AGILIDADE, EXPERTISE E TECNOLOGIA

A forte estrutura da **Luz Capital Markets** conta com uma equipe sênior e avançada tecnologia, e a experiência em comunicação financeira permite oferecer serviços completos para sua empresa.

Ofertas Públicas - IPO, Follow-on, Fundos de Investimento, Fiagro, Debêntures, CRI e CRA
Formulário de Referência, FCA, ITR, DFP e ICG

Serviços de RI

Data Room Venue® **DFIN**

Atendimento 24 horas

Por isso, somos mais que Printer!

Geramos soluções completas em comunicação financeira.



www.luzcm.com.br



deca.com.br

f /DecaOficial

DETAIL



// Cuba Slim Retangular

40 cm

50 cm

60 cm



Tecnologia Smart Block

DECA

Design para
ver e viver.

QUE TAL UM NOVO VISUAL?
CORTAR A FRANJA SEM SE
PREOCUPAR COM ENTUPIR A
CUBA PARECE UM DETALHE, MAS
NA VERDADE É DETALHISMO.

Novas Cubas Slim.

Criadas para surpreender em
cada detalhe. Tudo pensado
para transformar a sua
experiência de ver e viver o
design no dia a dia.

H I S M O



É O
QUE FAZ
A DECA
SER
A DECA.

/ Borda fina

/ Escoamento ideal

/ Esmalte Protekto

LIVES

SERÃO O 'NOVO NORMAL' NO BALANÇO DE RESULTADOS?

Não é de hoje que a tecnologia vem transformando positivamente o mercado de capitais brasileiro, com ferramentas que agilizam e facilitam o dia a dia de profissionais do setor e de investidores. A pandemia de Covid-19 acabou por acelerar esse processo, e temos visto um movimento de empresas no sentido de oferecerem formatos diferentes para a divulgação de seus balanços trimestrais.

por **MELISSA ANGELINI**

Se no passado os encontros presenciais limitavam o acesso de interessados para algumas dezenas de pessoas, não é errado dizer que os tradicionais calls via telefone, usando apenas áudio, também não estão explorando o potencial de publicização dos balanços empresariais. Essa discussão tem se tornado cada vez mais relevante na área de RI.

A tecnologia tem sido fundamental para que as empresas mantenham a transparência e comunicação com os acionistas, jornalistas e outros interessados em acompanhar o desempenho dos balanços trimestrais, ao mesmo tempo em que cumprem seus compromissos de governança com os órgãos reguladores. O mundo das “lives” e o “novo normal” também chegou ao mercado de RI.

Um estudo divulgado no começo deste ano pelo MZ Group, líder global em disponibilizar tecnologias e criar plataformas para a divulgação de resultados, mostra que a CVM registrou 736 comunicações de “lives” para manter os investidores e os principais atores do mercado, informados sobre seus balanços, fatos relevantes e outros anúncios de governança. Esse número foi 316% superior ao registrado em 2020.

O pico de reuniões virtuais com vídeo foi entre agosto e setembro. O MZ Group também registrou que o número de reuniões públicas via videoconferência vem aumentando a cada trimestre. De acordo com o último estudo da empresa, mais de 43% das teleconferências realizadas no terceiro trimestre de 2021 foram realizadas no formato vídeo.

A pesquisa mostra ainda que os Diretores Presidentes das empresas foram os que mais participaram das “lives” (mais da metade delas), seguidos pelos Executivos de RI, e os CFOs. Essa informação aponta outra tendência importante, a de que o mercado de RI está pedindo também profissionais mais preparados na comunicação dos balanços, com características de porta-voz e treinamentos de mídia, capazes de passar segurança quando são questionados ao vivo.

Entre a vanguarda no uso de tecnologias como essas no RI nacional estão GOL, Petrobras, Carrefour, CSN e Riachuelo.

Os tradicionais roadshows e non deal roadshows (NDR), por exemplo, deixaram o corpo-a-corpo entre executivos e investidores, para serem agora virtuais. Inclusive, muitos IPOs foram realizados completamente de maneira virtual. Mesmo com o potencial fim da pandemia, devemos continuar utilizando o vídeo para diversas interações.

É verdade que nada substitui o encontro presencial, especialmente na hora de discutir estratégia e passar a mensagem da transparência, um dos motivos pelos quais essas tecnologias só passaram a ser usadas a partir da pandemia, mesmo estando disponíveis há anos. Mas é fato que a tecnologia abre outras ofertas, como a de poder rever os vídeos, ou assisti-los depois do evento, sem o habitual transtorno de ter de se deslocar em um mundo em que o home-office chegou para ficar, e ainda de maximizar o tempo dos executivos.

Por outro lado, não há mais espaço para executivos de RI que falam difícil. Tanto executivos como investidores contam com inúmeras possibilidades além dos vídeos, webinars e lives com especialistas. Os acionistas têm agora à disposição canais de diálogo e ferramentas que antes não existiam. Imaginemos um mercado de capitais sem fóruns de discussão, sem grupos de WhatsApp ou de Telegram. Desde essa perspectiva, a tecnologia amplia o networking e oferece mais segurança ao poder fazer consultas e resolver dúvidas por tantos canais.

Uma comunicação virtual permite que investidores que tinham problemas para se deslocar até as reuniões presenciais ou dificuldade para se expressar em público tenham acesso às informações, abrindo ainda mais o espaço para mais gente interessada em entrar no mercado.

A tecnologia no mercado de capitais já está gerando um boom de investidores “Pessoa Física” no Brasil, uma tendência que vem evoluindo há cinco anos. Para constar,

eram 814 mil investidores em 2018 que atingiram a impressionante marca de 5 milhões de CPFs registrados pela B3 este ano, sendo que esse número é ainda ínfimo se considerarmos o tamanho da população brasileira. Todos sabemos que, hoje, basta ter um celular à mão para investir.

A tecnologia e o avanço das comunicações a partir das redes sociais também tem permitido chegar a potenciais investidores com educação financeira, através de vídeos curtos, como Stories ou o Reels, e informações mais diretas e simplificadas. Todos esses canais estão disponíveis em modernos websites dedicados de RI, onde é possível encontrar de forma organizada e objetiva todos os documentos, balanços e informações de fatos relevantes.

Os principais eventos do mercado, como o encontro anual do IBRI, do NIRI e do IBGC, por exemplo, também tiveram suas versões virtuais, ou híbridas, assim como as assembleias, que passaram a ser digitais. E assim como aconteceu na maioria das áreas, os órgãos reguladores precisaram agir para se adaptar e evitar que a máquina do mercado de capitais parasse.

Além de criar uma comunicação de conexão direta entre empresas e investidores, a interação criada pela tecnologia oferece mais credibilidade e transparência, humaniza a comunicação e reforça uma imagem positiva da companhia, interessada em manter o diálogo e oferecer os detalhes de seus balanços, democratizando assim a informação para o mercado.

Por isso, está claro que cada vez mais acionistas vão exigir o uso de recursos visuais na divulgação de balanços e que cada vez mais empresas vão aderir às lives - em detrimento dos calls por áudio. Neste novo nível de maturidade do mercado de investimentos e do segmento de RI, ganha mais quem conseguir fazer seu conteúdo chegar aos investidores de forma mais didática, dinâmica, transparente e, principalmente, abrangente. **RI**



MELISSA ANGELINI
é Diretora de RI da Procaps Group.
mangelini@procapsgroup.com

A portrait of Helmut Bossert, an older man with grey hair, wearing black-rimmed glasses, a white collared shirt, and a dark suit jacket. He is smiling slightly and looking towards the camera. The background is plain white.

Helmut BOSSERT

Conselheiro e Especialista em RI

Inteligência em Relações com Investidores: com **ESG** e outras ferramentas de alto nível

Na presente edição, prosseguimos com a pausa técnica em nosso projeto *ESG: uma partitura que está sendo escrita*, cuja retomada está prevista para a edição 265 (Outubro/2022), com entrevistas inéditas de Conselheiras de Administração altamente qualificadas. Lembramos aos leitores de que o projeto citado prevê 12 entrevistas, sendo que quatro foram realizadas na primeira fase do projeto, divulgada nas edições 258 a 261. A todos recomendamos grande atenção às entrevistas com as conselheiras **Olga Stankevicius Colpo**, **Cátia Tokoro**, **Deborah Patrícia Wright** e **Eliane Aleixo Lustosa**, tendo em vista as contribuições preciosas das entrevistadas sobre governança corporativa, sustentabilidade e ESG, entre outros temas de relevo. De forma conectada ao projeto supracitado, nesta edição, entrevistamos **Helmut Bossert**, Conselheiro Consultivo e mentor de aceleração de empresas, Relações com Investidores, ESG e IPO na BlendON. Anteriormente, foi o executivo responsável pela área de RI da Natura desde sua abertura de capital, em 2004, tendo coordenado o *follow on*, ocorrido em 2009. Atuou como *corporate officer* no Banco de Investimentos Unibanco, tendo também desempenhado as funções de *sales officer*, na área internacional, *portfolio manager* e analista de investimentos no mesmo banco.

por **CIDA HESS** e **MÔNICA BRANDÃO**

Helmut Bossert é graduado em Economia pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP) e Mestre em Finanças pela mesma Instituição. Ademais, cursou Mercado de Capitais na Universidade de São Paulo (USP), em nível de pós-graduação, com extensão na New York University (NYU). Com vasta experiência executiva internacional na interlocução com investidores e outros públicos stakeholders, é grande defensor da adoção de práticas avançadas de RI, baseadas em ferramentas inteligentes e com potencial para intensificar a aplicação da ferramenta ESG nas empresas.

Esta é a nossa segunda entrevista com **Helmut Bossert**, por nós brevemente entrevistado na edição 197 (Outubro/2015), com foco em Relações com Investidores. Naquela oportunidade, Helmut defendeu a ideia de ampliação dessas relações, por meio da dilatação ou alargamento do canal de comunicação entre a Alta Administração das empresas e o mercado investidor. Para explicar sua visão sobre como isso se daria, ele então usou a metáfora do stent, correspondente ao conjunto de ferramentas inteligentes que, se aplicadas por uma área de RI, criaria um canal ampliado, com grandes benefícios para a empresa e seus investidores.

Esta nova entrevista, mais longa, foi realizada no dia 12 de julho último, virtualmente, de São Paulo, Belo Horizonte e Conceição do Rio Verde, em Minas Gerais, onde uma de nós se encontrava. De maneira didática e com grande simpatia, Helmut Bossert retomou a ideia do stent, enfatizando a evolução do tema sustentabilidade na agenda das empresas ao longo de cerca de sete anos. Afinal, quando a primeira entrevista foi por nós realizada em 2015, o ESG ainda não tinha o vigor atual no ambiente corporativo e nos mercados de capitais. Todavia, a caminhada é extensa, ainda há muito por fazer acontecer, conforme enfatiza o especialista.

Os leitores poderão verificar que o nosso entrevistado, um dos mais importantes pensadores sobre RI do nosso País, discorre sobre IPO's, pós-IPO's, processos empresariais críticos, canal de relacionamento empresa-mercado, stent,

ferramentas inteligentes, ESG, profissionais e equipes de RI de alto impacto e outros tópicos muito relevantes. Esta é uma entrevista imperdível para os interessados no desenvolvimento de relações com investidores, com foco em alta qualidade e resultados superiores. Acompanhe a entrevista.

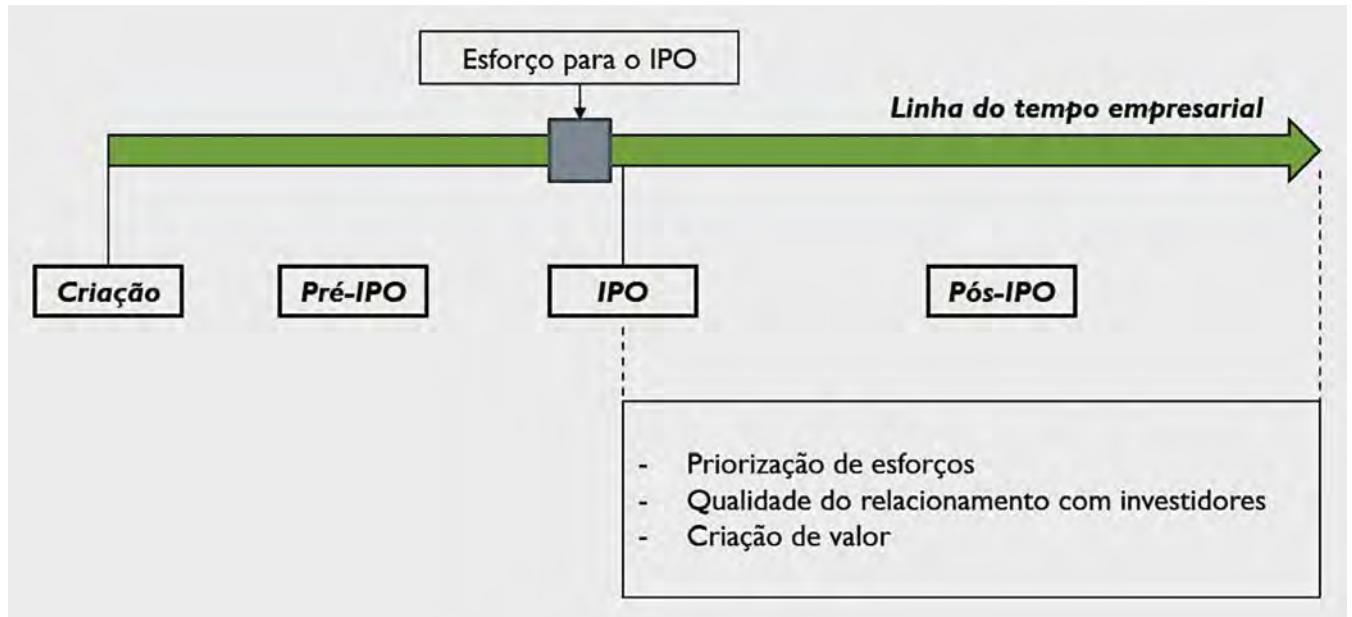
RI: Uma abertura de capital (Initial Public Offering - IPO) pode ser considerada um dos mais relevantes turning points na história de uma empresa. Como o senhor avalia o relacionamento com investidores pouco após um IPO e, posteriormente, com a passagem do tempo?

Helmut Bossert: Esta é uma importante pergunta, cuja resposta nos leva a refletir não apenas sobre o IPO, sobre o qual muito se tem escrito, mas também sobre o pós-IPO, que deve merecer grande atenção dos líderes empresariais. A abertura de capital de uma empresa resulta de um esforço intenso, exaustivo, sendo um ponto de mutação que implica mudanças profundas no pensar e agir de sócios e líderes. Com a abertura de capital, a organização e seus representantes, em vários níveis, terão que se relacionar com novos acionistas, entre brasileiros e estrangeiros, com visões muito diferentes entre si. A meu ver, para que o trabalho dos profissionais de RI seja realmente bem-sucedido no pós-IPO, em bases sólidas, é necessário atender a três requisitos concomitantes, representados na figura ao lado e aqui explicados.

1) **Priorização de esforços** – cultivar relacionamentos com profissionais do mercado de capitais deve ser feito de maneira racionalizada. É possível estabelecer, por meio de estudos específicos, uma *segmentação* e uma *escala de prioridades*, definindo de que forma distintos segmentos de acionistas serão tratados. É importante preparar as mensagens para cada segmento, atendendo a todos, com respeito, ética e equidade, entendida esta última não como igualdade, mas como proporcionalidade.

2) **Qualidade do relacionamento com investidores** – é fundamental ter um *plano de ação*, com iniciativas que, após algum tempo, se tornarão rotinas. Afinal, se durante o período de IPO os agentes do mercado estarão com seus olhos voltados para a empresa, com o passar do tempo, o interesse poderá decrescer substancialmente. O volume de negociações poderá cair, o que se refletirá indesejavelmente no valor da empresa: o valor de mercado não refletirá adequadamente seu valor econômico. Quais ações serão contempladas no plano mencionado? Todas aquelas reconhecidas como importantes para a nova realidade.

A construção de um pós-IPO bem-sucedido



3) **Criação de Valor** – esta é uma expressão usada por investidores dos mercados de capitais. A empresa é uma história iniciada com a sua criação e que precisa seguir, preferencialmente, com sucesso. Os dirigentes empresariais que quiserem manter vivo o interesse dos investidores, por realmente compreenderem que isso agrega valor econômico e de mercado, devem seguir com a narrativa da *evolução empresarial*, das *conquistas*, e também de *erros* por vezes cometidos. Engana-se quem pensa que reconhecer erros é, necessariamente, algo negativo na visão de investidores. Adicionalmente, a criação de valor se tornou revestida de outras exigências, relacionadas ao meio ambiente, aos empregados e às comunidades.

Penso que de maneira planejada, é possível criar *confiança* entre os variados agentes do mercado, com foco na criação de valor, a qual certamente requer uma boa operacionalização de vários processos empresariais. E acredito que o tripé priorização-qualidade-criação de valor resume o que se deve considerar após um IPO, tanto no momento inicial quanto a posteriori. Esse tripé vale tanto para as empresas com longa vivência no mercado de capitais quanto para aquelas que acabaram de abrir o seu capital.

RI: Com foco na criação de valor e sob o prisma da estratégia, em sua visão, o que os investidores (sócios) de uma empresa esperam?

Helmut Bossert: O processo de gestão estratégica deve ser dinâmico, atento às variáveis dos contextos interno (forças

e fraquezas) e externo (riscos e oportunidades). Além disso, é necessário que talentosos planejadores empresariais reflitam sobre as receitas futuras, pois investidores buscam crescimento, receitas e dividendos; o que não é trivial, especialmente em contextos de retração econômica. A busca de excelência operacional é um *modus operandi* permanente, sendo preciso estratégias de crescimento para erigir futuros promissores. Ademais, é necessário atuar com variáveis-chave e métricas (KPI's) relacionadas ao êxito das estratégias (e lembro que o crescimento, as receitas decorrentes e os dividendos integram essas métricas). ESG é algo que pode e deve ser agregado à gestão estratégica, pois a sustentabilidade é, cada vez mais, demandada por investidores. Por fim, é preciso fazer entregas de valor aos investidores, mesmo que paulatinas. É desagradável para quem investe constatar que aquele investimento previsto, realmente promissor, de alguns milhões ou bilhões de reais, não foi realizado; ou então, que foi pouco realizado. Resumindo: os investidores esperam gestão estratégica dinâmica, crescimento, receitas, dividendos e outros KPI's, com entregas efetivas; e vêm demandado crescentemente uma aplicação séria da ferramenta ESG.

RI: Sob o prisma de finanças, o que esses investidores desejam ver, além de bons resultados?

Helmut Bossert: O processo de gestão econômico-financeira deve ter procedimentos consistentes com a transparência, operacionalizados por profissionais preparados. Cumpre explicar como os números evoluíram e as razões profundas

ORQUESTRA SOCIETÁRIA

dessa evolução. Por quê a receita caiu ou subiu x% acima da inflação? E as despesas e os investimentos? O que existe por trás desses movimentos? A política de dividendos é algo que merece especial atenção. O que reside por trás dos dividendos pagos? Lucros realmente consistentes? Endividamento? Esta segunda não parece ser uma boa política. E quanto ao custo de capital da empresa, como ele tem se comportado? E o valor de mercado? Não pretendemos explorar aqui detalhadamente as variáveis econômico-financeiras críticas das empresas, mas chamar a atenção sobre sua importância para os investidores e a para a boa governança corporativa, um dos vértices de ESG. Em termos financeiros, elas refletem o desempenho passado e, em boa medida, sinalizam a sustentabilidade financeira dos negócios e o futuro. Podemos sintetizar tudo isso em: transparência, administração profissionalizada, explicações aprofundadas dos números-chave e de seus movimentos, entendimento verdadeiro da realidade econômico-financeira empresarial e um esforço importante de bom Management Discussion and Analysis (MD&A), isto é, reporte financeiro de elevada qualidade.

RI: Considerando o prisma dos riscos: quais expectativas os investidores têm?

Helmut Bossert: A gestão de riscos deve focalizar pontos críticos presentes e ameaças presentes e futuras, sob o ângulo dos investidores; neste ponto, a questão da sustentabilidade retorna. Os dirigentes organizacionais necessitam ter e transmitir clareza aos investidores sobre recursos que não se mostram sustentáveis a longo prazo. Assim sendo, é pertinente responder a perguntas como: os produtos da empresa são realmente sustentáveis? Seus insumos correm riscos relevantes? Reservas minerais são sustentáveis? E quanto ao seu possível esgotamento, como no caso de minas exploradas? É factível reciclar? É preciso ter em mente que a sustentabilidade reside dentro do produto. Que a gestão de pessoas faz parte desse produto. E que ESG não é um movimento transitório, ainda que no futuro, venha a evoluir para outros formatos e siglas. ESG é um movimento em evolução, ainda existe um bom percurso a ser trilhado nas empresas. Em suma, entendo que a gestão de riscos deve abranger o entendimento de pontos críticos e ameaças, bem como uma visão de sustentabilidade dentro do produto, incluindo-se aqui não apenas a questão dos recursos, que podem se esgotar, mas também da gestão de pessoas.

RI: Focalizando, neste ponto, o relacionamento com investidores, e retornando ao tripé priorização-qualidade-criação de valor, o que o senhor destacaria como expectativas dos investidores?



A gestão de riscos deve focalizar pontos críticos presentes e ameaças presentes e futuras, sob o ângulo dos investidores; neste ponto, a questão da sustentabilidade retorna. Os dirigentes organizacionais necessitam ter e transmitir clareza aos investidores sobre recursos que não se mostram sustentáveis a longo prazo. Assim sendo, é pertinente responder a perguntas como: os produtos da empresa são realmente sustentáveis?



Helmut Bossert: No que tange à priorização dos investidores, aqueles que usam ferramentas mais detalhadas de trabalho tendem a requerer mais informações da empresa; ao mesmo tempo, eles terão alto potencial para ajudar a Alta Administração, com o seu conhecimento e percepções. Considerando, em segundo lugar, a qualidade do relacionamento com investidores, um bom plano de ação é absolutamente necessário, pois seu interesse pode cair substancialmente, conforme dito. Eles somente darão atenção à empresa se perceberem um bom trabalho de RI, focado em seus interesses. Ressalto que no detalhamento do plano citado, é preciso considerar a priorização previamente adotada. Já com respeito a criação de valor, enfatizo alguns pontos importantes: 1) uma boa história tende a emergir quando os processos empresariais favorecem a criação de valor; 2) existem restrições legais à informação e o risco da concorrência, mas a divulgação de informações pode ter uma política que sinalize as grandes linhas da estratégia e mesmo, com os

devidos cuidados, informações sobre projetos importantes; 3) é preciso relatar aos investidores, com a prudência requerida, essas informações, bem como as mudanças de rotas e os novos planos empresariais; 4) ao mesmo tempo, é preciso coerência entre o que se informa e o que o investidor visualiza, pois as percepções de que não se diz a verdade e de baixa transparência implicam menos valor de mercado; e, 5) é preciso bom domínio de técnicas de comunicação; investidores valorizam a boa comunicação.

RI: Buscando uma visão abrangente desses quatro processos antes destacados – gestão estratégica, econômico-financeira, de riscos e de relações com investidores – como eles reforçam o tripé priorização-qualidade-criação de valor?

Helmut Bossert: Primeiramente, tanto esses quatro processos empresariais (sem perder de vista outros também muito relevantes) quanto o tripé em questão estão orientados à criação de valor de maneira sustentável, raciocinando mais amplamente; assim sendo, o reforço é mútuo. Ênfase também que governança, gestão de pessoas e sustentabilidade perpassam todos os quatro processos e que ESG é algo demandado por investidores, conforme dito. Cumpre, ainda, reconhecer que não é possível evitar erros, pois seres humanos erram, mas quando associamos processos empresariais robustos e o tripé, ampliamos a prevenção de erros e melhoramos o tratamento de suas consequências. E criamos as condições para um trabalho de RI realmente de alto impacto, o que será potencializado por ferramentas inteligentes, que dilatam o canal de comunicação entre a Alta Administração e o mercado investidor, tornando-o melhor para todos.

RI: Como lidar com erros, quando os sistemas de recompensas das empresas são, na realidade prática, construídos sobre o seu oposto, ou seja, sobre acertos?

Helmut Bossert: De fato, temos que reconhecer: os sistemas de recompensas premiam resultados positivos. Independentemente dessa constatação, seres humanos não têm apreço pelo reconhecimento de erros e isto também deve ser humanamente compreendido. Seres humanos erram, não há como ser diferente, mas reconhecer o erro publicamente não deixa de ser difícil e, por vezes, doloroso. Todavia, a verdade é que os investidores apreciam a verdade. E eles valorizam em muito grande medida a coerência entre o dizer e o fazer. A incoerência pode ter custo substancialmente elevado: perda de confiança, seguida da perda de valor econômico e de mercado. Vale lembrar: se o tratamento de erros está conectado a uma atuação profissionalizada, está, também, relacionado

à cultura organizacional. É preciso que os líderes reflitam sobre a cultura que desejam criar, se haverá razoável tolerância a erros, já que somos humanos. Gosto de citar o investidor Warren Buffett que, por vezes, em suas mensagens ao mercado investidor, tem reconhecido erros na gestão de ativos de grande monta por ele comandada. Pode-se argumentar que os seus grandes acertos o credenciam a também errar; entretanto, na administração de grandes portfólios de investimentos, erros podem significar perdas de alguns bilhões de reais ou de outra moeda que se considere. Citamos este exemplo para mostrar que é possível relatar erros de governança e gestão das empresas, mas sem perder de vista que a questão do erro é sensível nas organizações empresariais.

RI: Aproveitamos este ponto para uma provocação: o senhor enfatiza a importância da criação de valor e destaca o crescimento. Ao mesmo tempo, ressalta a importância da sustentabilidade e de ESG. Se todas as organizações empresariais buscarem juntas o crescimento, o Planeta suportará?

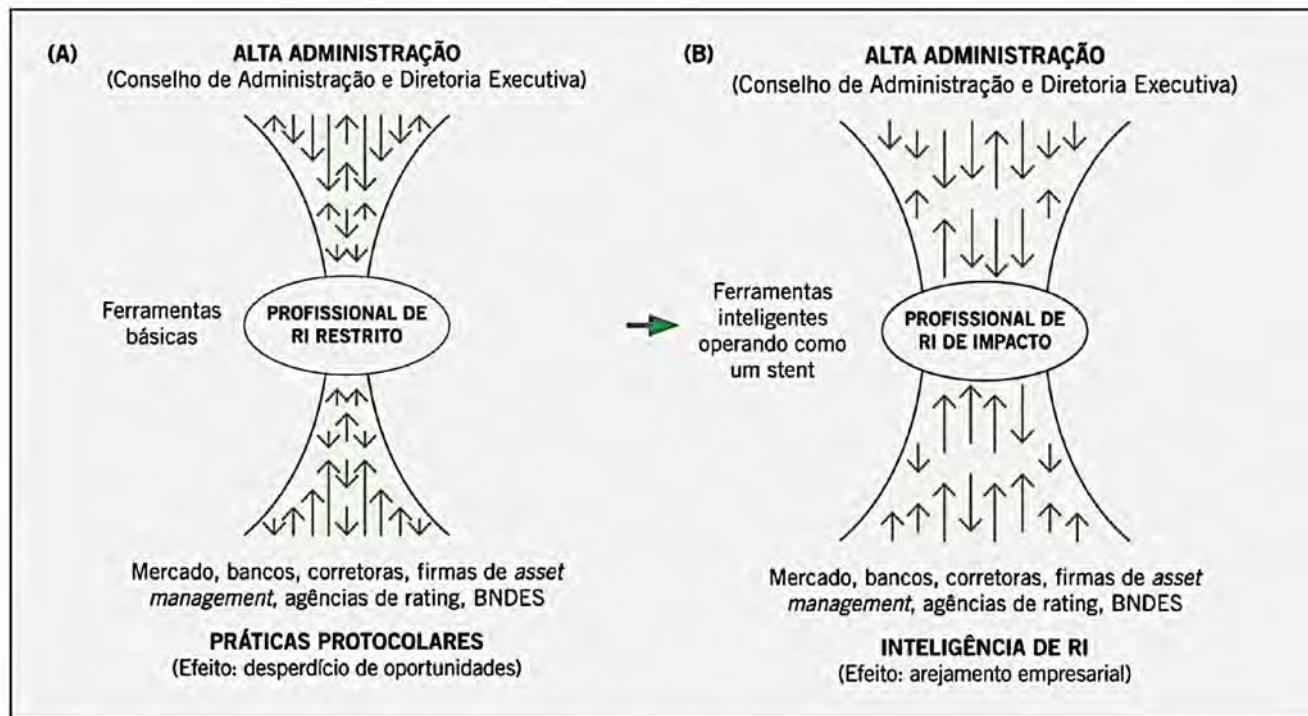
Helmut Bossert: Esta é uma pergunta extremamente difícil de ser respondida, com alto risco de erro e chutes! Acho que o nosso Planeta tem muito espaço para empresas que cresçam com sustentação; parte muito grande da produção de bens é desnecessária, pois não atende ao básico: moradia, alimento, educação e segurança, por exemplo! A produção de armamentos em altos níveis é realmente necessária? Armamentos, na era primária, eram para sobrevivência; hoje, são para domínio! Transporte individual é outra questão complicada, mas existem perspectivas interessantes; a meu ver, alternativas de uso compartilhado de veículos em curtas distâncias, por exemplo, podem otimizar o uso de recursos. Destaco que saúde, alimentação, educação e a segurança de populações carentes requerem uma cobertura protetiva do Estado; os produtos e serviços ligados a essa proteção deveriam ser priorizados, em prol da redução das desigualdades sociais. Enfim, para não me delongar demais e esticar a corda, correndo mais risco de erros, minha resposta é: sim, há espaço para empresas crescerem sem destruição do Planeta!

RI: Retomemos o conceito de *stent*, desenvolvido pelo senhor nesta Revista RI (edição 197, out/2015, figura a seguir): no estado atual da arte, quais ferramentas poderiam criar a dilatação ou alargamento do canal entre a Alta Administração e o mercado investidor? E como o *stent* contribui para o pós-IPO?

Helmut Bossert: Consideremos a figura a seguir que nos permitirá resgatar e melhor entender a ideia do *stent*.

ORQUESTRA SOCIETÁRIA

O canal de relacionamento Alta Administração-Mercado e o *stent*



Fonte: Estudos de Helmut Bossert.

Nota: As ferramentas inteligentes operam como um *stent*, dilatando o canal de informações, que é bidirecional, e favorecendo uma circulação informacional superior e com maior densidade de conteúdo.

Do lado esquerdo (A), representamos as ferramentas que os profissionais de relações com investidores, utilizam, em geral, no seu trabalho cotidiano, instrumentos tradicionais de suporte ao trabalho diário: 1) *website*; 2) releases de desempenho trimestrais (comentários); 3) *conference calls* (teleconferências); 4) *investor day* (dia do investidor); 5) assembleias; 6) programas de criação de liquidez; 7) informes ao custodiante; e, 8) outros. Já do lado direito (B) da figura, representamos ferramentas inteligentes, no sentido de mais sofisticadas, que exigem dos profissionais de RI habilidade e conhecimentos específicos. Essas ferramentas adicionais operariam, na prática, como um *stent*, dilatando o canal bilateral de informações entre a Alta Administração, o mercado investidor e outros players dos mercados financeiros. Entre as ferramentas relacionadas ao lado direito da figura, destacamos: 1) Programa de RI, detalhado e bem estruturado; 2) *Perception Study* (estudo de percepção de desempenho); 3) *Peer Analysis* (análise de competidores); 4) *Management, Discussion and Analysis* (MD&A); 5) *Client Relationship Management* (CRM); 6) *Non Deal Road Shows* (NDRS); 7) conferências montadas por bancos; 8) análise crítica da base acionária; 9) análise financeira (WACC, ROE, ROI, capital de giro etc); 10) programas de *targeting*, com opiniões da Alta Administração; 11) reuniões *one-on-one* (individuais); 12) *Environmental, Sustainability & Go-*

vernance (ESG) e 13) Inteligência Artificial. Essas ferramentas e outras que o futuro trouxer permitirão que RI, Alta Administração e investidores (acionistas) respirem o mesmo ar de uma boa gestão da empresa. Elas potencializam os interesses comuns entre estes atores nesta área de comunicação, criando condições para uma maior qualidade do relacionamento com investidores e ajudando a escrever uma história empresarial muito melhor. Seu uso adequado e disciplinado permite abrir um circuito de fluxo de informações, o qual resulta no arejamento da comunicação dentro da empresa, bem como entre a empresa e o mercado. O objetivo é levar a informação mais adequada ao mercado e trazer para dentro da empresa as críticas mais contributivas, ainda que contundentes. E destaco que cada ferramenta antes relacionada mereceria uma boa discussão.

RI: Sobre o *stent* e ESG: como os dois conceitos “conversam” entre si?

Helmut Bossert: ESG é um tema disseminado pelo Planeta, elevado ao patamar de “absolutamente necessário”, o que é correto, desde que se evitem práticas de *greenwashing*, que o mercado investidor abomina. ESG requer a identificação de KPIs que precisam ser medidos e acompanhados e isto é de

enorme importância para os processos de gestão estratégica, financeira, de riscos e de RI, já comentados, entre outros também importantes. Lembro que não basta ter protocolos, é necessária a comprovação de resultados; por meio de bons KPI's e de explicações verdadeiras sobre sua evolução e tendências, amplia-se a compreensão dos investidores sobre o quanto a empresa está, verdadeiramente, conectada com necessidades planetárias, a criação de produtos e o tratamento de seres humanos, em bases responsáveis. Aplicado com seriedade e sistematicamente, com disciplina, ESG dilata, necessariamente, o canal de comunicação Alta Administração-mercado. Dito isso, enfatizo minha visão de que ESG deveria ser considerado sob duas perspectivas: o produto e os profissionais da empresa. Abrange várias necessidades, como respeitar padrões éticos e de transparência que devem permear a condução de negócios, entregar produtos que não agridam a saúde física e mental de consumidores, utilizar matérias primas preferencialmente sem exauri-las e criar retornos financeiros para investidores. Estes são alguns dos quesitos associados a uma administração que crie valor de modo sustentável.

RI: As áreas de RI das sociedades por ações estariam aparelhadas atualmente para assumir novas responsabilidades? As ferramentas que compõem o stent poderiam ser compatibilizadas com uma agenda já intensa de relações com investidores?

Helmut Bossert: Não se está sugerindo ampliar, ou pelo menos ampliar substancialmente as atividades de RI, mas sua qualificação. Entendo que várias das ferramentas relacionadas anteriormente serão melhor operacionalizadas por outras áreas da estrutura da empresa. Aliás, as áreas de gestão estratégica e marketing poderiam absorver várias dessas ferramentas e atividades a elas relacionadas. As melhores empresas merecem as melhores ferramentas de trabalho. Aos profissionais de RI, caberia, em grande medida, estudar e entender as ferramentas, usando-as em benefício de suas atividades.

RI: Finalizando, como deve ser a preparação de um profissional de RI de alto nível?



CIDA HESS

é economista e contadora, especialista em finanças e estratégia, mestre em contábeis pela PUC SP, doutoranda pela UNIP/SP em Engenharia de Produção - e tem atuado como executiva e consultora de organizações.
cidahessparanhos@gmail.com



ESG requer a identificação de KPI's que precisam ser medidos e acompanhados e isto é de enorme importância para os processos de gestão estratégica, financeira, de riscos e de RI, já comentados, entre outros também importantes.



Helmut Bossert: A contratação de profissionais de RI experientes é difícil, existe carência desses especialistas no mercado. O profissional de RI necessita conhecer em profundidade os meandros da profissão, atendendo a requisitos como: 1) compreensão do ambiente do mercado de capitais e de seu funcionamento, no Brasil e no exterior; 2) preparo intelectual para análises sofisticadas; 3) capacidade de entender a linguagem das finanças e suas múltiplas variáveis; 4) conhecimento sobre contabilidade, finanças corporativas, valuation, precificação de empresas, alocação de capitais próprios e de terceiros, formação do custo de capital e os tradicionais múltiplos de mercado entre outros itens; 5) conhecimento sobre investidores, quem eles são, o que fazem e para quem fazem; 6) experiência em técnicas de comunicação de alto nível; e, 7) conhecimento da empresa, de maneira a responder a perguntas frequentemente capciosas de investidores e profissionais de investimento de distintos países. Nessa perspectiva, minha sugestão àquele que deseja ser profissional de RI é: estude, muito, sempre, não pare de aprender sobre o que acima indicamos. Acredito que com profissionais dessa natureza, as equipes de RI serão de alto impacto. **RI**



MÔNICA BRANDÃO

é engenheira, especialista em finanças e estratégia, mestre em administração pela PUC Minas e tem atuado como executiva e conselheira de organizações e como professora.
mbran2015@gmail.com

EM PAUTA

METAVERSO & MERCADO DE CAPITAIS



O Mercado de Capitais começa a desbravar o Metaverso.

No último mês de junho houve uma Assembleia Geral de Acionistas, com direito a diversos avatares (*bonequinhos caracterizados com os traços da pessoa que representa*), promovida pela espanhola Iberdrola e, em março último no Brasil, a CVM - em parceria com o SEBRAE-MG - realizou o evento “*Metaversos e NFTs: O Futuro da Educação e das Finanças*”, com o objetivo de apresentar a utilização do metaverso para desenvolvimento da educação financeira, além de trazer à pauta a importância de acompanhar as tendências que surgem no meio tecnológico. A ação fez parte da programação da 10ª edição da Global Money Week (GMW), campanha mundial anual que busca garantir que os jovens estejam financeiramente conscientes e, gradualmente, adquirindo conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões sólidas, alcançando o bem-estar e resiliência financeira.

por **NELSON TUCCI**

A propósito, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) abriu consulta junto à CVM para saber se há algum impeditivo às assembleias virtuais, incluindo o Metaverso, no país. Em março o regulador editou a Resolução 81/2022 dispondo sobre assembleia de acionistas e debenturistas, mas a Abrasca quer ter certeza em relação a todos os procedimentos virtuais. O Metaverso cresce e ninguém parece disposto a ficar de fora. De acordo com relatório do Citibank, divulgado pela imprensa especializada, até 2030 o Metaverso terá valor de mercado entre US\$ 8 trilhões e US\$ 13 trilhões.

“

De acordo com relatório do Citibank, divulgado pela imprensa especializada, até 2030 o Metaverso terá valor de mercado entre US\$ 8 trilhões e US\$ 13 trilhões.

”

O que é Metaverso?

“Metaverso” é a terminologia utilizada para indicar um tipo de mundo virtual que objetiva replicar a realidade através de dispositivos digitais. É um espaço coletivo e virtual compartilhado, constituído pela soma de “realidade virtual”, “realidade aumentada e “Internet”.

No início dos anos 90, Neal Stephenson cunhou pela primeira vez o termo “Metaverso” em seu romance de ficção científica, *Snow Crash*. Décadas depois, o investidor/analista da indústria **Matthew Ball** aumentou a conscientização sobre “Metaverso” em uma série de ensaios focados no presente/futuro da Epic Games (dona do Fortnite). Ambos os pensadores estabeleceram uma referência de temas que os investidores podem imaginar elementos-chave da indústria mudando da Web 2.0 para a Web 3.0. Grandes plataformas de tecnologia (que se beneficiaram do surgimento de aplicativos de computação móvel) agora olham para a realidade aumentada como a próxima mudança de plataforma de computação. Nessa linha, reposicionar as principais ofertas de consumidores/empresas para aplicativos de consumo de mídia em evolução, parece ser a próxima mudança lógica nos padrões de consumo que provavelmente impulsionará mudanças econômicas da unidade de plataforma e criará novos líderes, status entre os players do setor. Um aspecto interessante dessa evolução é a interconectividade de tal paisagem de computação e a possível erosão dos elementos do “jardim murado” da onda de computação móvel. Em-

bora ainda existam pontos de atrito importantes a serem resolvidos, como fator de forma de hardware (*especialmente curva de custo*), conectividade de banda larga e casos de uso de apelo em massa, a maioria dos investidores e operadores de tecnologia - provavelmente mais notável, é o foco de **Mark Zuckerberg** na Meta Platforms e na indústria de jogos em geral - são planejando e investindo na evolução da plataforma nessa direção. Nos últimos meses, o termo Metaverso começou a ganhar força logo após a listagem direta da Roblox em março de 2021 e, de forma mais significativa, viu níveis mais altos de interesse na pesquisa do Google durante a temporada de resultados do terceiro trimestre de 21, à medida que várias equipes de gerenciamento discutiam elementos de seus negócios no futuro Metaverso. Mais significativamente, a Meta Platforms (*anteriormente Facebook*) mudou seu nome para refletir a visão do CEO Mark Zuckerberg sobre o papel da Meta dentro do Metaverso. Dito isso, o termo assumiu muitas formas e definições com semelhanças e temas em torno de experiências virtuais, interoperabilidade, comunidade de criadores, imersão e muitos outros elementos.

Fonte: Relatório Goldman Sachs: *Estruturando o Futuro da Web 3.0 - edição: Metaverso* (Dez, 2021)

Para conhecer a real situação do Mercado de Capitais no Metaverso, a Revista RI escalou este repórter que criou um avatar adequado à situação. Do lendário Clark Kent (*dos gibis e telas de cinema*), o bonequinho tem apenas o espírito investigativo, dispensando o vetusto chapéu e fica longe de confundir kriptonita com criptoativos.

Desta jornada mista (com telefonemas, emails, vídeochamadas e WhatsApp), que durou alguns dias, restaram três convicções: 1) a plataforma *blockchain*, que armazena dados de transações em lotes (*tratados como blocos*), é segura; 2) as companhias, de uma forma geral, ainda não estão preparadas para atividades contínuas no ambiente virtual (*faltam investimentos e infraestrutura*); e 3) é preciso construir o caminho, desde já, uma vez que a tendência parece irreversível.

Por uma dessas coincidências da vida, soubemos que a advogada **Ana Paula Marques dos Reis**, experiente profissional com atuação junto ao mercado de capitais e uma das proponentes da consulta da Abrasca (*que utilizou os serviços da associada BMA Advogados junto à CVM*), também tem um avatar para suas incursões no Metaverso. Sempre atualizada, a sócia do BMA e VP da Comec - Comissão de Mercado de Capitais, da Abrasca, respondeu – no mundo real – sobre o ambiente virtual.

– A utilização do Metaverso está liberada para as companhias realizarem AGOs e AGes junto à base de acionistas? - perguntamos.

– Sim, é o que defendemos na consulta formulada à CVM.



NELSON TUCCI, Revista RI



ANA PAULA REIS, BMA Advogados

Acreditamos que o Metaverso cumpre com todos os requisitos mínimos exigidos pela Resolução CVM nº 81/2022 para ser considerado um sistema de votação eletrônico, podendo ser utilizado pelas companhias para realização de suas assembleias gerais – diz Ana Paula, acrescentando que a convocação dos acionistas para participarem de assembleias realizadas no Metaverso deve seguir todo o rito legal e regulamentar já aplicável às demais modalidades de assembleias.

Como a questão ainda é nova, reiteramos o aspecto da validade do Metaverso para fins legais relativamente às ações tomadas pelas corporações.

– Tudo o que ficar decidido tem legitimidade, e correspondência, no mundo real automaticamente? Ou será preciso uma validação a posteriori?

– Importante destacar que o Metaverso será apenas uma forma de participação. Assim, como já ocorre nas assembleias digitais realizadas por videoconferência, não haverá a necessidade de validação *a posteriori* – explica ela. Portanto, desde que observados todos os requisitos legais e regulamentares, as deliberações tomadas na assembleia realizada através de plataforma imersiva terá validade e produzirá efeitos.

Em relação à assembleia da Iberdrola (*companhia que detém 53,5% das ações da Neoenergia no Brasil*), realizada no Metaverso, a especialista em direito societário entende que a experiência da organização espanhola é um convite às companhias brasileiras e ao regulador para discutirem o uso das tecnologias no cotidiano do mercado de capitais, mostrando as possibilidades de uso benéfico e, especificamente, a viabilidade de realização de assembleias em formato totalmente virtual, com base na regulamentação já existente.

– É possível se fazer uma assembleia presencial e uma no Metaverso, simultaneamente?

– Sim, a assembleia poderá ser realizada de forma híbrida, reunindo acionistas de forma presencial e de forma virtual.

– O Metaverso deixa o investidor mais exposto?

– Ao adotar o Metaverso como um meio de participação em assembleias, as companhias deverão se diligenciar no momento da escolha da plataforma provedora, optando por aquela que ofereça um tratamento de dados compatível com os princípios e regras previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sobretudo os relacionados à transparência e privacidade do usuário.

EM PAUTA

Quanto a esses lúdicos bonequinhos, que transitam livremente pelo ambiente virtual, indagamos sobre a necessidade de se legitimar o próprio avatar.

– **Caso o investidor queira participar com avatar, é preciso ter as mesmas características físicas do mundo real? Afinal, quem valida o avatar?**

– Atualmente, não há qualquer exigência nesse sentido. No Metaverso, o avatar poderá ser o meio de representação do acionista na assembleia, ao qual será facultado reproduzir suas características físicas no mundo virtual ou não. Abre-se, inclusive, a oportunidade de o acionista manifestar, por meio do seu próprio avatar, aspectos de sua personalidade. No que se refere à validação do avatar, hoje não há a necessidade de ter um agente fiscalizador específico, bastando o próprio julgamento do acionista participante. O que provavelmente ocorrerá é algo muito similar ao que já ocorre hoje nas assembleias digitais realizadas por programas de videoconferência: as companhias enviarão um link para o cadastro e acesso do acionista à assembleia, sendo-lhe vedada a transferência a terceiros não autorizados. Assim, o acionista é - e continuará sendo - o responsável pelo manejo do link de acesso.

– **Quem entrar no Metaverso, com avatar ou sem ele, teria alguma vantagem sobre o investidor do mundo tradicional?**

– Não, os acionistas que participarem de assembleias digitais no Metaverso não possuem vantagem ou desvantagem em relação aos acionistas que participarem de forma presencial. O Metaverso se qualifica como uma forma adicional e alternativa para a realização de assembleias. Não se trata de um meio superior ou inferior aqueles já existentes e comumente utilizados, mas sim de uma opção a ser avaliada pela própria companhia.

Por fim, quis saber se existe alguma diferença na captura de informações no ambiente do Metaverso, em relação ao ambiente tradicional. Ao que Ana Paula respondeu: “Para que as assembleias sejam realizadas na forma da regulamentação em vigor, os dados solicitados e concedidos pelos acionistas para participação serão os mesmos já fornecidos em qualquer assembleia que utilize algum sistema eletrônico de participação”.

CASE IBERDROLA

Em 17 de junho último, a Iberdrola tornou-se a primeira companhia espanhola a realizar a Assembleia Geral de Acionistas no Metaverso. Jactando-se do feito, em seu site, a companhia destaca que esteve “um passo além ao fazer um Conselho

mais digital e participativo” e que “mais uma vez, a empresa é referência em facilitar o acompanhamento e a participação dos acionistas, não apenas presencialmente, mas também pelos principais canais digitais e pelos aplicativos móveis mais convenientes e úteis para os acionistas”. Depois de destacar a participação do acionista, de forma imersiva, com óculos de realidade virtual, ou ainda de um computador ou celular, seus investidores poderiam “percorrer o mundo virtual da Iberdrola e conhecer os projetos mais inovadores da empresa e a situação atual da transição energética”.

TOKENIZAÇÃO

Monitorando os ambientes virtual e de realidade aumentada, há pelo menos dois anos, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem o Grupo de Trabalho (GT) Fintechs, que estuda valores mobiliários digitais, finanças descentralizadas (DeFi) e assuntos correlatos. Em paralelo participa de vários debates, entre os quais o Projeto Tokenização do Laboratório de Inovação Financeira (o LAB, *de iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento*). Nessa linha, promoverá, junto com a Abrasca, dia 15 de agosto, live de uma hora abordando: “O Metaverso e as Companhias Abertas”.

“Estamos nos aproximando desse ambiente imersivo”, destaca **José Alexandre Vasco**, superintendente de Proteção e Orientação aos Investidores (SOI) da CVM. Segundo ele, a entidade é a primeira reguladora, no mundo, a trabalhar um evento no Metaverso, como aconteceu em parceria com o Sebrae-MG e foi disponibilizado à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e à Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO), como projeto piloto, no primeiro semestre deste ano. A novidade repercutiu bem, avalia Vasco que encontrou no virtual um ambiente interessante para a prática educacional.

Ainda como exercício de educação, o superintendente revela que a Casa da Moeda irá produzir algumas obras e imprimir em papel especial para serem emitidas como NFTs (sigla, em inglês, para Token Não Fungível). Sobre a criação de fundos para os NFTs, por exemplo, ele diz que o brasileiro que pretende investir em ativos digitais já tem acesso a ETFs.

Em outubro próximo acontecerá a Semana do Investidor e a CVM, em parceria com a IOSCO e “mais uma CVM”, abordará o tema Resiliência do Investidor, sob o enfoque da educação financeira.

Na prática, os papéis de todos os agentes do ecossistema ainda estão sendo desenhados, opina Vasco, enxergando um grande crescimento de todo o ecossistema de criptoativos.



Estamos nos aproximando desse ambiente imersivo. A CVM é a primeira reguladora, no mundo, a trabalhar um evento no Metaverso, como aconteceu em parceria com o Sebrae-MG e foi disponibilizado à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e à Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO).



JOSÉ ALEXANDRE VASCO, CVM

PAPEL DO RI

Na real, qual é o papel do profissional de relações com investidores nesta interface com o mundo virtual? A pergunta, simples, direta, foi feita a **Rodrigo Maia**, presidente do IBRI, profissional com vasto conhecimento nas áreas de RI e de tecnologia.

– Tanto o IBRI quanto a Abrasca têm observado o interesse do profissional de RI nas novas tecnologias, mas sabemos que este ainda não conhece todos os riscos envolvidos – diz o CEO do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) e global consultant da Abrasca, acrescentando que as companhias que já têm a cultura digital estão mais preparadas para assumir riscos.

Para Rodrigo Maia, as assembleias de acionistas demonstram um risco muito baixo porque, geralmente, são pouco conflituosas. “Os riscos foram flagrantes no período da pandemia, em que as empresas primeiro tinham a opção e depois a obrigatoriedade de realizar suas AGOs e AGEs no formato digital. A velocidade entre os participantes era diferente, caíram sistemas durante a contagem de votos”, diz ele, lembrando ainda que na questão do voto múltiplo havia muitas equipes despreparadas para lidar com a tecnologia.

“As companhias não estão preparadas porque não conhecem

o Metaverso”, destaca o CEO do IBRI, argumentando que é preciso disseminar a cultura junto às áreas de RI, Jurídica, Compliance, RH etc. E dá a receita para facilitar a absorção do conhecimento: “Quando o CEO é o sponsor, a coisa facilita muito. É preciso ter envolvimento da alta administração para dar certo”.

A inovação – prossegue Maia – não é um campo de tentativas. “São 70% de planejamento e 30% de desenvolvimento”, frisa, destacando que é papel do profissional de relações com investidores ir atrás das novas tecnologias, entendê-las e disseminá-las inclusive junto ao Comitê de Divulgação e Conselho. Depois de enfatizar que o RI tem de estar à frente na aplicação dos processos tecnológicos, sugere que sejam realizadas pequenas AGOs para ir adaptando o conjunto de soluções, como velocidades diferentes de sistemas dos participantes, localidades diferentes etc. “Esse é o mindset digital!”

Desse processo de ajustes, por exemplo, faz parte a convocação de assembleias. Se o edital especifica o formato digital, depois não tem volta. Caso, à frente, se queira mudar para híbrida ou presencial, é preciso prorrogar o prazo da chamada anterior e depois cancelar. Outra coisa: não se pode exigir do investidor o uso de óculos para frequentar uma assembleia no Metaverso. Quem tiver, participa no ambiente e quem não possuir o equipamento (seja por falta de habilidade



RODRIGO MAIA, IBRI

“

Os riscos foram
flagrantes no período
da pandemia, em que
as empresas primeiro
tinham a opção e depois
a obrigatoriedade de
realizar suas AGOs
e AGEs no formato
digital. A velocidade
entre os participantes
era diferente, caíram
sistemas durante a
contagem de votos.

”

ou pelo custo) deve ter a mesma oportunidade – destaca o executivo. A diferença, no caso, é que um avatar ou dono de óculos poderá interagir com outros participantes, mas o acesso à informação será equânime.

OPERACIONALIDADE

O Metaverso tem alta operacionalidade. Diferentemente de outras plataformas (como Zoom, por exemplo), o blockchain é mais ágil e, também, bastante confiável, uma vez que nesta plataforma pode-se abrir 10 telas simultâneas, compartilhar documento “sem enroscar” e ter qualidade na transmissão. “O avanço desta é visível, pois dá garantia da origem do voto à companhia, em uma assembleia. No modo presencial, mesmo o participante apresentando o RG, corre-se o risco de fraude”, alerta Maia, também expert em TI.

Nas plataformas mais tradicionais é possível uma pessoa acessar a reunião, conversar um pouco e logo depois desligar a câmera, ficando somente com o áudio. Após o desligamento desta câmera (recurso muitas vezes utilizado para melhorar a conexão) quem garante que não existem outras pessoas assistindo a uma assembleia, por exemplo, na mesma máquina? No Metaverso isto não acontece, com os avatares devidamente identificados. Além do que, o sistema não apresenta falhas de microfones e consegue evitar que entre alguém de repente e comece a falar em cima do que está sendo apresentado. “O Zoom e similares já estão ultrapassados”, atesta o CEO do IBRI.

A segurança cibernética vai melhorar muito com a chegada do 5G, uma vez que as senhas de celulares são fracas e ultrapassadas como modelo de acesso. “Cyber security deve ser preocupação número 1, em qualquer companhia”, recomenda Rodrigo Maia, aduzindo que o ambiente virtual é bem mais confiável que o de uma videoconferência. E a realização de uma reunião APIMEC no Metaverso? Normal, responde o nosso entrevistado sem titubear. Para tanto basta a CVM responder “sim” à consulta da Abrasca (*citada no início da matéria*).

Quem acompanha o mercado de capitais sabe o que é ESG e, conseqüentemente, *greenwashing*. São, respectivamente, práticas ambientais, sociais e de governança e o *greenwashing*, uma espécie de “ESG pra inglês ver”. Agora o dirigente do IBRI alerta para o “digital washing”. Explica-se: ficou claro, até aqui, que as companhias para se tornarem mais competitivas precisam alcançar o Metaverso. “Mas não adianta dizer que vai se não estiver preparada. E o RI tem de ter isto bem definido, pois se tiver de esperar um pouco... deve esperar!”

“

Do mesmo jeito que fomos utilizando cada vez menos papel, máquinas de escrever, fax, etc, aceleramos a digitalização. E hoje vemos transformações gigantes, como por exemplo participar de uma assembleia de acionistas sem precisar pegar avião e ter o ônus do deslocamento.

”



SAMIR KERBAGE, Hashdex

ACELERAÇÃO DIGITAL

O Metaverso não deve ser visto como algo à parte, mas como consequência do processo de digitalização de toda a sociedade que caminha a passos largos neste sentido. “Do mesmo jeito que fomos utilizando cada vez menos papel, máquinas de escrever, fax, etc, aceleramos a digitalização. E hoje vemos transformações gigantes, como por exemplo participar de uma assembleia de acionistas sem precisar pegar avião e ter o ônus do deslocamento”, comenta **Samir Kerbage**, CTO da Hashdex - a maior gestora de criptoativos da América Latina, que cuida da gestão de R\$ 2 BI de seus 260 mil cotistas.

Para ele, a plataforma blockchain é segura e melhora sobremaneira a eficiência, proporcionando o surgimento das finanças descentralizadas (DeFi). Ela substitui os cartórios, pois o registro de contratos e operações – como a criação de sistemas de pagamentos, realização de transações financeiras diversas, incluso contratos de empréstimo sem intermediário – podem ser feitas diretamente por lá. Esta é a mesma tecnologia que permite a realização de uma assembleia de acionistas virtual com idêntica validade da presencial.

Em tempos digitais, o investidor criar um avatar pode ser interessante mas não obrigatório. “Ele ficará bem à vontade

em uma conferência, mas se isto atrapalhar, a própria pessoa rejeita”, sublinha Kerbage lembrando que a tecnologia já permite a reorganização da custódia, a tokenização (*isto é, a representação digital de um ativo real, tornando as negociações mais simples e rápidas*).

Essas práticas, às vezes muito simples de entender (*outras nem tanto*), são disruptivas. Rápidas, normalmente precisam dar fôlego ao regulador, assinala o sócio da Hashdex que vê a regulação acontecendo por demanda. “O natural é o regulador ser provocado”.

CUSTÓDIA

Assim como você pode jogar Minecraft (*se você nunca jogou, pergunte ao seu filho de 7 anos...*), a qualquer tempo, com óculos de realidade virtual ou sem ele, você também pode acessar o Metaverso nas mesmas condições. A comparação é de **Alex Buelau**, diretor de tecnologia da Parfin (fintech criada em 2019, com foco em cripto services, custódia e interface de produtos), demonstrando que o ambiente virtual é acessível a qualquer pessoa. “A questão mais complexa é a interoperabilidade dos Metaversos”, ressalva ele, exemplificando que uma pessoa pode entrar no espaço virtual com óculos, outra sem, um outro participante via computador, outro pelo celular e assim por diante.



ALEX BUELAU, Parfin



DIEGO BARRETO, iFood

Acessando o Metaverso, pode-se acessar o blockchain. Mas o serviço de custódia como fica em meio a esta tecnologia? Buelau responde que cada endereço de blockchain tem uma chave privada. Quem tem a chave pode acessar os fundos e fazer operações. Mas onde a chave fica guardada e como saber se está sendo acessada pelo dono? “A Parfin faz a custódia dessa chave”, responde, rápido, adiantando que tal processo vai sempre existir.

O dono da chave não precisa fazer a custódia com a Parfin ou outra empresa do setor, pode, se quiser, guardá-la no próprio computador. “Com tantos hackers à solta, é seguro guardar no computador?”, agora pergunta Alex Buelau, acrescentando que uma instituição precisa de mecanismos próprios e muito seguros. Esta também não pode armazenar a chave no computador do cliente, por uma questão de governança.

DEBÊNTURE TOKENIZADA

No mês de julho, a Vórtx QR – que opera dentro do sandbox da CVM –, lançou um token regulado. O token de debênture é da Pravalier, uma plataforma de financiamento estudantil. Remuneração é de CDI + 3% a.a. O Itaú BBA coordenou a oferta, a exemplo do primeiro token da empresa. A emissão foi

de R\$ 60 milhões representados por 60 mil tokens (R\$ 1 mil cada). Trata-se da terceira emissão da plataforma de negociação Vórtx QR (a primeira regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para operar com ativos tokenizados); as duas anteriores ocorreram em junho último. Na oportunidade foram 74 mil debêntures tokenizadas (também de R\$ 1 mil cada), da Salinas Participações, também com a coordenação do Itaú BBA. E 8 mil cotas (também de R\$ 1 mil) de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) QR Rispar Crédito Cripto, lançado pela QR Asset e com lastro em bitcoin. A custódia desses ativos é da Parfin.

Em tese, qualquer investidor pode pegar o seu ativo digital brasileiro e vendê-lo na Inglaterra, por exemplo. Para tanto, é preciso se adequar à legislação brasileira e à inglesa. “Cada país tem a sua legislação e quando você adquire um ativo estrangeiro, o que prevalece é a regulação local”, completa Buelau, que imagina demorar algum tempo mais para que surjam grandes ofertas de ativos tokenizados no mercado.

FUTURO

Por ora o Metaverso é uma tecnologia em expansão. Bem diferente no mundo dos games, em que é bastante conhecida. A utilização pelo mercado de capitais ainda é incipiente. Esta é

a visão de **Diego Barreto**, diretor de Finanças e Estratégia do iFood, que observa uma alta demanda da capacidade de máquinas e computacional, mas adverte que o processo do Metaverso ainda não está fechado. Ele prevê a criação de 30 novas ferramentas, no espaço virtual, nos próximos cinco anos.

O case da Iberdrola, realizando assembleia no Metaverso, em junho último, não impressionou o executivo. “Faz parte da evolução; foi um primeiro passo e todo movimento requer um primeiro passo”, resume. A priori ele não vê muito sentido para uma small cap mergulhar neste ambiente no momento, ilustra. A menos que precise de um grau específico de engajamento e de transparência e não se importe com os custos.

De qualquer forma, o futuro pode ser abreviado com a atuação dos atores do mercado. A consulta da Abrasca, por ele citada, poderá acelerar o processo no Brasil. Já em relação ao profissional de relações com investidores e o próprio IBRI, diz que é papel da instituição buscar compreender os movimentos no mercado internacional e levar pleitos e sugestões às companhias, à B3 e à Comissão de Valores Mobiliários.

APRENDIZAGEM

Buscando entender e traduzir o universo virtual para o mercado de capitais, a Revista RI conversou também com um engenheiro especializado em governança. Membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), **Alexandre Oliveira**, CEO da Cebralog Consultoria, tem mestrado em Supply Chain Management (Cranfield University, é pós-graduado em Finanças (Unicamp) e em Negócios Digitais (MIT e Columbia University) e doutorando em aplicações de IA nas decisões corporativas (Unicamp).

Perguntamos, objetivamente: – As companhias estão preparadas para atuar no Metaverso, assim como os investidores?

– Um metaverso é como a réplica de uma cidade com vários bairros. Existem prédios comerciais como Shopping Center, onde marcas compram o espaço de lojas e consumidores circulam pelo ambiente buscando experiências de valor. Decisões do mundo real, tais como em qual shopping abrir a loja de uma marca, ou quais produtos ou experiências oferecer, também ocorrem no mundo digital. Também vale a ideia da pesquisa de mercado, pois diferentes públicos circulam em diferentes centros de consumo (diferentes metaversos ou diferentes áreas de um metaverso). A jornada omnichannel entre marcas e clientes encontra nos modelos de negócio baseados em Metaverso um novo canal de relacionamento. É mais uma possibilidade de gerar



ALEXANDRE OLIVEIRA, Cebralog



Decisões do mundo real, tais como em qual shopping abrir a loja de uma marca, ou quais produtos ou experiências oferecer, também ocorrem no mundo digital. Também vale a ideia da pesquisa de mercado, pois diferentes públicos circulam em diferentes centros de consumo.



EM PAUTA

novos MACRO-MOMENTOS e instaurar inúmeros DIGITAL-TOUCHPOINTS, capazes de promover produtos e serviços - além de impulsionar o BRAND EQUITY (força da marca). Tudo isto é muito novo e a maior parte das empresas e investidores não sabe como se posicionar. O fato é que estamos no início de uma longa curva de adoção e aprendizagem – destaca ele.

Já em termos de regulação, o CEO da Cebralog avalia que os modelos de negócios digitais, “em todos os setores, se formam e amadurecem em grande velocidade, produzindo a percepção de defasagem em relação aos marcos regulatórios”. E pontua: “No entanto, frequentemente, ambientes transacionais digitais oferecem uma experiência que é nova em seu formato, mas não no conteúdo. Por exemplo, o insider trading pode ser cometido no mundo offline, nas transações online (web 2.0) e poderão ser cometidos nos metaversos (web 3.0) – mas a legislação alcançará igualmente as três formas de uso inadequado de informações privilegiadas”.

No Brasil, a CVM não determina limites técnicos para a realização de reuniões com acionistas e mantém uma regulamentação neutra do ponto de vista tecnológico. A fim de confirmar tal neutralidade é que a Abrasca solicitou à CVM um parecer sobre a utilização de soluções em Metaverso.

A AGE da Iberdrola, tomada como ponto de análise, não entusiasmou tanto o engenheiro – a exemplo de Diego Barreto, acima – pois a viu como “quase tudo associado ao Metaverso, um experimento híbrido, com participantes podendo votar presencialmente (offline), via WhatsApp ou Telegram, via PC ou celular (web 2.0) ou com óculos de realidade virtual (experiência imersiva da web 3.0)”. Sintetizando, para esta aplicação não detectou “grande mudança do modelo em Metaverso, quando comparado aos demais modelos. Mesmo o fator conveniência e mobilidade pode ser oferecido de outras formas”.

Não é demais lembrar que no Brasil a Iberdrola detém 53,5% da Neoenergia, daí fica a expectativa de quando veremos a replicação deste modelo na Assembleia Geral da Neoenergia. “A meu ver, o principal elemento desta assembleia foi o registro em blockchain da identidade dos participantes, independente do formato escolhido. A solução em blockchain, que envolve um processo denominado tokenização, certifica um acionista para votação e torna praticamente impossível qualquer tipo de fraude pois assegura a inviolabilidade e imutabilidade do cadastro individual. O procedimento foi executado mesmo para os participantes presenciais”, notou.

Indagado sobre a segurança na navegação em ambiente vir-



PH ZABISKY, MZ

tual, o doutorando em aplicações de Inteligência Artificial (IA) destacou a plataforma *blockchain*, afirmando que a validação coletiva das transações (mecanismos de consenso) e o ambiente peer-to-peer, típico da web 3.0, também contribuem para a segurança do sistema. “Algumas aplicações podem incluir algoritmos de aprendizagem de máquina e rotinas de RPA (*Robotic Process Automation*) que reduzem ainda mais qualquer interface humana, mesmo quando ações no Metaverso estão integradas com o mundo offline. Este contexto reduz o risco de fraudes ou vazamento de dados”, observou ele, para adiante finalizar: “No entanto, é importante considerar esquemas fraudulentos do mundo físico e da web 2.0 (navegação na internet) que poderão ser reproduzidos no Metaverso. E que alguns riscos jamais deixarão de existir, como o cambial, informacional e financeiro. A solução Metaverso, quando estiver madura, no futuro, será apenas mais uma forma de relacionamento pessoal, profissional e comercial”.

NOVIDADE

Em novembro as companhias brasileiras estarão divulgando resultados do terceiro trimestre do ano (3TRI 22). Uma das 380 listadas na B3 deverá apresentar a novidade do Metaverso para o público brasileiro. O nome por ora



CARLOS PIAZZA, Darwinista Digital

está bem “custodiado”, mas quem prepara o evento é a MZ, líder em tecnologia e serviços na área de Relações com Investidores, atendendo a mil clientes (entre fundos e companhias abertas) e atuação direta junto a 12 Bolsas de Valores.

“Temos várias consultas informais sobre o Metaverso, porque as companhias querem baixar custo e melhorar a qualidade da transmissão”, diz **PH Zabisky**, CEO da MZ, observando que o formato no Metaverso precisa, necessariamente, preservar a assimetria da informação. “Atualmente o entrave é este, a acessibilidade para todos os participantes. A nós e às companhias interessa algo simples e rápido de se fazer”. Os recursos do ambiente virtual são convidativos, já que permitem muito mais câmeras ligadas, sem perda de qualidade, legendas e até linguagem em libras.

Mas como mencionado anteriormente, estamos, todos, fazendo a curva de aprendizagem. “Talvez tenhamos alguns investidores dias para irmos nos adaptando e mais à frente call de resultados”, especula Zabisky que revela: ainda hoje um terço dos acessos é feito por telefone fixo, no Brasil, e nos Estados Unidos é por operadora mesmo, que fornece senha para entrar no call.

DARWINISTA

A fim de buscar diferentes e complementares ângulos para esta matéria, entrevistamos **Carlos Piazza**, um singular darwinista digital e futurista certificado pelo Millenium Project. Conhecido consultor em ambientes futuristas, ele minimiza o impacto do Metaverso na vida nossa de cada dia.

“Criado para fomentar o consumo, o Metaverso é um market place dentro do qual podemos estabelecer novos mercados”, define. Em se tratando do mundo corporativo, vê neste ambiente uma espécie de “replicagem do modelo do Capitalismo de Vigilância”, em que “as big techs ganham muito dinheiro”. Um ambiente que, afinal, estimulou a criação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

Metaverso tem os seus paradoxos, como a possibilidade de criação de Fundos de Investimento (lastreados em ativos reais ou em criptomoedas) e também tem o mercado de NFT’s, que ganhou atenção no início deste ano quando o jogador Neymar comprou a figura de um macaco, da coleção “Bored Ape Yacht Club”, por valor equivalente a R\$ 6 milhões. Na mesma prateleira está a tiara de US\$ 300 mil, da Dolce&Gabbana, que só pode ser usada no Metaverso.

“Estão se criando castas digitais, elitizando a tecnologia com a venda de óculos a US\$ 2.500”, dispara ele, preocupado com a população que, a cada dia mais, “busca um atalho para fugir da realidade”. Depois de citar o Second Life, do início dos anos 2.000, que flopsou, e o Pokémon (lembra dele?), faz uma reflexão final: “Em que o Metaverso pode melhorar a Humanidade?”

TAMANHO

Segundo os especialistas aqui entrevistados, o Metaverso ainda está no início. Para que avance – e disto ninguém duvida – são necessários novos investimentos em tecnologia e infraestrutura. No entanto, há muitos players do mercado tradicional se preparando para o mergulho no mundo virtual.

Além da própria Meta (FB), cujos papéis são negociados no mercado norte-americano, e que são possíveis de serem alcançados pelo investidor brasileiro, via BDR (Brazilian Depositary Receipts), Microsoft e Google se estruturam para marcar presença no ambiente virtual. No Brasil, Itaú e Lojas Renner já anunciaram intenção em entrar no Metaverso e preparam servidores exclusivos para dar conta do tráfego projetado.

De acordo com relatório do Citibank, divulgado em abril último, até o final desta década (2030) o Metaverso deverá ter um valor de mercado entre US\$ 8 trilhões e US\$ 13 trilhões. **RI**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

e os modelos de negócio em Plataforma:
uma perspectiva de gerenciamento de riscos

O fenômeno da Transformação Digital (TD) se manifesta nos processos organizacionais e nos modelos de negócio impulsionado por empresas e pessoas expostas a nove domínios do ambiente corporativo: estrutura econômica global e local; conjuntura setorial; estratégias corporativas; objetivos e metas; estrutura de ativos e sistemas de informação legados; processos internos e externos; estrutura e conhecimento organizacional; mix tecnológico disponível; e estratégia de dados.

por **ALEXANDRE OLIVEIRA**

A disciplina de Governança encontra-se no domínio das Estratégias Corporativas. Neste contexto cabe ao Conselho de Administração (CA) a formulação de Diretrizes e Plano estratégicos, bem como zelar pelas práticas de gerenciamento de riscos que assistem a diretoria executiva durante a implantação e condução das estratégias. Este paper propõe uma reflexão sobre o papel do CA diante de alguns dos elementos de riscos que afloram no contexto da TD.

Tomemos o cenário quando o CA estabelece a Diretriz Estratégica de engajamento na jornada de TD. Uma das

práticas para a incorporação desta diretriz na agenda estratégica das organizações é por meio dos modelos de negócio baseados em plataformas digitais (MPD), que produzem e distribuem valor por meio de interações (Efeitos de Rede) entre seus *stakeholders*, facilitando a troca de bens, serviços ou de algum tipo de moeda social. Quando o desdobramento desta Diretriz implica num Plano Estratégico que prescreve um MPD, a responsabilidade executiva da Diretoria deve encontrar no CA o conhecimento necessário ao exercício diligente e tempestivo do monitoramento e controle.

RISCOS CORPORATIVOS

No âmbito da implementação da estratégia, a concepção, estruturação, lançamento e condução do MPD estão expostas a riscos inéditos, que merecem a atenção do CA. Ao ocuparem-se dos riscos da execução de estratégias baseadas em MPD, CA e Comitês encontrarão ao menos dez elementos que merecem especial atenção, conforme apresentado a seguir:

(i) **Valor:** a perenidade do MPD sujeita-se à produção continuada de valor para todos os *stakeholders*. No caso do MPD da SAP, categorias não-mutuamente exclusivas agrupam clientes (grandes, pequenos, tradicionais, inovadores, estratégicos) e empresas parceiras (soluções de software, parceiros de canais, integradores e desenvolvedores de tecnologia). Cada grupo gera valor para o MPD ao produzir Efeitos de Rede relevantes. Por outro lado, eles também têm demandas específicas a serem atendidas. A identificação da Proposta de Valor para cada *stakeholder* exige o engajamento com partes internas e externas à Diretoria. O CA atento identificará imperfeições neste processo exigindo, sempre que necessário, estudos que apoiem as propostas de valor sugeridas.

(ii) **Acesso:** a definição sobre quem deve participar do ecossistema é uma decisão central na concepção do MPD. Por exemplo, ao deliberar pelo desenvolvimento de um marketplace, é preciso decidir sobre a participação de concorrentes, que pode ser vital para a atração dos consumidores. Ademais, a presença dos concorrentes dará visibilidade, entre outros, dos detalhes do portfólio dos competidores, de suas estratégias de *pricing* e das tendências de demanda. O processo de escolha dos *stakeholders* que participarão do MPD, bem como os potenciais riscos e conflitos decorrentes, deve ser acompanhado criteriosamente pelo CA.

(iii) **Efeitos de Rede:** todo MPD deve incentivar as interações entre *stakeholders* que geram valor, e mitigar as indesejáveis. Por exemplo, quando um passageiro do UBER solicita um veículo, é desejável que ele seja encontrado pelo motorista. O aumento das viagens canceladas por não localização do passageiro, o UBER implantou a funcionalidade que permite a troca de mensagens entre motorista e passageiro. Cabe ao CA reconhecer os principais Efeitos de Rede e acompanhar seus controles de relevância, performance e perenidade.

(iv) **Distribuição do Valor:** o valor gerado no MPD deve ser distribuído na proporção da contribuição e das expectativas de cada *stakeholder*. No caso de um aplicação no transporte hidroviário de cargas, é possível reduzir os custos de manutenção ao conectar os fornecedores envolvidos nos serviços realizados em barcas ancoradas nos portos

fluviais distantes dos grandes centros urbanos. As demandas pelos serviços alimentam a plataforma digital e os fornecedores se coordenam a ponto de enviar um único time para todas as manutenções – a economia resultante é compartilhada entre as partes interessadas. O processo de distribuição do valor criado pode afetar o relacionamento com fornecedores, clientes, canais de vendas, investidores e acionistas. Cabe ao CA escrutinar a estrutura do MPD e avaliar o impacto para a sua perenidade.

(v) **Comportamentos:** as interações entre *stakeholders* no MPD são de cinco tipos, dois deles obrigatórios: acesso e engajamento. A plataforma deve estar sempre disponível, de maneira simples e rápida. Como este acesso, usualmente via internet, ocorre mediante o compartilhamento de dados pessoais, existem implicações legais e regulatórias, podendo expor a empresa a riscos reputacionais e financeiros. Adicionalmente, mecanismos de estímulo à produção dos primeiros Efeitos de Rede, incentivam o engajamento emocional e transacional entre os *stakeholders*. Os demais comportamentos (customização, conexão e colaboração) são estimulados conforme necessidade. A customização é típica de relações B2C, quando se busca a personalização de experiências. A conexão é promovida quando há contato direto entre os *stakeholders* do MPD, como no caso do motorista e passageiro do UBER. Já na colaboração, os dados gerados pelas partes interessadas são fundamentais para o funcionamento do MPD - é o caso do Waze. Quando a Diretoria detalhar o Plano de Ação, a combinação destes comportamentos impactará os processos internos e externos, expondo a marca e influenciando o relacionamento com consumidores, investidores, proprietários e demais agentes de mercado. Cabe ao CA compreender o impacto no negócio do fomento aos comportamentos digitais, bem como monitorar sua adequada execução.

(vi) **Dados:** as plataformas digitais sempre operam a geração, captura, tratamento e utilização de dados, utilizados em decisões nos vários níveis da organização. Os dados podem ter origem em processos, produtos, serviços ou pessoas. Sensores em equipamentos industriais capturam dados de processo para que algoritmos de Inteligência Artificial prevejam paradas da operação. Equipamentos agrícolas (produtos) geram dados durante a operação no campo, e alimentam o desenvolvimento dos futuros modelos. Os registros das vendas (serviços) em *marketplaces* são tratados para identificar regras de associação entre os itens de um pedido, operar modelos de precificação dinâmica e sugerir itens adicionais pouco antes do consumidor concluir a compra. As pessoas geram dados em suas interações digitais, como durante o uso da internet, no

GESTÃO DE RISCOS

perfil de consumo em um *marketplace* ou pelo sinal de geolocalização do celular. A estratégia de dados, combinada com a arquitetura do MPD, com as soluções tecnológicas adotadas e com a cultura dos *stakeholders*, define em grande parte o grau de exposição aos riscos de segurança cibernética. Ao compreender que a estratégia de dados pode apontar a empresa para diferentes direções e perceber suas nuances, o CA contribui para que as deliberações da Diretoria estejam em linha com as Diretrizes Estratégicas.

(vii) Arquitetura: a etapa de design do MPD é crucial para a composição de um ambiente de negócios capaz de entregar valor aos *stakeholders*. A arquitetura da plataforma tem a ver com o “como” o modelo funcionará. No caso do iTunes, o formato *multihoming* reúne múltiplos fornecedores - outras estratégias incluem o *piggybacking* (WhatsApp), a integração funcional (Google), diversidade (AppleStore) ou sistemas de recomendação (Netflix). Cada escolha envolve riscos tecnológicos, legais, cibernéticos, de competição, de pessoas, cabendo ao CA monitorá-los e, no limite, deliberar sobre a aprovação da estratégia recomendada pela Diretoria.

(viii) Conflitos: a operação de um MPD abriga *stakeholders* com interesses complementares e, não raro, com expectativas conflitantes e até antagônicas. É o caso da presença simultânea dos representantes de diferentes canais de comercialização: representantes comerciais, distribuidores e canais de venda direta. A capacidade de antever conflitos e estabelecer regras de mitigação, contingenciamento e resolução está entre as atribuições da Diretoria. O CA deve se certificar da existência e aplicação de tal governança.

(ix) Soluções Tecnológicas: O CA atento observará se a Diretoria queimar etapas e adquirir soluções tecnológicas, antes definir proposta de valor que deve ser entregue. A tecnologia surge como um habilitador que viabiliza o modelo de negócios e sua aderência à proposta de valor é vital ao sucesso da execução da estratégia. Adicionalmente, o CA deve incentivar o conhecimento organizacional mínimo sobre os principais benefícios e aplicações das soluções de mercado mais amadurecidas. Enquanto a Diretoria seleciona as ferramentas que instrumentam o MPD, o CA acompanha o processo, com apoio dos órgãos de assessoramento. Por exemplo, em grandes projetos de RPA (*Robotic Process Automation*), recomenda-se o acompanhamento do Comitê de Pessoas. Outras iniciativas constituintes do Plano de Ação elaborado pela Diretoria, tais como DeFi (*Decentralized Finance*), *Blockchain*, Metaverso, Gêmeos Digitais, Criptomoedas, Segurança Cibernética, Realidade Aumentada ou varejo omnicanal, numa lista não exaustiva, pode ser

conveniente o engajamento dos comitês de Gerenciamento de Riscos, Finanças, Estratégia, Inovação ou de Auditoria.

(x) Lançamento: o relacionamento institucional pode oferecer um caminho estrategicamente vantajoso ao planejar o lançamento de um MPD, como quando a Adobe conseguiu que os formulários de declaração de imposto de renda nos EUA fossem enviados em formato PDF, acompanhados de um *plugin* da versão Acrobat Reader. Esta abordagem, denominada *seeding*, permitiu alcançar milhões de pessoas rapidamente, com a credibilidade de uma instituição federal (IRS). Diferentes formatos de lançamento incluem táticas como *micro-market*, *producer evangelism*, *big-bang* e *marquee-user*, entre outras. Cabe ao CA e seus órgãos de assessoramento dominar a fluência digital necessária para interpretar o impacto destas decisões e, eventualmente, contribuir no amadurecimento do cenário selecionado.

CONCLUSÕES E REFLEXÕES

Diante do imperativo da formulação de Diretrizes Estratégicas que endereçam os desafios próprios da Transformação Digital (TD), camada adicional ao exame clássico do ambiente corporativo, os modelos de negócio baseados em Plataformas Digitais (MPD) se destacam na composição do Plano Estratégico. Neste contexto, o gerenciamento de riscos encarrega-se de uma nova cepa de ameaças e o Conselho de Administração (CA) diligente ocupa-se de decisões na fronteira do conhecimento.

De forma mais ampla, não circunscrita ao formato das plataformas, a TD fomenta o pleno acesso aos dados para o principal, o agente e partes relacionadas - mas não mitiga os vícios subjacentes à Teoria da Agência. A supressão circunstancial da assimetria de informação empodera o principal, redesenha os jogos de poder, e apenas modifica os paradoxos do conflito de agência. O CA zeloso e responsável, cuidará para adquirir a fluência digital necessária ao exercício de seu papel de preservação e criação de valor para a empresa, superando os desafios estratégicos aparentes e aqueles encobertos pela estrutura e política organizacional. **RI**



ALEXANDRE OLIVEIRA

é Conselheiro de Administração com foco em Estratégias e Riscos da Transformação Digital. Membro da Comissão de Estratégia do IBGC, da Agroven (Smart Money for AgTechs) e CEO da Cebalog Consultoria. Doutorando em IA nas Decisões Corporativas (Unicamp), pós-graduado Negócios Digitais (MIT) e em Finanças (Unicamp). Mestre em Supply Chain (Cranfield University). oliveira.a@cebralog.com

Sua governança em outro nível

conheça nossas soluções

- Gestão de Riscos
- Controles Internos
- Compliance
- Auditoria Interna
- Cyber Segurança
- Gestão de Continuidade de Negócios
- LGPD e Privacidade de Dados
- ESG

bravogrc.com

 [/bravo-grc](https://www.linkedin.com/company/bravo-grc)

 [/bravogrc](https://www.instagram.com/bravogrc)



 **bravogrc**

CONFERÊNCIA ANUAL **NIRI 2022**

FOCOU EM ESG, TECNOLOGIA & INVESTIDORES PESSOA FÍSICA

A primeira conferência presencial do **NIRI** pós-pandemia reuniu **900 participantes** em Boston nos Estados Unidos

Alguns dizem que a origem da palavra *rendezvous* - em francês - remete ao século XVI, e tinha um uso exclusivamente militar: se os soldados se perdessem, sabiam onde era o ponto-de-encontro, ou de reencontro. Com o tempo e evolução da linguagem, o termo hoje define qualquer tipo de encontro entre duas ou mais pessoas, desde uma reunião básica de negócios, uma consulta médica ou até mesmo um encontro amoroso.

por **FABIANE GOLDSTEIN**

Já o dicionário Collins traz as seguintes definições: 1. Um acordo entre duas ou mais pessoas para se encontrarem em determinado horário ou local; 2. O encontro/reunião em si; 3. Um local designado para um encontro ou reunião.

Para o NIRI – National Investor Relations Institute, “Rendezvous” foi o tema escolhido para a sua tradicional conferência anual – a primeira após a pandemia. E não pode-

ria ter sido melhor escolhido – todos os presentes (*cerca de 900*) sentiram que estavam retornando a um encontro sempre acolhedor, e com muita troca de informação.

Com pequenas alterações – como uma agenda mais curta, de apenas 2 dias e meio, ao invés de 4 dias - o evento retornou com seu formato tradicional de sessões gerais pela manhã, e sessões paralelas à tarde, permitindo que todos pudessem

escolher o tema que mais interessava. Nos intervalos, muito networking no IR Showcase, que ganhou um espaço dedicado a palestras curtas, permitindo uma maior integração e maior tempo dos participantes junto aos fornecedores.

ESG

Como não podia deixar de ser, a agenda foi dominada por discussões em torno da sigla do momento – ESG. O tema foi discutido em nada menos que 12 sessões, nos mais diversos formatos, trazendo desde informações básicas como padrões de *reporting*, passando por painéis sobre *Corporate Purpose*, e até discussões mais maduras como as mudanças recentes propostas pela SEC em março último para a divulgação de informações climáticas.

A nova regra tornará obrigatória a divulgação padronizada de informações sobre emissões de gases de efeito-estufa por todas as empresas listadas nas bolsas americanas – inclusive as estrangeiras – e acompanhará a estrutura proposta pelo *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD). Existe uma grande possibilidade da implementação dessa mudança ser adiada, pois segundo os painelistas, a quantidade de *inputs* no período de consulta pública está sendo enorme, como era de se esperar.

E em termos de preparação para mudanças na regulamentação, os temas já estão dados. A agenda da SEC já definiu que os próximos temas a serem abordados serão Diversidade do Conselho, Divulgação de Dados sobre Gerenciamento de Capital Humano, e Regras de Governança dos Riscos de Ciber-Segurança. Use essa informação internamente na sua empresa para já começar a se preparar!

TECNOLOGIA

Já a discussão sobre tecnologia nessa conferência do NIRI foi muito focada no uso de inteligência artificial (IA) e dados. O buy-side tem utilizado softwares orientados por IA que são capazes de analisar tanto o *script* como a sessão de perguntas e respostas de uma teleconferência de resultados e identificar questões como tom de voz, linguagem e mesmo palavras específicas para identificar pontos positivos e pontos negativos. Mais um elemento que nós, como RIs, temos que pensar ao elaborarmos os materiais de divulgação. E, depois que o robô avalia o “*mood*” da teleconferência, entra em cena o robô-trader para operar as ações. Como estabelecer “relações” com esse nível de tecnologia?? E a discussão adicional – essas ferramentas são caras, e uma pesquisa apresentada pela IR Magazine mostrou os budgets de RI das empresas americanas caindo ano a ano. Como obter o mesmo nível de informação que esses

investidores possuem? Talvez tenhamos a resposta só na conferência do ano que vem!

INVESTIDORES PESSOA FÍSICA

Um dos assuntos que mais me chamou a atenção foi o atual cenário de investidores de varejo. Várias pesquisas foram apresentadas, e em todas elas a participação do varejo no capital das empresas americanas vem crescendo. A Nasdaq mostrou que ao comparamos o final de 2019 com o 1T 2022, essa taxa de crescimento foi de 14%. E ao olharmos a abertura por setor, vemos que em empresas de consumo não-cíclico, quase 40% da base de acionistas já é de investidores PF. No caso de empresas de tecnologia, o percentual é entre 30-35%. As menores participações de investidores PF estão nos setores de Saúde (entre 20-25%) e Imobiliário (16-17%).

Essa tendência tem trazido questionamentos da diretoria das empresas listadas. Segundo a pesquisa IR Pulse da Nasdaq, entre as questões rotineiras levadas pela diretoria para a área de RI, os temas que tiveram um aumento no interesse foram ESG, informações sobre trading diário e a dinâmica com investidores de varejo. Com isso, estratégias de engajamento estão evoluindo entre os RIs americanos. Segundo a mesma pesquisa, o uso de canais como YouTube e Stocktwits, e formatos como vídeos, podcasts e newsletters estão entre os preferidos. Uma *small cap* do setor de biotech, por exemplo, desenvolveu um CEO Podcast voltado a investidores e pretende fazer um “Product Focus Day” nas mídias sociais. No painel que eu moderei no NIRI do ano passado, o RI da Coinbase contou que fez um Investor Day dentro do Reddit.

COBERTURA

Em um dos mais concorridos painéis sobre estratégias, veio a pergunta: o que é melhor? Ter a cobertura de um analista “bom” com uma recomendação negativa, ou de um analista “ruim” com uma recomendação positiva? A conclusão do painel é que o analista bom sempre pode sempre mudar a recomendação, enquanto o analista ruim com uma recomendação positiva pode aparentemente “causar muito mais danos”. Afinal, o que é mais relevante não é o número de analistas cobrindo a empresa, mas sim a influência desses analistas. O painel também discutiu a evolução do papel do sell-side nos últimos tempos, com destaque para um research mais temático que suporta teses e modelos desenvolvidos pelos buy-sides, e o maior apoio em operações de M&A, onde o sell-side aporta profundo conhecimento do setor, relações de longo prazo e capacidade de abrir portas, mantendo-se assim como relevante gerador de valor (e logicamente, de dólares).

NIRI 2022: Depoimentos

Acompanhe a seguir, depoimentos de participantes do NIRI 2022, em Boston, abrindo com uma mensagem do CEO do NIRI, Matt Brusch. E programe-se para Chicago em 2023. Nos vemos por lá!

“A comunidade de RI comemorou o retorno das reuniões presenciais em junho último no maior evento anual de RI do mundo: a Conferência Anual do NIRI. Após dois anos de conferências virtuais, ficamos encantados quando mais de 900 participantes se juntaram a nós no recém-construído Omni Boston Hotel no Seaport. E nossos convidados ficaram obviamente encantados também; a satisfação geral, foi a mais alta avaliação em mais de cinco anos, e 97% nos disseram que recomendariam a um colega que participasse da Conferência Anual do NIRI. Nossa primeira conferência presencial em três anos apresentou a oportunidade única de evoluir o evento de várias maneiras que os participantes haviam solicitado anteriormente, incluindo um novo formato simplificado de dois dias e conteúdo fortemente focado no envolvimento e interação dos participantes. O IR Showcase também foi “sold out” e incluiu novos fornecedores de produtos e serviços de RI, com uma satisfação muito alta dos provedores de serviços. Embora a maioria dos participantes fosse dos EUA, tivemos um forte interesse internacional com delegados da Ásia, Austrália, Canadá, Caribe, Europa, América Latina, Oriente Médio e Nova Zelândia. A América do Sul foi representada por participantes vindos do Brasil, Chile e Peru. Agora estamos começando a planejar a Conferência Anual do NIRI 2023, que será realizada de 6 a 8 de junho de 2023, no Sheraton Grand em Chicago. Sempre vemos uma forte participação na “Cidade dos Ventos”, então fique de olho no nosso anúncio sobre como se inscrever ainda este ano. Adorariamos ver você lá!” - Matthew D. Brusch, CAE - Presidente e CEO do NIRI: The Association for Investor Relations

“Achei o evento muito proveitoso para ampliar a minha visão de RI a partir de assuntos que foram abordados no mercado americano de RI, como melhores práticas, tais como eventos públicos com o mercado, teleconferências, websites, monitoramento de base acionária, entre outros, assim como deve ser feita a interação com bancos e fundos de investimentos americanos ou globais.” - Deborah Gil, ENERGISA

“No começo de junho deste ano, tive a excelente oportunidade de participar, pela primeira vez, da Conferência Anual NIRI 2022. O evento foi ainda mais especial, pelo fato de ter sido presencial. Pude trocar experiências com IROs, colegas de várias partes do mundo, e ter contato com diferentes pontos de vista, ideias e iniciativas. Os debates foram enriquecedores e contribuíram bastante para um melhor entendimento sobre a pauta ESG, conceito, implicações e possíveis direcionamentos. Ficou ainda mais evidente para mim a importância e o impacto da transformação digital no dia a dia do profissional de RI, e como a pandemia impulsionou essa transição. Voltamos com vários “insights” e contatos de fornecedores que estão na vanguarda das melhores práticas e ferramentas de RI, que inclusive, já estamos implementando nos nossos processos.” - Matheus Campos de Matos, CEMIG

“Sou muito grato por ter a oportunidade de participar do NIRI já há alguns anos. É definitivamente um dos maiores eventos de desenvolvimento profissional e networking para a comunidade de RI, onde conseguimos sempre aprender um pouco mais como colocar em prática alguns dos melhores planejamentos de comunicação já elaborados, além de assistir palestras com análises comportamentais dos mais variados públicos e perceber como estamos passando por uma transformação digital na forma e meios de comunicação. Enfim, é um caminho sem volta e farei de tudo para participar de todos os próximos, vale muito a pena.” - Cássio Rufino, MZ

“Esta foi a minha 3a ou 4a Conferência Anual do NIRI. Sempre saio do evento com grandes reflexões e aprendizados. É uma conferência enorme com muitos painéis e espaço para troca de práticas e experiências. A conferência deste ano em Boston foi excelente pois marcou o reencontro presencial depois de 2 anos. Tive muitos insights principalmente sobre as novas tecnologias de valuation e sobre a importância do contato face-to-face com investidores. Foi novamente uma grande experiência para mim!” - Cristiano Grangeiro, TAESA

A edição RENDEZVOUS do NIRI este ano foi um sucesso, todos comentavam sobre a alegria de se reencontrarem pessoalmente novamente depois de 2 anos sem o evento neste formato. Além de palestras gerais interessantes, onde o tema predominante foi ESG, um dos grandes valores do NIRI são as breakout sessions, separadas por tema de interesse ou indústria. Nessas sessões menores os participantes ficam mais a vontade de interagir, compartilhar experiências e realmente se aprofundar no dia a dia do profissional de RI. Os workshops são também uma ótima fonte de conhecimento para quem acaba de ingressar na área, com temas como aprender a falar em público ou montar uma boa apresentação para investidores. Em resumo, o NIRI continua sendo o maior evento de RI do mundo, e é muito recomendado para todos os profissionais de relações com investidores.”

- Amanda Munhoz, MZ

“O NIRI é uma experiência de muito valor. Participar de várias sessões abordando diversos tópicos, que são de grande importância para as melhores práticas de RI, fazem do evento uma rede para troca de conhecimento que todo profissional de RI deveria participar.”

- Pablo Teixeira, ENERGISA

“Após dois anos de eventos on-line, o NIRI voltou a ser realizado presencialmente, com mais de 900 participantes, em Boston. O tema foi “RENDEZVOUS” com o propósito de RECONECTAR a comunidade de RI e ATUALIZAR conhecimento. Foi muito bom poder reencontrar clientes e outros profissionais de RI e trocar experiências, em discussões de alto nível, nos intervalos dos painéis. Gostei bastante de ver a crescente importância da tecnologia como parte intrínseca do dia a dia da área de relações com investidores e a desmitificação do ESG, que dominou a maior parte das palestras. Porém, dentre os eventos que fui, foi a edição que vi a menor participação de profissionais brasileiros. Acho que, de fato, é um evento que o RI de empresas brasileiras deveria ser mais presente e, também, deveriam ter mais engajamento no NIRI como organização. Esse intercâmbio é válido até mesmo para ajudarmos no desenvolvimento das nossas associações e institutos locais, como IBRI, Abrasca e IBGC. Mesmo que as companhias não apoiem os profissionais na viagem, é investimento em educação e creio que vale até mesmo o investimento pessoal nos congressos e cursos do NIRI.”

- João Marin, MZ

“

A comissão organizadora trouxe diversos painéis relativos à carreira, incluindo um “Ask-me-Anything” com NIRI Fellows – um grupo seletivo de membros reconhecidos por sua experiência, liderança, vivência e contribuições para a atividade de relações com investidores.”

”

CARREIRAS

Por último, mas não menos relevante, o NIRI tem um foco enorme em desenvolver carreiras em RI, e muitos dos participantes das conferências são novatos na área. A comissão organizadora trouxe diversos painéis relativos à carreira, incluindo um “Ask-me-Anything” com NIRI Fellows – um grupo seletivo de membros reconhecidos por sua experiência, liderança, vivência e contribuições para a atividade de relações com investidores, e até mesmo um headhunter especializado na área dando dicas aos participantes.

Eu tenho o privilégio de participar desses eventos há mais de 10 anos – meu primeiro NIRI foi em Miami em 2009, e participei do Comitê Organizador em duas oportunidades: Las Vegas em 2014 e o evento virtual de 2020. Sempre que posso, convido RIs brasileiros para participarem de painéis. Nesse ano, estávamos em um grupo pequeno de brasileiros, mas para o ano que vem, quem sabe conseguimos expandir essa presença? **RI**



FABIANE GOLDSTEIN

é diretora sênior de RI da Grayling, uma das maiores empresas de comunicação corporativa e financeira do mundo. Baseada na Flórida, segue atendendo empresas brasileiras que queiram aprimorar seus programas de RI e se aproximar ainda mais dos investidores estrangeiros.

fabiane.goldstein@grayling.com

PROGRAMAS DE INTEGRIDADE

Recado aos **Programas de Integridade brasileiros** a partir das alterações da **Lei 12.846/13** e dos últimos acontecimentos na **Caixa Econômica Federal**

Iniciamos o mês de julho último, animados e estudando o novo decreto 11.129/22, que regulamenta a **Lei Anticorrupção** (lei no. 12.846/13) e substitui o decreto 8.420/15, trazendo algumas alterações (em negrito) para os programas de integridade existentes que podem ser evidenciadas em três pertinentes itens explicitados a seguir: **Importância do Conselho; Gerenciamento de Riscos & Alocação de Recursos e Canais de Denúncia.**

por **ADRIANA DE ANDRADE SOLÉ**

1. IMPORTÂNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

“I - comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, **incluídos os Conselhos**, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa, **bem como pela destinação de recursos adequados;**”

2. GERENCIAMENTO DE RISCO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

“V - gestão adequada de riscos, **incluindo sua análise e reavaliação periódica**, para a realização de adaptações necessárias ao programa de integridade e a **alocação eficiente de recursos;** e

XIII - diligências apropriadas, baseadas em risco, para:

a) contratação e, conforme o caso, supervisão de terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários, **despachantes, consultores, representantes comerciais e associados;**

b) contratação e, conforme o caso, supervisão de pessoas expostas politicamente, **bem como de seus familiares, estreitos colaboradores e pessoas jurídicas de que participem;** e

c) realização e supervisão de patrocínios e doações;”

3. CANAIS DE DENÚNCIAS

“X - canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e **mecanismos destinados ao tratamento das denúncias** e à proteção de denunciantes de boa-fé;”

É importante entender que o **Programa de Integridade** como meio promotor da cultura ética empresarial é um processo estratégico cuja gestão precisa ser específica para que possa ser absorvida como grande valor das empresas. Para tanto, a mobilização do público interno, a tradução do programa em termos operacionais e atitudinais, o seu alinhamento transversal na organização e a motivação dos seus públicos são condições “*si ne qua non*” para que tenha minimamente condições de ser eficiente e eficaz.

Sutis, mas relevantes, as alterações ocorridas na lei 12.846/13 fortalecem :

1. O papel do Conselho de Administração na gestão do Programa de Integridade como fomentador e mantenedor da cultura ética no ambiente organizacional;

2. O Código de Conduta como a pedra angular dos programas de integridade e cartão de visita da empresa e sugere;

3. A existência de um Comitê de ética ligado ao Conselho de Administração como gestor do Programa de Integridade e de seus instrumentos tendo como uma das atribuições a criação de “**mecanismos destinados ao tratamento das denúncias**”.

Sabemos que as principais comprovações de que uma empresa, instituição ou organização tem um programa de integridade é a existência de evidências como:



1. Comprometimento da Alta Direção



2. Análise Periódica de Riscos



3. Código de Conduta



4. Treinamentos periódicos



5. Canal de Denúncia



6. Sistema/Contratação colaboradores internos e externos



7. Comitê de Ética

Fonte: Lauretti, Lélío e Solé, Adriana. *Código de Conduta: Evolução, Essência e Elaboração*, 2022 Editora Fórum

A Lei 12.846/13, sugere a formalização institucional da equipe de compliance, deixa claro que o programa é top down - e enfatiza o Código de Conduta como o coração dos Programas de Integridade, pelo fato de que é através dele que são definidos, formalizados, e traduzidos os princípios basilares de qualquer organização, direcionando todas as suas políticas internas e externas e balizando os comportamentos desejáveis.

O canal de denúncias, além de ser um requisito legal básico de um programa de compliance e integridade:

- cria um ambiente de controle que permite monitorar as ocorrências de eventos de desvio de conduta;
- detecta tempestivamente esquema de fraude (51% dos desvios de fraude são detectados através de um canal de denúncias);
- previne e reduz os casos de assédio moral e sexual;
- é uma demonstração cabal do dever de diligência;

GOVERNANÇA

- cria percepção positiva no público interno e demais stakeholders da organização;
- produz e guarda evidências documentais para possíveis atenuações da responsabilidade civil, criminal e administrativa; e, por fim,
- promove a cultura ética nas relações internas e externas da organização.

Para que seja uma ferramenta eficiente, precisa atender a um requisito essencial, que é o de garantir a confidencialidade, com o sigilo do conteúdo relatado e a proteção da identidade do denunciante, permitindo a realização de denúncias anônimas. A proteção e a vedação de retaliação aos denunciadores são informações que devem constar do Código de Conduta.

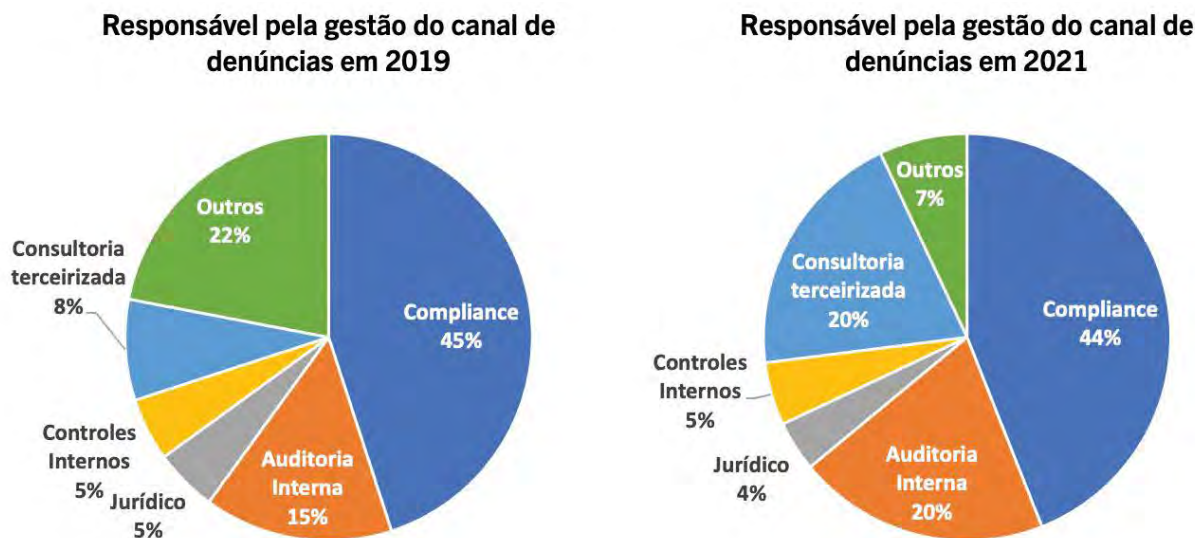
A Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527/11, prevê a proteção das informações do denunciante de boa fé e só permite

a disponibilização de seu conteúdo em casos de extrema necessidade.

A disponibilidade do canal de denúncias deve ser integral, 24 horas por dia, 7 dias por semana, para que o relatante se sinta à vontade em formular suas manifestações fora do horário comercial e ausente do ambiente da empresa. E disponibilizar também uma linha ética, canal telefônico 0800 atenderá aos que não tiverem acesso à Internet.

Na prática e de acordo com a pesquisa da KPMG: “*Maturidade em compliance das empresas brasileiras 2021*”, percebemos tanto, uma evolução na utilização desta ferramenta pelas empresas brasileiras, 91% das empresas respondentes possuem canal de denúncia, contra 85%, em 2019, como também um expressivo aumento de consultorias terceirizadas independentes na gestão deste instrumento, de 8% em 2019 para 20% em 2021.

Os gráficos abaixo atestam esta afirmação:



Fonte: Pesquisa KPMG: Maturidade do Compliance no Brasil, 2019 e 2021

Lauretti e Solé, na segunda edição do livro *Código de Conduta*, lançada este ano pela Editora Forum, postulam “...a total independência do canal de denúncia, (nos gráficos acima representado pela consultoria terceirizada e independente) para garantir a credibilidade desse instrumento perante o público interno e que as denúncias sejam remetidas para serem tratadas no Comitê de Ética da Companhia, instância ligada ao Conselho de Administração.”

Os mesmos autores, sobre o Comitê de Ética defendem que uma das suas atribuições deva ser a de zelar pela gestão do

Programa de Integridade e dos seus principais instrumentos: Código de Conduta, canal de denúncia e que as suas atribuições e limitações no caso de violações, assim como as áreas de atuação e dinâmica de operação sejam descritas minuciosamente através de um Regimento Interno do Comitê de Ética. Não lhe atribuem poder para aplicação de penalidades, tarefa que deve ser reservada aos administradores.

Entendem que o Comitê de Ética deva funcionar como uma “primeira instância”, limitando-se a opinar sobre a existência, ou não, de violação ao Código em cada denún-

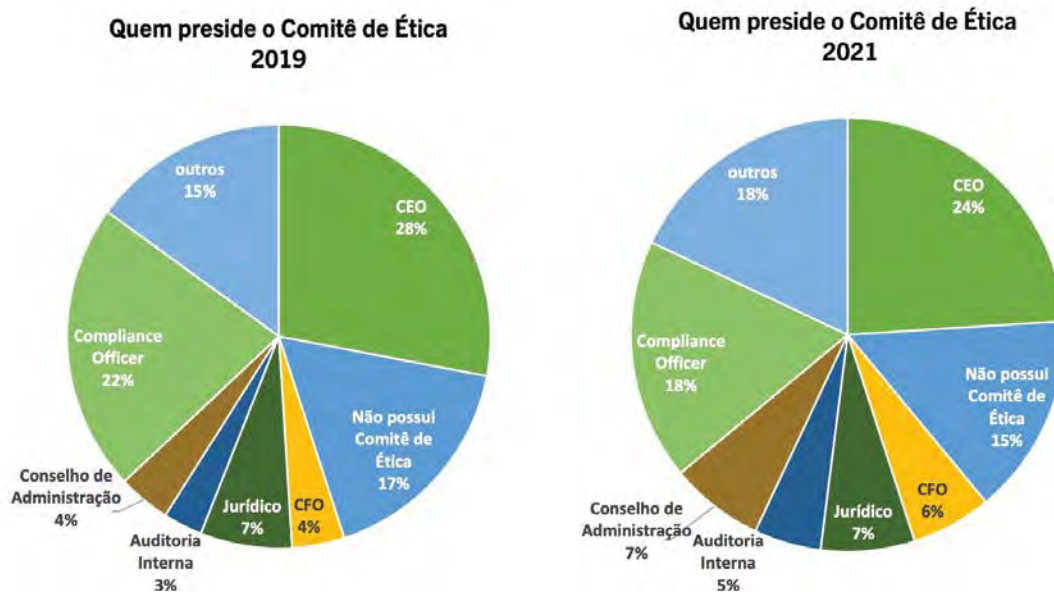
cia recebida e processada, e recomendar à administração o tipo de penalidade que entende cabível. Consequentemente, não incluir administradores em sua composição, reservando esse nível para a “segunda instância” – àquela na qual, com base nas conclusões dos relatórios do Comitê, poderão ser aplicadas penalidades.

Caberá aos membros do Comitê a escolha, em rodízio e por mandatos definidos, de seu próprio coordenador. Essa competência é de fundamental importância para manter a independência operacional do Comitê.

De acordo com a mesma pesquisa da KPMG, citada anteriormente, e o “Estudo Governança Corporativa e Mercado de Capitais 2021/2022”, percebemos os seguintes avanços em relação ao Comitê de Ética:

- Apenas 15% das empresas pesquisadas ainda não possuem um comitê de ética e compliance estabelecido;
- o presidente executivo CEO preside esse comitê em 24% dessas empresas;
- existe *compliance officer* em 18% da amostra;
- membro do conselho de administração preside o comitê de ética em apenas 7% das empresas;
- 80% dos respondentes informaram que o treinamento de ética e conduta tem sido o principal treinamento aplicado desde 2017.

A evolução na coordenação desse Comitê nos últimos três anos pode ser sintetizada através dos gráficos a seguir:



Fonte: Pesquisa KPMG: Maturidade do Compliance no Brasil, 2019 e 2021

De acordo com a última edição desta pesquisa as principais preocupações atuais giram em torno do fato de que os funcionários não possuem conhecimentos dos mecanismos internos de relato e alçada, pouco envolvimento e responsabilização da gerência média, treinamentos exaustivos, com potencial diluição das mensagens, e pouca familiarização dos profissionais com o Código de Conduta.

A preservação da integridade civil e criminal na diminuição do grau de exposição e responsabilização da alta administração da organização em relação a potenciais compor-

tamentos irregulares ou ilegais de seus colaboradores tem sido o maior motivador na implantação dos programas de compliance e integridade atualmente.

Os últimos acontecimentos veiculados na mídia brasileira ocorridos na Caixa Econômica Federal: a destituição do CEO e a morte do Diretor de Controles Internos nos remete a reflexão sobre a eficácia e eficiência dos Programas de Integridade existentes em nossas empresas. De acordo com o noticiado, a Diretoria de Controles Internos e Integridade da Caixa é a responsável pelo recebimento e acompanha-

GOVERNANÇA

mento das denúncias feitas por funcionários por meio dos canais internos do banco e responde a Vice presidência de riscos, que por sua vez está ligada ao CEO da Instituição. Padrão considerado normal nas nossas Instituições.

Tecnicamente, pondero o fato de que denúncias serem recebidas e acompanhadas por gestores internos, embora comuns em nossas empresas, compromete a legitimidade do programa de Integridade por subestimar a identidade cultural “relacional” das nossas Instituições. Esta identidade relacional é calcada na mistura , no “incluir” e encontrar “pontes” entre as pessoas na busca do “meio” e da negociação de conflitos. A total independência de um canal de denuncia elimina em boa parte esse “jeitinho brasileiro”, prática já vivenciada por vinte por cento das empresas pesquisadas pela KPMG em 2021 .

Uma das principais atribuições de um Conselho de Administração é **zelar pelos valores e crenças** da Instituição e ter um Comitê de Ética ligado a ele pode funcionar como termômetro , meio direcionador e fomentador da cultura ética no ambiente organizacional. Apenas 7% das empresas pesquisadas pela KPMG em 2021 utilizam desta prática.

Estamos acompanhando desde 2013 a evolução destes programas no contexto brasileiro e nos parece que o grande descolamento entre a conduta da alta administração de nossas empresas e os preceitos definidos pelos seus programas de Integridade seja uma das principais causas da ineficiência dos mesmos.

Atualmente, vivenciamos concomitantemente outro desafio trazido pela Agenda ESG. Focada em direcionar as empresas sob as perspectivas ambientais/ecossistemas, social e de governança em conjunto, tem impulsionado o sentido de responsabilidade corporativa e da expectativa sob o ponto de vista dos investidores e da sociedade em relação às empresas. Uma das maiores dificuldades ao se aferir a qualidade tanto do programa de integridade quanto da aderência à Agenda ESG de uma empresa está em conseguir compreender a efetiva aplicação dos procedimentos e o efetivo comprometimento da alta administração, logrando separar o que é mero discurso da efetiva ação. Assim como tem sido uma das grandes dificuldades para os profissionais de compliance os chamados “programas de papel”, o Greenwashing – lavagem verde – é um desafio para os profissionais e empresas ESG.

Cabe aos Conselhos de Administração das empresas e instituições garantir a diminuição deste gap tanto entre o

“

Tecnicamente, pondero o fato de que denúncias serem recebidas e acompanhadas por gestores internos, embora comuns em nossas empresas, compromete a legitimidade do programa de Integridade por subestimar a identidade cultural “relacional” das nossas Instituições. Esta identidade relacional é calcada na mistura , no “incluir” e encontrar “pontes” entre as pessoas na busca do “meio” e da negociação de conflitos.”

”

discurso e prática respondendo a sociedade e aos acionistas por tudo o que se passa nas empresas em que atuam, quanto o grau de exposição civil e criminal dos seus administradores.

Respondendo a provocação do subtítulo deste artigo, o recado que fica aos Programas de Integridade é a importância da existência de um Comitê de Ética ligado as mais elevadas alçadas de poder de uma empresa, a total independência de um canal de denúncia e a periódica atualização do Código de Conduta. **RI**



ADRIANA DE ANDRADE SOLÉ

é Engenheira Eletricista, Conselheira de Administração, Autora, Pesquisadora, Professora e Consultora. Coautora do livro: *Código de Conduta: Evolução, Essência e Elaboração* - em parceria com Lélío Lauretti, segunda edição 2022, Editora Forum. adrianasole2021@gmail.com

O SITE DA SUA

EMPRESA REALMENTE

TEM A CARA DELA?

innova

WEBSITES DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES | CORPORATIVO | E DE SUSTENTABILIDADE

Soluções tecnológicas, sob medida, que enriquecem a experiência de cada visitante e otimizam seu tempo de manutenção.



FERRAMENTAS PRÓPRIAS DE RI



TECNOLOGIA RESPONSIVA



SEGURANÇA



CUSTOMIZAÇÃO



SEO

**FERRAMENTAS PRÓPRIAS
E CUSTOMIZADAS DE RI:**

- Gráficos interativos
- Simulador de investimento
- Evolução das ações
- Séries históricas
- Histórico de cotações
- Plataforma de webcast
- Gestão e disparo de mailing com relatório de envios
- Principais recomendações de acessibilidade do WCAG



**QUER SABER MAIS?
BRIDGE.AATB.COM.BR**

BRIDGE

COMUNICAÇÃO COM INVESTIDORES

25 ANOS DA LEI DE ARBITRAGEM

E O PAPEL DA CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Têm sido merecidamente celebrados os 25 anos da Lei da Arbitragem que passou a fazer parte do nosso aparato jurídico. Comparados aos nossos vizinhos da América do Sul, fomos retardatários em implementar a legislação que faculta a arbitragem num país onde a judicialização é fenômeno conhecido por nossa vocação litigiosa pelos mais diferentes assuntos, sobrecarregando assim nosso Poder Judiciário e os órgãos a ele relacionados.

por **ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA**

Não com a mesma existência de bodas de prata, a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, ligada à B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, completou 21 anos de atividades.

E POR QUE A CAM FOI CRIADA?

Entre os principais problemas identificados pela Bolsa como impeditivos do desenvolvimento do mercado (ao menos na visão dos investidores) estavam o controle concentrado das companhias abertas nas mãos dos fundadores, famílias ou Estado, prevalência de ações preferenciais sem direito a voto, tratamento não igualitário de acionistas, ausência de direito de *tag along* em casos de transferência de controle, falta de transparência, pouco *enforcement* pelo regulador e pelo Judiciário.

Como resultado, o mercado de capitais brasileiro, especialmente o mercado de ações, não ocupava espaço compatível com sua relevância. Poucas companhias tinham interesse na bolsa, poucas aberturas de capitais aconteciam. Assim,

o mercado de ações não era visto como uma opção válida de captação de recursos pelas companhias.

A alternativa de rever a Lei das S/A, e acabar, por exemplo, com as ações preferenciais sem direito a voto, mostrou-se jurídica e politicamente inviável.

No intuito de desenvolver o mercado de ações, atraindo novos investidores e companhias, a Bolsa, em dezembro de 2000, instituiu segmentos especiais de listagem, contendo boas práticas de governança corporativa superiores as então exigidas pela legislação em vigor.

A criação desses segmentos especiais de listagem surgiu de uma iniciativa da própria Bolsa, baseada em seu poder de autorregulação, para melhorar a qualidade das companhias abertas e a credibilidade do mercado de ações brasileiro, e coordenou um grupo de trabalho com uma mescla de diferentes profissionais.

O ingresso em tais segmentos foi baseado em um contrato celebrado entre a companhia, os controladores, administradores e a Bolsa. O estatuto social seria alterado para incluir disposições específicas, como o direito ao tag along integral, ou seja, a igualdade dos minoritários quando o controle da companhia fosse negociado.

Com a criação dos segmentos especiais de listagem, em vista da necessidade da criação de foro apropriado para a solução de controvérsias ligadas ao Mercado de Valores Mobiliários, a Bolsa criou a Câmara de Arbitragem do Mercado em julho de 2001, poucos meses antes da inclusão de previsão expressa a este respeito na Lei no. 6.404. Uma das reclamações daqueles que apelavam para o Poder Judiciário era a lentidão dos processos julgados e as constantes postergações das decisões, além da pouca especialização dos juízes nas questões muito específicas do mercado de valores mobiliários.

Fui então convidado pelo presidente da Bolsa, Edemir Pinto, a assumir a presidência do grupo de árbitros que iriam compor a base para a atuação da Câmara.

Recebi esse convite com certa surpresa, pois não tendo formação jurídica (sou economista) suponho que fui escalado para tal posição como reconhecimento ao meu passado dedicado ao desenvolvimento do mercado de capitais, onde, sem entrar em outras experiências vividas, o fato de ter sido o primeiro presidente da CVM deve ter pesado. Os dois vice-presidentes convidados para a vice-presidência da CAM foram dois renomados juristas: Calixto Salomão, professor titular de direito comercial da Faculdade de Direito da USP e Paulo Cezar Aragão, que havia ocupado a superintendência jurídica da CVM. Assim me davam a tranquilidade que seu saber jurídico supriria minha inexperiência.

Com essas mais de duas décadas de experiência vivida, os últimos anos mostraram que a complexidade da atuação da CAM e, em consequência, o envolvimento do seu Presidente foi muito além do previsto, como o demonstram os fatos que irei relatar.

De início, as duas ou três medidas mais importantes que foram tomadas por mim, com integral participação da Secretaria Jurídica da Bolsa, foi a de realizarmos reuniões trimestrais com o corpo de árbitros que a compõem, sempre escolhendo um tema ligado à nossa razão de existir. A mais recente contou com a participação do Dr. Carlos Alberto Carmona, figura de destaque no setor de arbitragem e que conosco debateu aspectos ligados ao sensível tema da escolha dos árbitros.



Apesar dos 25 anos desde que foi sancionada, nossa lei de arbitragem é ainda relativamente jovem comparada a de outros países. Lembro-me que uma das iniciativas que tomamos nos primeiros anos de nosso mandato foi a de organizar um seminário em que trouxemos juristas do Chile, Argentina e Uruguai que aqui vieram relatar suas experiências vividas, bem mais longevas do que a de nossa lei de arbitragem.



Paralelamente, realizamos, com os advogados ligados à superintendência jurídica, vários encontros, reuniões, almoços com escritórios de advocacia e de companhias abertas, num trabalho de evangelização da arbitragem, em que buscamos esclarecer questões sobre nossa atuação, desmistificando dúvidas sobre nossa isenção e independência e que iriam nortear nossas atividades, condição sine qua non para a própria existência da CAM.

Investimos algum tempo revendo nosso regulamento operacional para que se tornasse mais contemporâneo, considerando as sugestões e ponderações dos diferentes interessados envolvidos no processo, preocupação constante que nos levou a um aperfeiçoamento das normas originais.

Apesar dos 25 anos desde que foi sancionada, nossa lei de arbitragem é ainda relativamente jovem comparada a de outros países. Lembro-me que uma das iniciativas que tomamos nos primeiros anos de nosso mandato foi a de organizar um seminário em que trouxemos juristas do Chile, Argentina e Uruguai

ENFOQUE

guai que aqui vieram relatar suas experiências vividas, bem mais longevas do que a de nossa lei de arbitragem.

Também, na medida em que os primeiros casos foram surgindo, buscamos ampliar nosso grupo com novos árbitros àqueles que iriam compor nosso grupo. Com a experiência constatamos que nossa base deveria ser formada essencialmente por advogados. Outros profissionais poderiam ser usados como consultores, pareceristas ou árbitros (já que questões de valoração econômica ou contábil estão constantemente presentes), mas ficou claro que a arbitragem iria quase sempre requerer forte base jurídica e especialização.

Vale mencionar que a CAM está organizacionalmente ligada à área jurídica da Bolsa. No entanto, cabe lembrar que a sua Diretoria Jurídica tem as atribuições usuais de uma companhia aberta, além daquelas típicas de um autorregulador de um mercado organizado de valores mobiliários. Por outro lado, sendo a própria Bolsa uma companhia aberta, a atuação da CAM não pode confundir-se com o assessoramento jurídico à Bolsa como órgão autorregulador. Assim, o corpo básico de advogados ligados à CAM não tem ligação operacional com as demais atividades jurídicas da Bolsa. Os procedimentos e outras iniciativas trazidas para minha aprovação e assinatura são, na maioria dos casos, antes revistos na Diretoria Jurídica pela titular da área.

Nos primeiros anos de existência registramos pouquíssimos casos na CAM. Em diversos contatos com o mercado e órgãos de imprensa especializada, éramos sempre perguntados quais as razões que justificavam esse vazio. Minha explicação era sempre a mesma, ou seja, a baixa relevância do mercado de valores mobiliários e de novas emissões de empresas acessando o mercado, além do fato de que a própria lei de arbitragem estava em sua fase inicial de aplicação prática, algo retardada pela discussão acerca da sua constitucionalidade, que só foi definitivamente solucionada pelo STF em dezembro de 2001. Os poucos litígios eventualmente surgidos, em muitas situações haviam sido equacionados entre os interessados ou mesmo objeto da atuação do órgão regulador, ou seja, a Comissão de Valores Mobiliários.

De certa forma, surpreendeu-nos nesse primeiro momento o fato que a CAM também estivesse sendo escolhida pelas partes para solucionar litígios que não envolviam necessariamente participantes do universo das companhias abertas.

Maior desenvolvimento ocorreu quando um maior número de empresas acessou o mercado, entre 2006 e 2008, fazendo emissões recordes dos chamados IPO's (no jargão do

mercado, as *Initial Public Offers*), ou seja, empresas que estavam abrindo seu capital e ingressando no mercado com sua significativa maioria oferecendo ações votantes e adotando os padrões de governança mais rigorosos do chamado Novo Mercado (inclusive a previsão obrigatória de arbitragem de litígios societários). Esses volumes recordes sofreram forte baque com a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers em 2008, que abalou as estruturas financeiras não só dos EUA, como também teve repercussão em diferentes Bolsas de Valores, com impacto na economia global.

Foi uma fase de difícil adaptação e aqui, mais uma vez, os detentores de poupança indicaram sua preferência por títulos de dívida pública ou privada com rendimentos atrelados à inflação e uma taxa de juros que desestimulava a aplicação em investimentos de renda variável (ações e correlatos).

Essa situação inverteu-se substancialmente a partir de 2019 com a redução substancial da inflação, que trouxe como consequência uma queda também espetacular na taxa de juros.

Os investidores, acostumados a ganhos até então na renda fixa indexados à inflação, deram-se conta de que, pela primeira vez, nosso País passou a conviver com a chamada taxa de juros negativa, ou seja, ganhos oferecidos aos aplicadores inferiores à taxa de inflação. Essa era uma situação que já havia sido constatada em países da EU, notadamente Alemanha, e mesmo nos EUA.

Isso provocou uma busca de aplicações alternativas para um grupo crescente de investidores acostumados com ganhos reais, provocando uma busca substancial de ações nos chamados títulos de renda variável. O índice Bovespa passou por sensível elevação. Consequentemente, o número de investidores individuais teve também uma relevante elevação ainda que estes, em grande parte, desconhecem os riscos assumidos.

Essas movimentações coincidem com o quadro representativo de litígios que passaram a fazer parte dos últimos anos da CAM. Destaque deve ser dado para vários procedimentos em que figuram como requerentes acionistas minoritários e como requeridas um número representativo de grandes companhias abertas com forte presença de investidores internacionais. Os diferentes procedimentos registrados na CAM, com valores em julgamento de grande monta, superaram por ampla margem as estatísticas de anos anteriores. Veja-se, a propósito, ao final do texto, o retrospecto estatístico da CAM no ano em curso.

Na fase que antecedeu esse crescimento extraordinário do número de casos em julgamento na CAM, a Diretoria Jurídica da B3 atendeu a dois requisitos fundamentais para o melhor funcionamento da arbitragem no seu domínio. Refiro-me à digitalização dos procedimentos e os ementários dos casos julgados. Os processos de digitalização estão hoje, de forma crescente e avassaladora, presentes não apenas na vida empresarial como também em diferentes áreas da atuação jurídica. Não podíamos ficar defasados, ainda mais considerando a tecnologia de ponta da B3.

Outro ponto importante é o ementário, uma resenha dos casos julgados por nossa corte arbitral. Obviamente, sem revelar dados que permitam a identificação das partes envolvidas, serve como indicativo (não vinculativo, naturalmente) para decisões subsequentes.

Outro tema que tem nos preocupado, e sido objeto de nossas contínuas observações é a questão do sigilo, um dos requisitos básicos e fundamentais do processo arbitral.

A Comissão de Valores Mobiliários recentemente se pronunciou a respeito através do Anexo I (“Comunicação sobre demandas societárias”) à Resolução nº 80 de 29/3/22, cujo § 2º do Artigo 1º definiu que: “Obrigações decorrentes de convenções de arbitragem, de regulamentos de órgãos arbitrais institucionais ou entidades especializadas ou de qualquer outra convenção não eximem o emissor do cumprimento das obrigações de divulgação previstas neste anexo, respeitadas as hipóteses e observados os limites de sigilo decorrente de lei.”

É realmente uma situação delicada quando a arbitragem envolve companhias abertas, pois a revelação de informações regidas pela confidencialidade pode afetar, antes dos efetivos julgamentos, sua cotação na Bolsa de Valores. Por outro lado, a natureza particular dos litígios societários, que em muitos repercutem sobre todos os acionistas, estejam ou não cientes da pendência, tem despertado imensa atenção dos juristas, buscando compatibilizar a confidencialidade convencionada com eficácia ampla de uma eventual coisa julgada, questões que não cabem aqui examinar em profundidade.

Infelizmente também constatamos que, em algumas situações as partes deixam vaziar informações pela imprensa especializada. Desnecessário frisar o desserviço provocado à arbitragem, e em muitos casos, aos interesses de uma das partes.

Voltando às experiências vividas e os problemas que devem ser enfrentados, colocaria em primeiro lugar a celeridade do processo decisório, em tese um dos pontos cruciais da atividade arbitral nem sempre tem se tornado real. Isso se deve ao fato de nossa Câmara, como também outras que atuam no setor, serem obrigadas a atender à reivindicação das partes envolvidas com medidas meramente protelatórias importando para a arbitragem alguns dos defeitos do processo judicial, notadamente nos incidentes de impugnação dos árbitros escolhidos. Somos obrigados a dar curso a, em certos casos, sucessivas impugnações acabam retardando a instalação do tribunal arbitral, por razões frívolas ou descabidas.

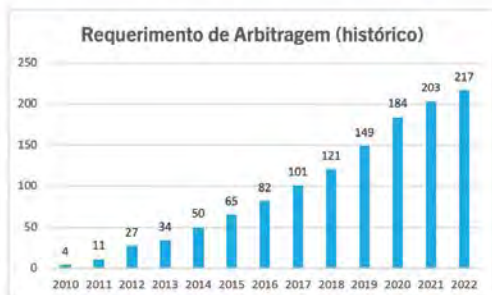
A Câmara em números

Em 2022, recebemos **14 novos** procedimentos até o momento;

Retomada do crescimento de Requerimentos de Arbitragem

81 procedimentos em andamento

Quase 17 bilhões de reais em litígio



Impugnações de Árbitro

2020	2021	2022
7 impugnações	15 impugnações	10 impugnações (até o momento)



Prejudica a celeridade dos procedimentos



Dificuldade em formar os Comitês de Impugnação em razão dos impedimentos dos profissionais

Possíveis soluções:

- Cobrança de honorários para o Comitê de Impugnação; ✓
- Resolução para regular a nomeação de membros do Comitê de Impugnação (será publicada nos próximos dias); ✓
- Ementário de Decisões de Impugnação de Árbitro (em estudo de viabilidade);
- Resolução para regular pedidos de esclarecimentos aos árbitros indicados (em estudo de viabilidade)

Temos também constatado que, em número relevante de casos vividos, as impugnações não têm ocorrido por dúvida fundada quanto à imparcialidade dos árbitros. Por isto mesmo, alguns árbitros experimentados sentem-se justificadamente constrangidos ao serem impugnados sem fundamento efetivo, e assim, preferem não mais serem indicados pois não querem se submeter a questionamentos descabidos que buscam a todo custo justificar seu impedimento.

É fato que em alguns casos torna-se mais complexa a escolha de árbitros quando muitos deles, por sua atividade mais intensa, acham-se conflitados e impedidos de atuar. Para isto, contudo, há padrões internacionais bastante conhecidos e testados, relativos à divulgação de informações sobre impedimentos dos árbitros, que chegam a uma medida adequada a respeito da a divulgação de informações necessárias para uma confirmação da imparcialidade dos julgadores, mas sem levar a um processo infinito de busca de informações irrelevantes que apenas alimentam as referidas impugnações injustificadas.

Mais ainda, já foi dito que em todo processo judicial (e arbitral) há pelo menos uma das partes (às vezes, paradoxalmente, as duas) que deseja que o processo não chegue a seu fim. É necessário, portanto, manter o equilíbrio entre, de um lado, o que deve ser divulgado, de sorte permitir que as partes possam confirmar a sua confiança no tribunal escolhido e, de outra parte, aquilo que, por irrelevante, não terá sido divulgado, e por isto mesmo não deveria, ao final de vários anos, levar a uma impugnação da decisão proferida.



Minha experiência na CVM é que devemos sempre buscar, à exaustão, providências autorregulatórias, evitando assim, que os legisladores tenham que intervir para sanar distorções. Temos que ter um sistema de normas estabelecidas no âmbito da autorregulação que indique nossa consciência e determinação de manter viva e eficaz a arbitragem, justificando sua escolha pelas partes contratantes.



Temos debatido o assunto internamente e pretendemos sugerir a adoção de medidas autorreguladoras. Minha experiência na CVM é que devemos sempre buscar, à exaustão, providências autorregulatórias, evitando assim, que os legisladores tenham que intervir para sanar distorções. Temos que ter um sistema de normas estabelecidas no âmbito da autorregulação que indique nossa consciência e determinação de manter viva e eficaz a arbitragem, justificando sua escolha pelas partes contratantes.

Outro problema que estamos vivenciando é a de árbitros conflitados. Apesar de haveremos expandido substancialmente o número de árbitros ligados à CAM, tal situação tem sido frequente. Esses conflitos precisariam ser claramente definidos para não criar impedimentos que não se sustentam por qualquer ângulo que sejam analisados.

Nosso regulamento permite que as partes possam escolher árbitros que não estejam credenciados na CAM, desde que preencham um questionário com todas as informações necessárias para serem autorizados a atuar. Acho positiva essa facilidade, pois amplia o universo de árbitros que estejam ligados ao processo arbitral.

Outra situação que defrontamos com a representação de minoritários nos chamados casos coletivos. Nomes em número expressivo são apresentados como requerentes, sem que sua qualificação temporal como acionistas da causa em questão estivesse comprovada. Consequentemente, é dado um prazo confortável para que os advogados apresentem as informações básicas e que fique comprovado que eles efetivamente eram acionistas ao tempo do evento que alegam ter justificado seu prejuízo. Obviamente esse prazo atrasa a instalação do Tribunal. A revisão dos prazos deverá ser justificada por motivações que tenham fundamentos questionáveis.

Buscamos encontrar soluções que possam resolver esses problemas de uma forma que venha a atender o interesse das partes. As normas regulatórias não nos permitem tomar medidas casuísticas e que possam, de alguma forma, eventualmente colocar nossa total isenção e idoneidade em dúvida. Esse é nosso maior patrimônio ético e moral sobre o qual não podemos transigir.

Um dos muitos aprendizados, desde o tempo dos primeiros julgamentos de processos administrativos sancionadores na CVM, e hoje vivido com maior frequência na CAM, é a responsabilidade de julgar. O Dr. José Luiz Bulhões Pedreira, com quem tive o privilégio de conviver e até mesmo ter



O Dr. José Luiz Bulhões Pedreira, com quem tive o privilégio de conviver e até mesmo ter uma excelente relação pessoal, insistia que não podemos ser subjetivos quando vamos julgar.



uma excelente relação pessoal, insistia que não podemos ser subjetivos quando vamos julgar.

Temos que nos despir de qualquer viés e, de forma totalmente isenta, fazer julgamentos baseado em fatos concretos trazidos aos autos, e sem que qualquer outro fato de conhecimento dos julgadores ou das partes envolvidas, alheios ao que estamos julgando ou não efetivamente demonstrados.

Assim, julgar é certamente um dos grandes desafios de todos aqueles investidos em tal função, e por isso minha compreensão das dificuldades que juristas enfrentam é a mesma das muitas decisões nas diferentes áreas do nosso complexo sistema jurídico que nos surpreendem e, as vezes nos chocam. Uma realidade que temos que conviver, inclusive comprometendo a separação e responsabilidades do sistema republicano.

Espero que esse documento possa ser útil a todos aqueles que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos nesse momento jurídico que é a Arbitragem. **RI**



ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA

é presidente da Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM), foi o primeiro presidente da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, e é conselheiro emérito e fundador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).
teixeiradacostaroberto@gmail.com

LEI DAS ESTATAIS

Ameaças de alteração na **Lei das Estatais** colocam em xeque planos do **Brasil** de ingressar na **OCDE**

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (**IBGC**), ao lado da **Amec**, **Apimec Brasil**, **IBRI** e **Instituto Ethos** de Empresas e Responsabilidade Social, assinou ofício que alerta para o risco de retrocessos que uma eventual alteração na Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) pode gerar. Além de prejudicar conquistas relevantes, uma possível alteração em mecanismos da Lei que blindam as estatais de interesses político-partidários poderá ser um revés no plano do Brasil de ingressar na **OCDE**.

por **IBGC**

Confira a seguir a íntegra do documento encaminhado a membros do Congresso Nacional e do Governo Federal:

OFÍCIO ENVIADO A MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL E DO GOVERNO FEDERAL SOBRE A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA LEI DAS ESTATAIS

ASSUNTO: Risco de retrocessos por possibilidade de mudanças na Lei 13.303/2016

A Associação dos Investidores no Mercado de Capitais (Amec), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil – (APIMEC BRASIL), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social alertam para o risco de retrocessos que uma eventual alteração na Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) pode gerar. A proposta que vem sendo defendida publicamente por representantes da Câmara dos Deputados e do governo federal nos últimos dias vai na contramão de conquistas relevantes recentes e põe em xeque a ambição do Brasil de ingressar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

De forma recorrente, as investidas contra a legislação visam a desidratação dos requisitos e vedações para a ocupação de cargos de membros de conselho de administração e de diretoria. Esses dispositivos formam a principal blindagem da legislação contra o risco de captura das empresas estatais por interesses político-partidários, que foram

responsáveis por casos notórios de corrupção, de ineficiência de alocação de recursos públicos e de atendimento a objetivos eleitorais e pessoais, em detrimento dos objetivos sociais para os quais as companhias foram criadas.

Os danos de interferências político-partidárias não se limitam aos cofres públicos e à qualidade dos serviços prestados à população. No caso das sociedades de economia mista listadas em bolsa de valores, os impactos atingem investidores privados, prejudicando a atratividade do mercado brasileiro de capitais como fonte de financiamento das atividades econômicas.

As normas contidas na lei servem para garantir que a gestão das companhias seja profissional, por meio da aplicação de critérios técnicos para a escolha dos administradores, e atendem a recomendações de referências nacionais e internacionais, incluindo as diretrizes de governança para empresas estatais da OCDE. O alinhamento a esses padrões é um dos passos previstos no processo de acessão do Brasil à OCDE.

No relatório *Review of the Corporate Governance of State-Owned Enterprises in Brazil*, publicado no fim de 2020, a OCDE reconheceu que os conselhos das estatais se tornaram mais independentes de interferências político-partidárias em função dos impedimentos estabelecidos pela Lei das Estatais. “A proibição para indicação de políticos e outros indivíduos em conflito de interesses provou ser bem-sucedida na redução de algumas formas de apadrinhamento político usando cargos de conselheiros e executivos”, afirma o documento. A OCDE recomendou ao Brasil ir além das conquistas já alcançadas e perseguir aprimoramentos como a extensão dos requisitos e vedações para todos os comitês do conselho de administração e para o conselho fiscal, a concessão efetiva ao conselho de administração do poder de indicar e demitir o diretor-presidente da empresa, e o aperfeiçoamento das regras e procedimentos de indicação e nomeação de administradores.

Além de contrariar recomendações da OCDE, eventuais flexibilizações na Lei das Estatais podem interromper um ciclo virtuoso de amadurecimento dos sistemas de governança e de integridade de estatais. Entre 2017 e 2021, o IG-Sest, indicador criado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais (Sest), do Ministério da Economia, para a avaliação contínua do cumprimento de normas e boas práticas de governança pelas estatais federais, quase dobrou, passando de uma nota média de 4,15 (de um total de 10), para 8,07. Já a pesquisa Governança Corporativa em Empresas Estatais Brasileiras, do IBGC, apontou, entre 2018 e 2020, crescimento da proporção de conselheiros independentes de estatais de capital aberto (de 21% para 30%) e na adoção de processos formais de avaliação de desempenho dos conselheiros de administração (de 51% para 83%).

Por esses motivos, as organizações abaixo assinadas, representativas da sociedade civil, do setor privado e do mercado de capitais, assistem com apreensão a investidas que atentam contra os fundamentos da Lei das Estatais. Solicitamos às autoridades públicas, tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo, atenção e disposição para proteger a legislação atual e combater qualquer tentativa de mudança que promova retrocessos.

- AMEC - Associação dos Investidores no Mercado de Capitais.
- APIMEC BRASIL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil.
- IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
- IBRI - Instituto Brasileiro de Relações com Investidores.
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

IBGC

Fundado em 27 de novembro de 1995, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, é referência nacional e uma das principais no mundo em governança corporativa. Seu objetivo é gerar e disseminar conhecimento a respeito das melhores práticas nesse campo e influenciar os mais diversos agentes em sua adoção, contribuindo para o desempenho sustentável das organizações e, conseqüentemente, para uma sociedade melhor.

www.ibgc.org.br

A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DO

ISSB

INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD

PARA A ANÁLISE DE INVESTIMENTOS

Relatórios corporativos surgiram para que usuários externos pudessem acompanhar a situação e desempenho das empresas e, assim, tomar decisões racionais sobre negócios. Ao longo do tempo, regulação, auditoria, aumento do rigor técnico e da capacidade de analisar e interpretar adequadamente o conteúdo desses relatórios contribuíram para mercados mais transparentes, redução de assimetria da informação, controle de riscos e aumento dos níveis de governança das corporações. No âmbito contábil, é indiscutível que o estabelecimento de normas globais permitiu o aprimoramento da formação profissional, sistemas de informação e controle, avaliação de empresas e identificação e punição de eventuais desvios.

por **VANIA BORGERTH**

Ao longo dos últimos anos várias iniciativas surgiram com o objetivo de trazer à tona, com o mesmo grau de confiabilidade, as informações de natureza Ambiental Social e de Governança Corporativa - conhecidas pelo mercado como sendo de natureza é ESG (*Environmental, Social and Governance*). Dentre elas, se destacam o GRI (*Global Reporting*

Initiative), o SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*), o TCFD (*Task-force on Climate-related Financial Disclosure*), o CDP (*Carbon Disclosure Project*), etc.

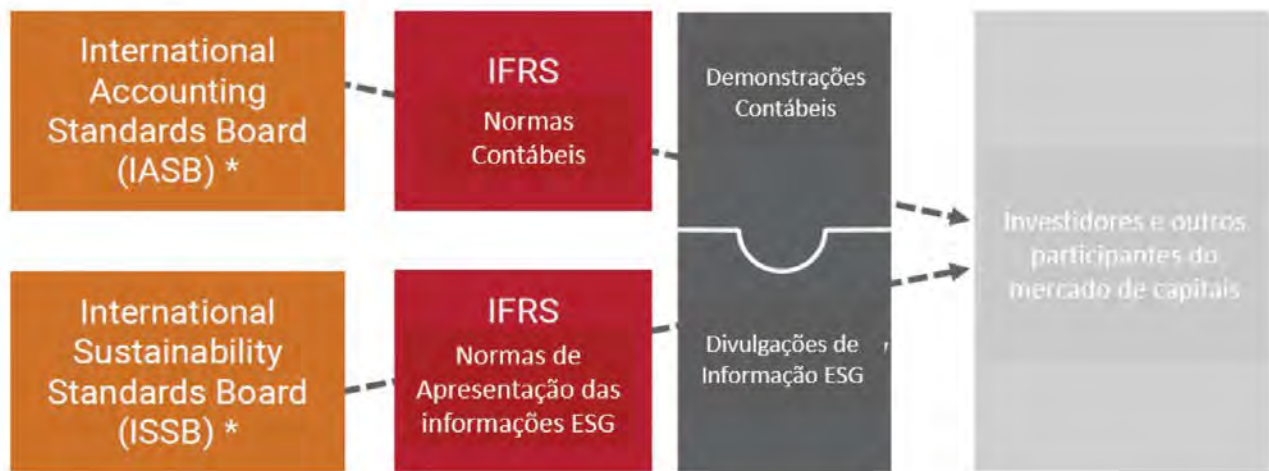
Apesar de inegável contribuição dessas iniciativas para que fatores ESG passassem a serem vistos como geradores de va-

lor (e riscos) para as organizações, a ausência de regulação e de uma padronização que permitisse comparação de uma empresa ao longo do tempo, ou com seus pares/concorrentes, limitou o uso de fatores ESG pelos agentes de mercado, incluindo os analistas. Após a Conferência Rio+20, uma outra organização, o IIRC (*International Integrated Reporting Council*) ganha peso e impacto ao promover a integração entre a informação financeira (contábil) e ESG, resultando em uma mudança na cultura do reporte corporativo, ao estimular visão de longo prazo, concisão, fim dos silos, valorização da informação narrativa e evidenciação da mesma via base contábil, possibilitando sua assecuração por auditores independentes. A ponte entre o contábil e ESG possui, ainda, a vantagem de minimizar a possibilidade da manipulação da informação de sustentabilidade de acordo com os interesses da empresa reportante (*greenwashing*).

Reguladores do mundo inteiro, diante da constatação de que relatos integrados resultavam em mercados mais estáveis e transparentes, procuravam um caminho para uma transição segura do modelo “relate ou explique”, até então adotado para relatórios de sustentabilidade, para o modelo em que tais relatórios passam a incorporar o conjunto de informação mandatoriamente fornecida ao mercado.

A solução mais viável encontrada pelos reguladores foi a de ampliar a missão da IFRS Foundation: para relatórios integrados, nada melhor que a própria entidade que já elabora normas contábeis (com o reconhecimento e respaldo dos reguladores mundiais) ser também a responsável pelas normas de relatórios de sustentabilidade. Para este fim, a IFRS Foundation criou o ISSB (*International Sustainability Standards Board*), que entra em operação em agosto de 2022.

Estrutura normativa da IFRS Foundation



* IIRC atua como órgão consultivo para o IASB e o ISSB com relação à conectividade da informação via conceitos e princípios orientadores do Relato Integrado

A primeira consulta pública do ISSB, encerrada em 29 de julho de 2022, se refere a relatórios de mudanças climáticas, usando como base a proposta do TCFD. Embora o mercado, de uma forma geral, esteja recebendo esta nova realidade regulatória de forma muito positiva, algumas dúvidas básicas sobre a ISSB têm causado ruído no mercado, principalmente no Brasil. Vamos procurar endereçá-las a seguir:

1. *Porque o próprio IIRC não assumiu a responsabilidade de estabelecer as normas de sustentabilidade? O IIRC irá acabar?*
- O IIRC não é uma organização formalmente constituída

com estrutura, governança, funcionários e propósitos estratégicos. Ele é uma coalizão de organizações que se uniram com o propósito de criar uma Estrutura Conceitual Básica (Framework) para relatórios de sustentabilidade que pudessem ser evidenciados nos relatórios financeiros. Nunca foi sua intenção se tornar responsável pela normatização de tais relatórios ou se perpetuar como instituição independente. Sua associação com a SASB em 2020 (que resultou na VRF – *Value Reporting Foundation*) e sua incorporação pela IFRS Foundation através da ISSB colocam o IIRC em uma posição estratégica ideal para continuar a exercer sua missão

de gerar informações de sustentabilidade, de acordo com os princípios de pensamento integrado, correlacionadas com as informações financeiras.

2. *Qual a diferença entre “framework” e “standards”?* – usando o paralelo de um quadro, o framework é uma moldura para um relatório, mas não estabelece o conteúdo a ser apresentado. O framework indica os parâmetros básicos: piso, teto, amplitude – O QUÊ reportar e não o COMO. Na contabilidade, o framework define o que é ativo, passivo, receita, gasto, características qualitativas etc., o standard é o que irá estabelecer os critérios de quando reconhecer, por qual valor, qual o ganho (ou perda) gerado pelo ativo ao longo do tempo e sua eventual baixa pela venda, uso ou desvalorização.

3. *Se existiam tantas iniciativas de reporte de sustentabilidade antes do ISSB, por que a missão de normatização dos mesmos não coube a nenhuma delas?* - embora as instituições já existentes tenham contribuído sensivelmente para a consolidação da credibilidade dos relatórios de sustentabilidade, a mudança de patamar a para relatórios mandatórios requer um nível de confiança entre os reguladores e a entidade normatizadora. Tal relacionamento já existe em relação à IFRS Foundation em função do trabalho já desempenhado em relação às normas contábeis.

4. *Se uma empresa já utiliza padrões destas outras entidades, como GRI, SASB etc., vai precisar recomeçar do “zero” com as ISSBs?* – Não! A ISSB já anunciou que pretende aproveitar aquilo que já foi desenvolvido pelas entidades independentes e tem comprovado tal intenção ao incorporar o IIRC, o SASB, o CDSB e firmar convênios com o TCFD e o GRI.

5. *Com o ISSB os elementos de sustentabilidade passarão a ser contabilizados nos relatórios das empresas?* – Não. Neste momento, o ISSB estabeleceu como propósito a elaboração de normas de “apresentação das externalidades do negócio”, ou seja, decisões foram tomadas pela gestão do negócio, qual o seu efeito sobre os elementos ambientais, sociais e de governança. No futuro, com o aprendizado gerado pela proposta da ISSB, pode ser que se tenha segurança para o registro formal de alguns elementos de sustentabilidade.

6. *Ausência de contabilização formal queria espaço para que a empresa seja omissa ou fraudulenta ao divulgar informações de sustentabilidade?* Não, a ausência de contabilização não implica em ausência de divulgação de informação de uma forma evidenciável, facilitando sua futura asseguarção por auditor independente.



Na contabilidade, o framework define o que é ativo, passivo, receita, gasto, características qualitativas etc., o standard é o que irá estabelecer os critérios de quando reconhecer, por qual valor, qual o ganho (ou perda) gerado pelo ativo ao longo do tempo e sua eventual baixa pela venda, uso ou desvalorização.



7. *Já existe norma de auditoria para asseguarção dos relatórios ISSBs?* – O IAASB (*International Auditing and Assurance Standards Board*), órgão internacional de normas de auditoria, já reformulou uma de suas normas a fim de orientar auditores independentes na asseguarção de informação de natureza não contábil, incluindo relatórios de sustentabilidade. O crescimento do conceito do Relato Integrado e a criação da ISSB resultou, ainda, na aceleração do processo de construção de uma norma específica para sustentabilidade que, no futuro, terá critérios de asseguarção com o mesmo nível de razoabilidade hoje usufruído pelos relatórios contábeis.

8. *O que é o modelo de “Building blocks” a ser adotado pela ISSB?* - O modelo de “blocos de construção” prevê que os relatórios corporativos serão construídos em camadas (a exemplo dos blocos educativos usados na educação infantil). A primeira camada será a informação contábil – para a qual a empresa já tem sistemas, metodologia, padrões, etc. A segunda camada, será a norma global de relatório de sustentabilidade do ISSB – divulgando as externalidades do negócio sobre os elementos ESG, usando os critérios do Relato Integrado para vincular a informação contábil com a de natureza ESG. A terceira camada será estabelecida pelo regulador de cada país, requerendo detalhes que sejam característicos de cada mercado/jurisdição, contri-

Abordagem de normas compatíveis e base global



IFRS Sustainability Disclosure Standards will focus on investor needs but will be compatible with jurisdictional requirements to meet broader stakeholder-information needs.

buindo para uma maior utilidade local sem comprometer o caráter de comparação global proporcionado pela ISSB na segunda camada.

9. A SEC (Securities and Exchange Commission) e o Parlamento Europeu também estão com consultas públicas sobre relatórios de sustentabilidade. Trata-se de uma concorrência com a proposta da ISSB? – Não, como vimos na pergunta anterior, os reguladores locais como SEC (mercado americano), EFRAG (mercado europeu), CVM/BACEN/SUSEP/ANEEL, etc. (mercado brasileiro), entre outros, são chamados a acrescentar requerimentos que considerem fundamentais para a sua jurisdição. Mercados mais maduros em reporte de sustentabilidade como o europeu tendem a requerer mais informações que os demais. A estrutura estabelecida pelo ISSB procura respeitar (porém estimulando) o fato de que nem todos os países estão no mesmo nível de capacidade de reporte das questões ESG. O maior nível de abrangência apresentado pelas divulgações jurisdicionais serão bons modelos para aqueles que ainda precisam construir seus controles.

10. Qual a diferença entre “materialidade simples” e “dupla materialidade”, que parece ser uma questão controversa entre ISSB e modelo europeu? – O conceito de “materialidade simples” é o já adotado atualmente nos relatórios contábeis. Estabelece que a empresa precisa reportar o efeito que o ambiente no qual está inserida exerce sobre o seu negócio. Por exemplo, a empresa precisa reportar qual o efeito que um aumento do câmbio/taxa de juros, crise do petróleo ou

“

Mercados mais maduros em reporte de sustentabilidade como o europeu tendem a requerer mais informações que os demais. A estrutura estabelecida pelo ISSB procura respeitar (porém estimulando) o fato de que nem todos os países estão no mesmo nível de capacidade de reporte das questões ESG.

”

sanitária, etc. tiveram sobre o seu negócio. Tal consideração é algo já esperado nos relatórios corporativos. O que o ISSB incluirá é a incorporação dos elementos ESG em tal análise. Na dupla materialidade, a empresa apresenta, ainda, o efeito que o seu negócio/produto exerce sobre o ambiente em que está inserida. Embora o ISSB não proíba a divulgação

desta visão adicional, entende que a sua exigência sem um devido preparo anterior através da discussão de conceitos e métricas que fossem acordados como apropriados para realizar tal medição acabaria por tornar os relatórios instrumentos para que as empresas defendam suas posições via comparações/acusações de seus concorrentes, o que reduziria o propósito de indução de comportamento perseguido pelos relatórios. Como o mercado europeu já tem experiência no reporte da dupla materialidade, já prescrito pelo GRI, espera-se que tal requerimento faça parte da regulamentação européia, servindo de base para que a ISSB possa estender o mesmo conceito aos demais países em um momento futuro.

11. Porque o ISSB só está abordando questões climáticas nesta primeira consulta pública? As outras questões ESG não são importantes? – as questões de natureza climática têm precedência em relação aos demais fatores pela sua urgência. O mundo já está vivendo consequências drásticas resultantes da elevação da temperatura do planeta. Decisões precisam ser tomadas a este respeito e estas decisões precisam de respaldo confiável pois não haverá uma segunda chance. Daí a ISSB ter estabelecido o relatório de questões climáticas como o seu primeiro ponto de normatização. Uma segunda razão para tal escolha é o fato de que a abordagem a ser utilizada pelo ISSB (baseada no TCFD) é tem produzido efeitos bastante positivos reconhecidos por um grande número de países, acelerando o processo de normatização/regulamentação. Finalmente, acredita-se que as questões climáticas são transversais... desta forma, ao resolvê-las, já se estará adiantando grande parte das outras questões relacionadas à sustentabilidade.

12. Como o fluxo de regulamentação das ISSBs se dará no Brasil? E qual o papel dos analistas de mercado? – O ISSB não tem poder regulatório no Brasil (ou em qualquer outro país). Para que as normas ISSB sejam requeridas, será necessário um processo equivalente ao atualmente utilizado para as normas contábeis produzidas pela IFRS Foundation. Desde sua criação, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC tem desempenhado o papel fundamental de traduzir a norma IFRS adequando-a à realidade do mercado/regulação brasileira obedecendo a um “devido processo” e oferecendo o Pronunciamento resultante para que os reguladores brasileiros possam recepcioná-lo dentro do seu próprio arcabouço legal. Um fluxo equivalente será seguido pela CBPS – Comissão Brasileira de Pronunciamentos de Sustentabilidade, recentemente criado pela Fundação de Apoio ao CPC para tal finalidade. Os analistas de mercado têm um papel relevante a desempenhar: seu elevado conhecimento téc-

“

As questões de natureza climática têm precedência em relação aos demais fatores pela sua urgência. O mundo já está vivendo consequências drásticas resultantes da elevação da temperatura do planeta. Decisões precisam ser tomadas a este respeito e estas decisões precisam de respaldo confiável pois não haverá uma segunda chance.”

”

nico os coloca em uma posição estratégica como membros integrantes do CPC e do CBPS, maximiza sua contribuição durante o processo de audiência pública/discussão das minutas de normas, ajuda a educar as empresas/agentes de mercado/investidores/formadores/mídia especializada com suas críticas/comentários estimulando mudanças; e promove a estabilidade do mercado. Com tal perfil, os analistas não apenas podem ajudar a regulamentação de relatórios de sustentabilidade, mas também acelerar os efeitos que, de outra forma, consumiria um tempo que não podemos nos dar ao luxo de desperdiçar! **RI**



VANIA BORGERTH

é IIRC Council Member (representando o IBGC); IESBA Board Member; Membro do Comitê de Auditoria do Banco Santander; Prêmio “Profissional do Ano” – Contabilidade - ANEFAC 2022
vborgert@gmail.com



1º ENCONTRO ESG

ENGAJAR PARA TRANSFORMAR

29 de agosto a 01 de setembro | 100% online | Gratuito

Conquistar novos mercados, mitigar riscos, acessar linhas de crédito e falar da agenda climática são apenas alguns dos aspectos que as empresas, profissionais de investimentos e investidores que pensam em sustentabilidade têm como vantagens competitivas nos negócios. É preciso engajar para transformar!

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



PATROCINADORES



THE MEDIA GROUP



PARCEIROS DE MÍDIA



ENTIDADES APOIADORAS

ABRAPP | ABVCAP | AMEC | ANBIMA | ANCORD
FACPC | IBEF SP | IBGC | IBRACON | IBRI

CRIAÇÃO DO **CBPS**

UM GRANDE PASSO PARA NORMATIZAR A DIVULGAÇÃO DE **PRÁTICAS ASG** NO BRASIL

No início de junho, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) fez um anúncio relevante para as empresas, seus *stakeholders* e a sociedade: aprovou resolução criando o **Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS)**. A função do órgão será a de normatizar procedimentos relacionados à divulgação das práticas de sustentabilidade (ambiental, social e de governança - ASG), preparando pronunciamentos técnicos para serem adotados pelos reguladores no Brasil. O novo comitê também responsável por trazer para o Brasil as normas do *International Sustainability Standards Board (ISSB)*, criado em novembro do ano passado pela Fundação IFRS.

por **EDUARDO LUCANO DA PONTE**

O CBPS é uma iniciativa concebida pelo Conselho Curador da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC), tendo em vista o importante papel que terá na caminhada para uma economia sustentável. A criação do Comitê também foi apoiada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), pelo Banco Central e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

O CBPS será composto por dois representantes de cada uma das entidades fundadoras do CPC: Abrasca, Apimec Brasil; B3, CFC, Ibracon e Fipecafi. Deverá receber, ainda, entidades representativas de investidores do mercado de capitais. O Comitê terá 14 membros e quatro coordenadorias, nos moldes do atual CPC.

Nas discussões para elaboração da proposta de criação do CBPS, os curadores consideram que a constituição de um órgão nos moldes do ISSB no Brasil tem o potencial de trazer uma série de benefícios para as empresas e o mercado de capitais entre eles, a elaboração de normas em consonância com os princípios das IFRS, facilitando o entendimento e reduzindo custos na preparação de dados para divulgação.

Foram citados também outros pontos positivos como: maior segurança e clareza na divulgação das informações pelas empresas; padronização de informações a diversos interessados para evitar, principalmente, a dispersão de recursos; tradução das normas para facilitar interpretações e interlocução com os normativos brasileiros; e, homogeneidade nas divulgações.

Por meio do comitê será mais fácil a participação de reguladores, de acadêmicos e instituições do mercado nas discussões de propostas submetidas a audiências públicas em um ambiente colaborativo e com interlocução com o ISSB.

Aliás, o primeiro desafio já está posto. No final de março o ISSB colocou em consulta pública as duas primeiras normas: o IFRS S1, que trata dos requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade; e o IFRS S2, sobre divulgações relacionadas ao clima. O prazo para envio de comentários terminou no dia 29 de julho e serão analisados ao longo do segundo semestre. As normas, de acordo os técnicos da instituição, podem ser publicadas até o final do ano para terem validade a partir de 2023.

As propostas baseiam-se nas recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD) e incorporam requisitos de divulgação baseados nos padrões do *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*.

Os IFRS de sustentabilidade foram desenvolvidos em resposta aos pedidos dos líderes do G20 e da Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO) para melhorar o padrão de informações das empresas sobre riscos e oportunidades relacionadas aos princípios ESG. As propostas estabelecem requisitos para a divulgação de informações materiais sobre as oportunidades e os riscos relacionados à sustentabilidade de uma empresa.

O ISSB inclusive esclarece que, quando as normas forem publicadas, elas se tornarão uma referência global de divulgações sobre sustentabilidade, pois foram projetadas para atender às necessidades de informação dos investidores na avaliação de uma empresa. O ISSB, inclusive, está trabalhando com outras organizações para que esses princípios sejam adotados pelos países que já utilizam a sistemática IFRS.

A criação desse Board pela Fundação IFRS é um grande passo para normatizar a divulgação de dados ambientais, sociais e de governança. Segundo os especialistas existem hoje, cerca de 600 métricas circulando no mercado, o que não permite a comparação de informações entre empresas.

A normatização, portanto, facilitará os investidores a entender os planos das companhias para lidar com diversos riscos, principalmente os ambientais, assim como as metas de governança e políticas sociais, que envolvem colaboradores, fornecedores, clientes e a comunidade onde atuam.

Isso é relevante diante crescimento na alocação de recursos

“

A criação desse Board pela Fundação IFRS é um grande passo para normatizar a divulgação de dados ambientais, sociais e de governança. Segundo os especialistas existem hoje, cerca de 600 métricas circulando no mercado, o que não permite a comparação de informações entre empresas.

”

em empresas comprometidas com os princípios ASG. De acordo com o relatório Gerenciamento de Riscos Globais – 2020 (GRIS), do Fórum Econômico Mundial, os investimentos sustentáveis, atingiram a cifra de US\$ 35,3 trilhões nos cinco principais mercados cobertos pelo relatório (Austrália, Canadá, Europa, Estados Unidos e Japão), o que representa crescimento de 55% em relação ao montante de 2016.

Estamos, portanto falando de um volume expressivo de recursos, que serão fundamentais para financiar o processo de transição das companhias para uma economia de baixo carbono e com mais oportunidades e conforto para a sociedade. **RI**



EDUARDO LUCANO DA PONTE
é presidente executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA).
comunicacao@ibgc.org.br

DINHEIRO & FELICIDADE

Mais dinheiro é igual a mais felicidade? Essa pergunta foi o título do artigo que publiquei nesta seção da Revista RI em agosto de 2013. Nove anos depois, esse ainda é um dos temas que mais me desperta curiosidade acadêmica, por isso resolvi voltar a ele.

por **JURANDIR SELL MACEDO**

Esse primeiro artigo foi atravessado por uma ideia bastante em voga na época, de que existiriam limites relativamente bem definidos do impacto do dinheiro na felicidade. A maioria das pesquisas indicava que, em aumentos de renda até o limite de 15 mil dólares ao ano, a correlação entre renda e nível de satisfação com a vida era muito forte, caindo a partir desse ponto até perder qualquer efeito após 70 mil dólares anuais.

O artigo foi escrito logo depois do lançamento do primeiro World Happiness Report, editado por John Helliwell, Richard Layard e Jeffrey Sachs. O Relatório Mundial da Felicidade chegou em 2022 a sua décima edição e atualmente usa dados de pesquisas globais para relatar como as pessoas avaliam suas próprias vidas em mais de 150 países em todo o mundo.

Nesses dez anos, a publicação ganhou musculatura e profundidade, além de um forte apoio do Instituto de Pesquisas Gallup. Entre seus patrocinadores, estão uma empresa que produz café e outra que produz sorvetes, duas coisas que eu rapidamente associo a felicidade. A título de curiosidade, o país mais feliz do mundo, segundo o relatório, é a Finlân-

dia, enquanto o Brasil está na 38ª colocação em uma amostra de 146 países pesquisados.

Atualmente existem diversos pesquisadores buscando respostas sobre quanto o dinheiro impacta na felicidade. O Questionário de Felicidade Oxford desenvolvido pelos psicólogos Michael Argyle e Peter Hills na Universidade de Oxford é um dos mais conhecidos. São também importantes a Escala de Satisfação com a Vida de Deiner, Emmons, Larsen e Griffin, a Escala de Felicidade Subjetiva de Lyubomirsky e Lepper, a Escala de bem-estar psicológico de Ryff e a Escala Panas de Watson, Clark e Tellegen.

Essas pesquisas partem de perguntas feitas para grupos de pessoas sobre seu nível de satisfação com a vida, pois até agora a única forma de saber o quão satisfeita uma pessoa está com sua vida é perguntando a ela. Existe, portanto, a ideia de que os indivíduos são capazes de relatar sua experiência subjetiva de uma maneira objetiva – e que os resultados podem orientar a sociedade para uma vida melhor. Porém, quanto mais resultados de pesquisas aparecem, menos clara fica a resposta para a questão do impacto da renda sobre a satisfação com a vida.

O crescente interesse pelo tema da felicidade e o universal desejo que as pessoas têm de encontrá-la também estão ligados à busca de um paradigma de sucesso de uma nação que vá além da simples medida de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A Resolução 65/309 de julho de 2001, da Organização das Nações Unidas, foi patrocinada pelo Butão e buscou trazer uma abordagem holística para o desenvolvimento de uma nação focando na busca da felicidade e do bem-estar para medir o desenvolvimento social e econômico de um país.

Parece pouco realista acreditar que podemos ter um crescimento do consumo ilimitado em um planeta limitado. Assim, substituir o paradigma da economia clássica de que os agentes econômicos sempre vão preferir mais renda e mais consumo parece fundamental para a sobrevivência da espécie sapiens neste planeta. Mas será que voluntariamente alguém aceitaria limitar seus ganhos e sua possibilidade de consumo? Ou será que o desejo ilimitado por mais é inerente aos humanos e o paradigma econômico clássico de que sempre queremos mais está correto?

Paul G. Bain, da Universidade de Bath, e Renata Bongiorno, da Bath Spa University, exploraram essa questão em um novo artigo, “Evidence from 33 countries challenges the assumption of un-

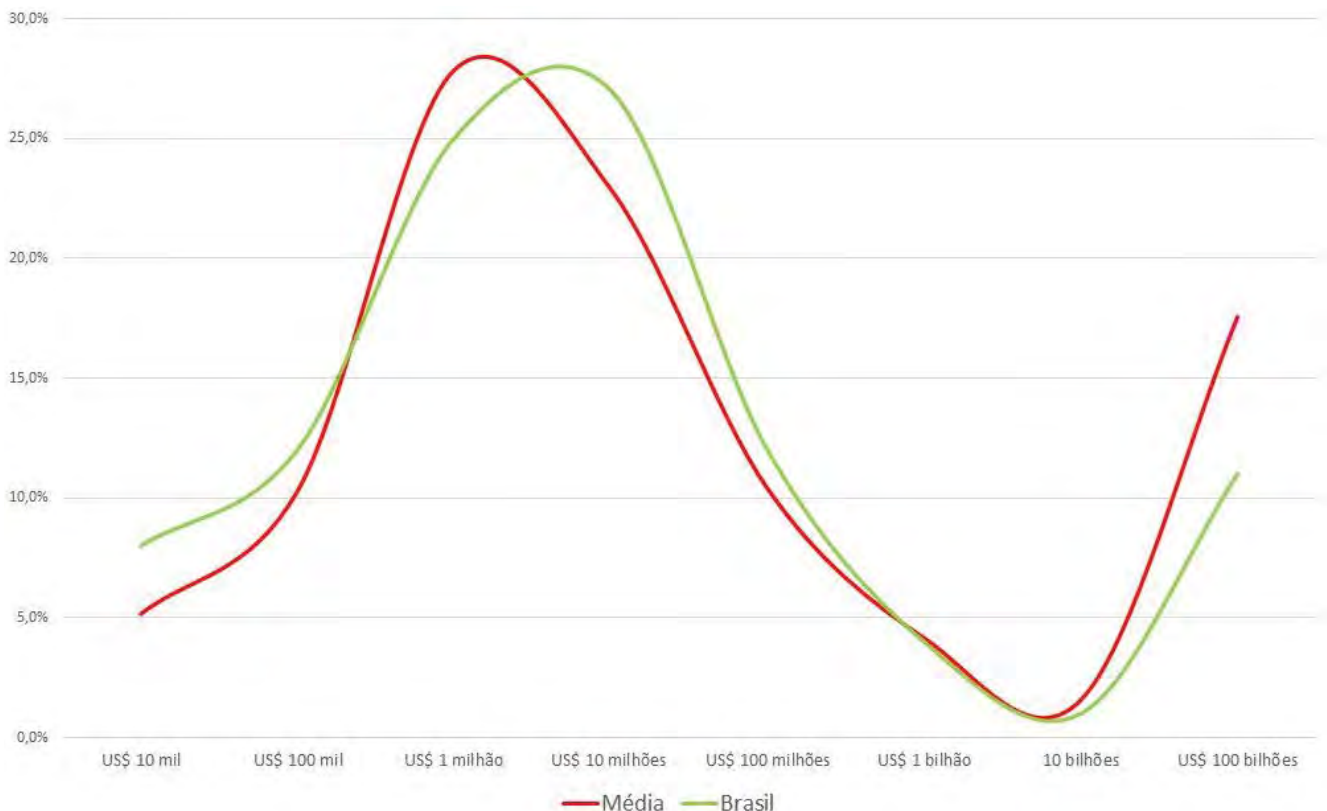
limited wants”, publicado na revista Nature Sustainability.

Os autores trouxeram resultados de duas pesquisas. A primeira incluiu cerca de 2.000 participantes de 12 países: África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, China, França, Índia, Coreia do Sul, Reino Unido, Rússia, Suécia e Estados Unidos. Nessa pesquisa, foram oferecidos oito prêmios hipotéticos aos participantes: US\$ 10 mil; US\$ 100 mil; US\$ 1 milhão; US\$ 10 milhões; US\$ 100 milhões; US\$ 1 bilhão; US\$ 10 bilhões e US\$ 100 bilhões.

Segundo a teoria da utilidade, base da teoria econômica dominante, os agentes econômicos deveriam sempre escolher o maior valor, pois o aumento de riqueza deveria elevar também seu nível de satisfação com a vida. Porém, não foi o que aconteceu.

Na média desses países, apenas 17,6% dos participantes escolheram o valor máximo. No Brasil, apenas 11% fizeram essa escolha. Na verdade, a maioria dos participantes preferiu receber entre US\$ 1 milhão (27,9%) e US\$ 10 milhões (22,9%).

O gráfico abaixo ilustra a escolha média geral e a escolha dos brasileiros pesquisados:





Mesmo considerando que um milhão de dólares é muito mais do que o patrimônio da maioria das pessoas, já é um avanço sobre a percepção de que os humanos têm desejos ilimitados. Esse princípio econômico amplamente aceito sobre a natureza humana representa desafios consideráveis para abordar a sustentabilidade, pois, como já citei, buscar crescimento econômico infinito em um planeta finito é pouco realista.



O segundo estudo citado no artigo de Bain e Bongiorno recrutou cerca de 6.000 participantes de 33 países de diferentes regiões do mundo – Oriente Médio, África, América Central, América do Norte, América do Sul, Ásia, Europa e Oceania. Os resultados médios foram extremamente parecidos. A título de curiosidade, o Reino Unido teve o menor percentual de escolhas do prêmio máximo (13,9%), e a Índia, o maior (39,2%).

Mesmo considerando que um milhão de dólares é muito mais do que o patrimônio da maioria das pessoas, já é um avanço sobre a percepção de que os humanos têm desejos ilimitados. Esse princípio econômico amplamente aceito sobre a natureza humana representa desafios consideráveis para abordar a sustentabilidade, pois, como já citei, buscar crescimento econômico infinito em um planeta finito é pouco realista.

Pessoalmente, concordo com as pessoas que resolvem limitar o valor a receber. Eu adoro viajar de bicicleta, e um dos momentos mais difíceis de uma viagem é escolher o que levar nos alforjes. Se coloco pouca coisa, eles ficam leves e facilitam a pedalada, porém pode faltar algo no caminho. Mas se coloco muitas coisas, sei que vou sofrer pedalando uma bike muito mais pesada.

Acho que na vida algo semelhante acontece com nosso patrimônio. Quando acumulamos muito, tornamos nossa cur-

ta existência neste pequeno planeta azul muito pesada e complicada.

Como planejador financeiro, já acompanhei a vida de pessoas muito ricas, e algumas tinham vidas muito boas. Para outras, me parecia que o dinheiro, longe de ser um facilitador, se tornava um empecilho para a busca da felicidade.

Acredito que o dinheiro deve ser um meio e nunca um fim na nossa vida. Para explicar meu ponto de vista, gostaria que você imaginasse um garçom levando a uma mesa de bar uma bandeja abarrotada de copos de chope para um grupo de amigos.

Quem trouxe o chope foi a bandeja? É óbvio que não. Porém foi a bandeja que ajudou o garçom a trazer a rodada de chope gelado. Acho que o dinheiro é como a bandeja, ele pode ajudar, mas sozinho é incapaz de nos trazer felicidade. **RI**



JURANDIR SELL MACEDO

é doutor em Finanças Comportamentais, com pós-doutorado em Psicologia Cognitiva pela Université Libre de Bruxelles (ULB) e professor de Finanças Pessoais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
jurandir@edufinanceira.org.br



BrazilFoundation
&
Banco Master

APRESENTAM

III GALA MINAS

10 de Agosto de 2022 | Casa Tua



BANCO
MASTER

Patrocinador Diamante

INSTITUTO
GERSON BARTOLOMEO

JOHNNIE WALKER
Blue Label
A BLEND OF SOME OF OUR RAREST WHISKIES

Patrocinadores Platina

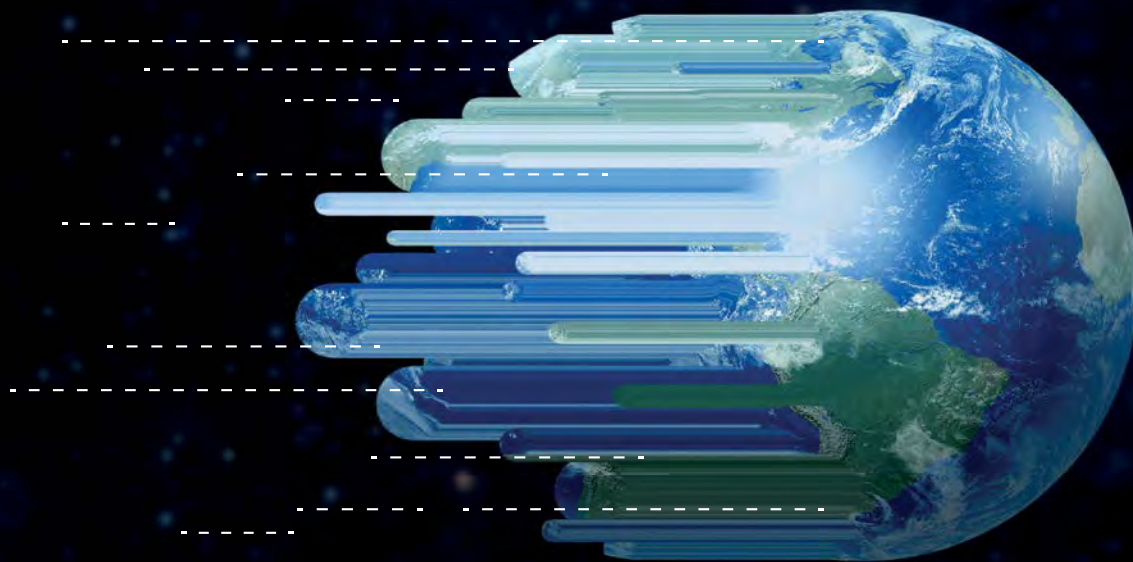
PRIMEY:::U

Patrocinador Prata

www.brazilfoundation.org



Jornada ESG Talks!



A gestão ESG é o novo *mindset*. Empresas, organizações e governos estão sob mais pressão da sociedade que apresenta novos propósitos e reivindicações, num mundo cada vez mais hipermediático. Essa jornada evolutiva nos negócios traz inúmeros desafios às lideranças na transformação da gestão. Exige entender seus riscos e oportunidades, e como contar esse novo *storytelling* com transparência, autenticidade, integridade e afetividade, gerindo sua reputação.

Apresentamos:

Jornada **ESG Talks:** Um Novo *Mindset*



— Araripe
— Borges
— Gaulia

Luiz Gaulia, Sônia Araripe e Anatricia Borges. Três reconhecidos especialistas em ESG/ Reputação, Sustentabilidade e *Storytelling*, se unem na apresentação do *Talks Training* - Jornada ESG: Um Novo *Mindset*. Um *workshop*/treinamento dirigido a lideranças executivas para ajudá-las a melhor trilhar essa jornada.

Informações: soniaararipe@plurale.com.br

23° ENCONTRO DE **RI** DEBATE A **DIGITALIZAÇÃO** DO MERCADO & O **IMPACTO ESG** PARA OS **RI**s



PÁGINA 64

IBRI e TC oferecem curso sobre Valuation para Relações com Investidores

PÁGINA 74

IBRI participa de debate de estudo da MZ sobre Formulário de Referência 2022

PÁGINA 78

CFC cria o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade

PÁGINA 84

23° Encontro de RI debate a digitalização do mercado & o impacto ESG para os RIs

“Em 2022, o IBRI celebra 25 anos. É uma conquista. Estamos bastante contentes, pois é um ano de comemorações”, disse **Geraldo Soares**, Presidente do Conselho de Administração do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) e Superintendente de RI do Itaú Unibanco, na abertura da **23ª edição do Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais**, evento promovido anualmente pelo IBRI e pela **ABRASCA** (Associação Brasileira das Companhias Abertas).

por **JENNIFER ALMEIDA**

O evento foi realizado nos dias 27 e 28 de junho de 2022, no WTC Events Center, em São Paulo, podendo, também, ser acompanhado pela internet e contando com a participação de mais de 500 pessoas.

Ao lado do presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), **Marcelo Barbosa**, Geraldo Soares agradeceu a parceria do Instituto com a autarquia e destacou as discussões com o regulador de temas que afetam a vida do profissional de RI. “Melhoramos vários pontos da regulamentação e isso vai ajudar em mais eficiência e eficácia das informações prestadas”, apontou. Soares lembrou do compromisso do presidente da CVM em diminuir o custo de observância. “Parabéns, isso contribuiu para termos um mercado de capitais melhor”, enfatizou.

O Presidente do Conselho de Administração do IBRI fez menção aos convênios do IBRI com outras entidades do mercado como a B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), ABRASCA, ABVCAP (Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital), APIMEC Brasil (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil), dentre outras, ressaltando que essas parcerias objetivam melhorar o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.



GERALDO SOARES, IBRI e MARCELO BARBOSA, CVM

“Realizamos uma reestruturação muito grande da entidade e estamos preparados para alçar vôos mais altos. Este ano, o Encontro de RI vai ser muito interessante, pois teremos debates sobre temas como ESG e a digitalização do mercado”, adiantou Soares. No que diz respeito a ESG (sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance*, ou em português, Ambiental, Social e Governança), Geraldo Soares informou que atualmente os reguladores estão focados no tema e, com isso, os próximos anos trarão enormes desafios para a área

de Relações com Investidores, especialmente na padronização dessas informações.

O Presidente do Conselho Diretor da ABRASCA e CEO da Cosan, **Luis Henrique Guimarães**, deu as boas-vindas aos participantes e destacou: “este evento foi feito com muito capricho pelas equipes da ABRASCA e do IBRI de forma a ter um aspecto muito importante na área de tecnologia e de sustentabilidade”.

Com o fim do seu mandato na CVM, Marcelo Barbosa fez um balanço de sua gestão e disse estar bastante satisfeito com o resultado do trabalho feito em prol da redução dos custos de observância. “O melhor exemplo veio na Resolução 59/2021, que trata do Formulário de Referência. Quem for trabalhar no próximo Formulário para o ano de 2023 vai perceber o quão mais enxuto esse documento estará. É um avanço extremamente relevante”, declarou.

Outra mudança significativa do Formulário de Referência apontada por Marcelo Barbosa foi a incorporação de informações da agenda ESG. “Essas informações mais detalhadas fazem parte de uma temática que é fundamental e o mercado não aceita não conhecer. É uma questão de manter a nossa competitividade frente a outros mercados”, esclareceu.

Do ponto de vista do profissional de RI, o presidente da CVM acredita que quanto mais informações relevantes sobre essa agenda ESG estiverem disponíveis de forma padronizada no Formulário de Referência mais fácil será o trabalho da equipe de RI de uma empresa emissora, para quando receber uma consulta do mercado. “Ao invés de responder uma a uma, pode simplesmente direcionar para o anexo novo do

Formulário de Referência”, acrescentou.

Barbosa fez menção à padronização dessas informações e a criação do ISSB (*International Sustainability Standards Board*) e explicou: “é uma entidade irmã do IASB (*International Accounting Standards Board*) e vai trabalhar exatamente na construção desses padrões de disclosure na área de sustentabilidade. Já existem consultas ativas nessa área, ou seja, a convergência está vindo e isso vai facilitar bastante o trabalho”, destacou.

Marcelo Barbosa também falou sobre a digitalização do mercado e afirmou que a CVM acompanha com muita atenção os influenciadores digitais. Segundo ele, vários estão fazendo um trabalho de divulgação de informações do mercado de capitais e valores mobiliários e “isso é positivo, pois vai no ângulo da pouca cultura de investimento que temos no Brasil”. No entanto, ele frisou que cabe uma atuação mais assertiva do regulador quando o influenciador desempenha alguma função que depende de autorização da CVM para ser exercida.

Ao final de sua palestra, Marcelo Barbosa agradeceu o convite para participar do evento e enfatizou: “temos potencial para fazer um mercado de capitais no Brasil muito forte e seguro”.

PAINEL 1: O INVESTIDOR PESSOA FÍSICA & MUNDO DIGITAL

Moderado por **Rodrigo Maia**, Diretor-Presidente do IBRI, o primeiro painel do evento propôs o debate sobre “O investidor pessoa física & mundo digital” e contou com as apresentações de **Betina Roxo**, Head de Canais Digitais da XP Inc; **Gabriela Joubert**, Head of Research do Banco Inter; e **Vinícius Brancher**, Superintendente de Negócios Pessoa Física da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).



VINÍCIUS BRANCHER, B3; **RODRIGO MAIA**, IBRI; e **BETINA ROXO**, XP



OSCAR PAULINO, São Martinho; **RENATA OLIVA BATTIFERRO**, IBRI; e **CENIRA NUNES**, Gerdau

Vinicius Brancher fez uma análise da evolução da posição de pessoas físicas na B3 e ressaltou que o número desses investidores na negociação da Bolsa aumentou consideravelmente nos últimos anos. “Desde 2020, a média de investidores que fazem ao menos um negócio no mês está acima de 1 milhão. Esses investidores são responsáveis por 16% do volume de negociação na B3”, apontou.

Na opinião de Brancher, são vários os motivos que fizeram chegar nesse patamar de negócios do varejo, sendo o mais evidente a busca por investimentos mais rentáveis. “O segundo ponto é a experiência digital com a maioria das ordens de negócio do investidor de varejo da B3 pelas plataformas digitais”, esclareceu.

Para chegar a esse patamar muita coisa mudou, como explicou Gabriela Joubert. Segundo ela, no ano de 2007, o investidor pessoa física investia por indicação de alguém, ou seja, “todo mundo estava ali mesmo sem saber o porquê estava ali”. No entanto, atualmente a pessoa física voltou com força e com mais informações disponíveis para ajudar na hora da tomada de decisão de investimento. “Inclusive existem pessoas sérias trazendo boas informações para o público do varejo”, pontuou.

Ainda há o desafio de educar financeiramente o investidor, como Gabriela Joubert ressaltou. “Precisa ter um planejamento e a tecnologia nos ajuda muito”, acrescentou. Para Betina Roxo, educação é a palavra-chave e é preciso aprender a na-

vegar em um mundo cada vez mais repleto de informações.

“Educação hoje passou a ser um ativo para RIs, empresas e investidores”, destacou. De acordo com a executiva da XP Inc, 80% das pessoas buscam informações na internet por meio das redes sociais e cada vez mais surgem novas redes sociais, por isso “temos que estar prontos para qualquer mudança”, complementou Betina Roxo.

Rodrigo Maia enfatizou que o RI de ontem tem que saber de temas como compliance e governança, “mas o RI de hoje precisa saber se adaptar a novas tecnologias”.

PAINEL 2: ESG

“Vamos tratar neste painel da realidade e da prática da temática ESG, bem como o que temos visto a respeito da burocratização”, anunciou **Renata Oliva Battiferro**, Vice-Presidente do Conselho de Administração do IBRI, no início do painel 2: “ESG”. O debate contou com a presença de **Cenira Nunes**, Gerente Geral de Meio Ambiente da Gerdau; **Oscar Paulino**, Gerente Geral de Sustentabilidade da São Martinho; **Rogério Poppe**, Managing Director and Senior Portfolio Manager da ARX Investimentos; e **Ross Kaufman**, Sócio do escritório Greenberg Traurig.

Renata Oliva Battiferro explicou que a sigla ESG tem ocupado grande espaço na vida das empresas, dos RIs e dos investidores. “É um tema que sempre existiu, mas ganhou nova roupagem”, comentou. Segundo ela, é sabido que a companhia é mais valorizada pelo mercado quando estrutura dentro de casa essas

siglas. “O mercado financeiro enxerga segurança naquelas empresas que se comprometem com o tema”, observou.

Para Oscar Paulino, os produtos devem ser utilizados com racionalidade. Segundo ele, a geração mais nova está antenada na temática ESG e se a empresa não se preocupar com isso não vai conseguir reter talentos.

“Não é mais uma opção. Se uma empresa precisar de financiamento cada vez mais irá tropeçar nos princípios ESG”, declarou Ross Kaufman.

Ao ser questionada sobre quais são os principais riscos ESG dentro das companhias, Cenira Nunes citou um grande desafio: “entender que tínhamos que trabalhar com áreas diferentes (Ambiental, Social e Governança), mas que se complementam”.

Rogério Poppe afirmou que a questão ambiental é mais crítica. “Por exemplo, a poluição era também bem forte na década de 1990 e muitas das informações que o ESG exige hoje não estavam disponíveis e era preciso ir procurar as empresas e os RIs para solicitá-las”, recordou. Do ponto de vista de uma gestora de fundos, ele enfatizou que a temática é bastante positiva e, inclusive, aumenta a transparência.

PAINEL 3: A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NAS EMPRESAS E O RI DO FUTURO

A pandemia acelerou o processo de transformação digital nas empresas e este é um tema debatido com cada vez mais frequência dentro das organizações. Sabendo que o RI tam-

bém deve se adaptar a essa mudança de cenário, o painel 3 do evento propôs o debate do tema “A Transformação digital nas empresas e o RI do futuro”.

Eduardo Galvão, Membro do Conselho de Administração do IBRI e Head de RI da CI&T, moderou o painel que contou com as apresentações de **Melissa Angelini**, IR Officer da Procaps Group; **Rodrigo Araújo Alves**, CFO e RI da Petrobras; e **Diego Barreto**, Vice-Presidente Financeiro e de Estratégia do iFood e autor do livro “Nova Economia”.

“Não acreditamos em transformação digital. O que deveria acontecer é uma adaptação ao uso de ferramentas, ou seja, deveria ocorrer nas empresas um processo natural de utilização de ferramentas, conceitos e metodologia para melhorar a produtividade”, afirmou Diego Barreto no início do painel. Ele contou que o iFood é uma empresa nativa digital, mas quando ela nasceu ainda não existia a Inteligência Artificial de forma comercial e acessível como é hoje.

Rodrigo Araújo Alves comentou que a indústria de óleo e gás foi bastante resistente à transformação digital ao longo do tempo. “Em 2016, incorporamos a transformação digital como um dos habilitadores do futuro da companhia no plano estratégico pela primeira vez”, relatou. “Atualmente, a quantidade de inovação embutida no negócio de óleo e gás é muito grande. E isso também é transformação digital”, afirmou.

Melissa Angelini observou que, algumas vezes, a companhia não é tão tecnológica ou acredita que não tem muito a apre-



RODRIGO ARAUJO ALVES, Petrobras; **MELISSA ANGELINI**, Procaps Group; **DIEGO BARRETO**, iFood; e **EDUARDO GALVÃO**, CI&T

sentar para o acionista sobre o tema. “Mas nós como profissionais de Relações com Investidores temos que encontrar o gancho e mostrar para o acionista. Muitas vezes não temos a transformação digital em si, mas temos algumas inovações que também são interessantes”, acrescentou.

Eduardo Galvão indagou quais problemas o profissional de RI gostaria de resolver utilizando a tecnologia. Rodrigo Araújo observou que as Assembleias digitais são um grande desafio para a Petrobras, uma vez que ocorrem diferentes opções de voto em uma mesma Assembleia como voto múltiplo, voto em separado, mudança de proposição, entre outros assuntos. “Este é um desafio para os provedores de Tecnologia da Informação: fazer uma assembleia que tem de tudo um pouco”, destacou.

Para Melissa Angelini, a partir de agora o lado estratégico dos profissionais de Relações com Investidores ficará mais evidente, ou seja, demandas do dia a dia podem ser realizadas com o auxílio da tecnologia, o que fará com o que o profissional de RI tenha mais tempo para analisar a informação e comunicá-la da melhor maneira para o seu público.

“Para definir as prioridades precisamos de coragem. Nós precisamos priorizar as coisas e, para isso, é preciso de informação em tempo real”, concluiu Diego Barreto.

PAINEL 4: TECNOLOGIA E DATA SCIENCE

- A EVOLUÇÃO DO RI DIGITAL

O painel 4 do evento debateu “Tecnologia e data science - a evolução do RI digital” e contou com a moderação de **Rafael Sasso**, Coordenador da Comissão de Inovação Corporativa da ABRASCA. As apresentações foram realizadas por **Roberto Attuch Jr**, Fundador e CEO da OHMResearch; **Felipe Pontes**, Head de Educação Financeira do TC (Traders Club); **Ana Paula Marques dos Reis**, Sócia do escritório BMA Advogados; **José Alexandre Cavalcanti Vasco**, Superintendente de Proteção e Orientação aos Investidores da CVM (Comissão de Valores Mobiliários); e **José Huizar Moreno**, CEO da 2H Software.

“Como o profissional de Relações com Investidores se posiciona neste mundo pós-pandemia? Para debater este tópico que é quentíssimo sobre tecnologia, data science e para onde vai o conceito do novo RI, ou seja, o RI digital, começa hoje uma discussão que acredito que vai se propagar para todos os congressos daqui para frente”, destacou Rafael Sasso no início do painel.

Roberto Attuch explicou como funciona a OHMResearch, uma plataforma de pesquisa que conta com o trabalho de analistas do mundo inteiro, o que só é possível acontecer por meio da tecnologia. “Dentro da plataforma, há o Fórum de RI, lançado em parceria com o IBRI, sendo um ambiente aberto



JOSÉ HUIZAR MORENO, 2H Software; **JOSÉ ALEXANDRE VASCO**, CVM; **ANA PAULA REIS**, BMA Advogados; e **FELIPE PONTES**, TC

onde qualquer pessoa do mercado pode se comunicar 24x7 com os profissionais de RI. É fácil e transparente para o investidor buscar informação oficial. A tecnologia mudou muito. Estamos evoluindo como os dados serão tratados”, destacou.

José Huizar Moreno contou o que a 2H Software está fazendo em relação à padronização de dados em XBRL (do inglês *Extensible Business Reporting Language*) e como o formato de padronização de dados pode ser uma peça importante na transformação do *reporting*. “Estamos ajudando as companhias a melhorar a maneira como preparam seus armazenamentos de dados. Também estamos ajudando reguladores e Bolsas de Valores a receber e processar esses dados baseados no padrão XBRL, bem como as pessoas que consomem essas informações”, explicou.

Moreno comentou que dentro das companhias existem muitos dados de diferentes naturezas como os financeiros e agora também sobre a temática ESG. “O XBRL realmente ajuda na padronização de todas essas informações e oferece um terreno comum para que todas essas informações convivam juntas”, detalhou. Ele enfatizou que “o padrão XBRL permite a comunicação de uma maneira eficiente do ponto A ao ponto B que pode ser entendida tanto dentro quanto fora da companhia”.

Felipe Pontes teceu comentários sobre a utilização de técnicas e modelos data science pelo RI como ferramenta de trabalho “para ir além das informações que ele reporta”. Ele trouxe um exemplo que vem sendo trabalhado dentro do TC (Traders Club), que “aborda o sentimento da ação, ou seja, como é possível identificar esse sentimento em relação às ações de uma empresa de forma mais objetiva”.

Segundo ele, existem várias maneiras de se fazer essa análise e o que eles fazem no TC é criar carteiras baseadas no Scoop, que é o serviço de notícias exclusivas dentro do TC; no Mover, que é o serviço de inteligência de mercado; o sentimento do Twitter; e um combo que une esses três, “isso para mostrar a efetividade desse tipo de análise”, frisou. Com esse modelo de análise, “o RI pode ficar atento não só ao sentimento da sua ação, mas também das suas concorrentes, além de conseguir gerar *insights* sobre comunicação mais efetiva e preparação para eventos como teleconferência de resultados”, afirmou.

Ana Paula Marques relatou como foi a realização de uma Assembleia da empresa no Metaverso e disse estar convencida de que esse é o futuro. “O Metaverso é um ambiente imersivo onde você se sente mais presente e tem uma participação maior”, enfatizou.

A Comissão de Valores Mobiliários participou, em 26 de março de 2022, de evento com o objetivo de apresentar a utilização do metaverso para desenvolvimento da educação financeira, além de procurar demonstrar a importância de acompanhar as tendências que surgem no meio tecnológico. José Alexandre Vasco, superintendente da CVM, comentou, também, sobre iniciativas como ter um perfil da autarquia no TikTok. “Depois do TikTok e das provocações da IOSCO (International Organization of Securities Commissions) começamos a pensar no metaverso. Nós e o RI temos que estar onde o investidor está”, concluiu Vasco.

PAINEL 5: PESQUISA DELOITTE/IBRI - CONTEXTO, MENSAGEM E JORNADA ESG: CRIAÇÃO DE VALOR PELOS RIs

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) e a Deloitte divulgaram os resultados da “Pesquisa Deloitte - IBRI - Contexto, mensagem e jornada ESG: criação de valor pelos RIs” no painel 5, que contou com a participação e moderação de **Rodrigo Lopes da Luz**, Membro do Conselho de Administração do IBRI; e apresentação de **Reinaldo Oliari**, Sócio de Audit & Assurance da Deloitte.



RODRIGO LUZ, IBRI e REINALDO OLARI, Deloitte

“A pesquisa aborda temas voltados ao ESG e padronização, bem como os desafios de comunicação com os investidores. O tema não é novo, só está com nova roupagem. Espero que faça parte do dia a dia das empresas e não seja apenas um *greenwashing*”, destacou Rodrigo Luz no início da apresentação. O conselheiro do IBRI ressaltou a parceria de 15 anos com a Deloitte de “valor inestimável para o Instituto”.

A pesquisa foi realizada junto a 63 empresas, das quais 73%

são listadas em Bolsas de Valores no Brasil ou no exterior e detectou que a pauta ESG é vista como oportunidade de liderança e protagonismo para empresas e profissionais de RI (Relações com Investidores); contudo, somente 37% das organizações têm especialistas no assunto na área de RI e apenas 17% pretendem contratar alguém com esse perfil em 2022.

A pesquisa mostra que 87% das empresas listadas aumentaram o envolvimento e o conhecimento da área de RI nos temas ESG nos últimos 12 meses e discutem questões sociais ou ambientais nas reuniões de Conselho de Administração. Já 60% esperam aumentar o orçamento destinado a ESG para 2022.

A padronização de indicadores ESG é um importante desafio para as organizações, frente às crescentes necessidades regulatórias e de mercado. Também destaca que, com aumento expressivo de investidores pessoa física nos últimos três anos, as empresas pretendem expandir sua comunicação para canais mais abrangentes, como mídias sociais, a fim de alcançar um público cada vez mais pulverizado e diverso.

Segundo a pesquisa, entre as oportunidades para as empresas do País no cenário global atual, 68% indicaram liderança em questões ESG, 56% mencionaram a atração de investidores internacionais e 48% destacaram o ambiente de trabalho híbrido. Para o profissional de RI, a pauta ESG também oferece a oportunidade de maior protagonismo (70%). Os profissionais também identificaram oportunidades de maior governança (65%), amadurecimento da gestão de crises (51%) e adoção de novas tecnologias para acompanhamento do desempenho da empresa (51%).

“A pauta ESG é vista como o grande vetor de oportunidades para as empresas, o que revela que as organizações estão dispostas a abordar esse tema não como um entrave regulatório, mas sim como algo estratégico na direção da geração de valor para o seu negócio. Parcelas importantes de investidores e de consumidores buscam cada vez mais o alinhamento da temática aos objetivos centrais das empresas. Apesar da relevância do assunto, ainda temos um caminho a percorrer: maior entendimento quanto aos impactos sociais e ambientais nas cadeias de produção, estabelecimento de métricas e avanços em termos de padronização e transparência de dados são fatores essenciais para uma melhor comparabilidade, análise e tomada de decisão de investimentos”, afirmou Reinaldo Oliari.

A pesquisa mostra ainda que com o aumento expressivo de pessoas físicas na Bolsa de Valores nos últimos anos e o maior

impacto desse grupo no valuation das organizações, 86% das empresas listadas identificaram a necessidade de intensificar novas formas de comunicação adaptadas para esse público.

“Embora os investidores institucionais tenham maior relevância entre os acionistas das organizações, o volume, a capilaridade e a diversidade de investidores pessoa física fazem com que esse grupo seja visto como cada vez mais influente sobre o valor da empresa. A chegada de novos investidores na Bolsa traz uma sinalização importante quanto aos avanços e o fortalecimento do mercado de capitais brasileiro, bem como reflete a mudança geracional de nossa sociedade. Por outro lado, reforça a necessidade das companhias se estruturarem para o atendimento do novo público e o desafio se torna maior ainda para profissionais de Relações com Investidores, pois precisarão ter ferramentas e meios específicos para se comunicarem com o investidor individual sem deixar de lado o institucional. Comunicação segmentada para diferentes públicos é o caminho para redução da assimetria informacional”, declarou Rodrigo Luz. Para ler a pesquisa na íntegra, acesse o link: <https://pesquisas.lp.deloittecomunicacao.com.br/ibri-2022>

PAINEL 6: INVESTIMENTO EM CRIPTOMOEDAS X INVESTIMENTO EM AÇÕES – TENDÊNCIAS

O painel 6 tratou do tema “Investimento em criptomoedas x investimento em ações – tendências” e teve a moderação de João Accioly, Diretor da CVM (Comissão de Valores Mobiliários); e as apresentações ficaram a cargo de José Alexandre Costa de Freitas, CEO da Oliveira Trust; Nicole Dyskant, Head Global da Hashdex; e Julia Franco, Sócia da área de Societário do Cescon Barriou Advogados.

“O Brasil é hoje um dos países com mais receptividade a este novo mundo de criptoativos. Por que você acha que há tanta adoção de investimentos em criptoativos no Brasil em relação ao resto do mundo?”, questionou Accioly a Nicole Dyskant. Na visão da executiva da Hashdex, “a adoção de criptomoedas no Brasil e na América Latina tem relação com a falta de confiança desses países em sua moeda fiduciária”.

“Com o histórico de altas taxas de inflação e o nosso dinheiro desvalorizando, tudo faz com que tenhamos mais apetite para moedas novas e que prometem a valorização dos ativos que estão totalmente descorrelacionados com a nossa moeda fiduciária”, comentou Nicole Dyskant.

Julia Franco abordou as questões regulatórias e ofereceu a



JOSÉ ALEXANDRE FREITAS, Oliveira Trust;
JOÃO ACCIOLY, CVM; e **NICOLE DYSKANT**, Hashdex

visão do mercado a respeito da atuação da CVM. “Foi muito positivo ver a CVM evoluindo nessa regulação do tema, especificamente com relação aos investimentos em fundos de criptoativos”, comentou. Outra vertente que a autarquia vem atuando e também está evoluindo na regulação, como ela citou, é com relação às ofertas, ou como são conhecidos ICO (do inglês *Initial Coin Offering*), de tokens de uma forma mais abrangente.

“Enxergamos a tokenização de ativos e os investimentos criptomoedas como a terceira via de securitização no Brasil. Passamos por um primeiro movimento via companhias securitizadoras, depois os fundos de investimentos estruturados e agora estamos diante de um momento em que os investimentos em tokens e criptoativos aumentam em progressão geométrica o volume de operações do mercado de capitais brasileiro”, descreveu José Alexandre Costa de Freitas.

PALESTRA DE ENCERRAMENTO

A palestra de encerramento do 23º Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais foi conduzida por **Adriana Dupita**, economista-chefe da Bloomberg, e moderada por **Alexandre Fischer**, superintendente de Operações da ABRASCA.

“O mundo está bastante difícil, mas as captações têm que

continuar acontecendo e o importante é entender o que condiciona esse cenário para as empresas neste momento”, declarou Adriana Dupita.

Durante a apresentação, a economista-chefe da Bloomberg, discorreu sobre inflação e estagnação econômica ao redor do mundo, o cenário interno com alta de juros e inflação bastante elevada.

No que diz respeito ao quadro internacional, ela mencionou que a economia mundial vinha crescendo numa velocidade bastante razoável, perdendo força com a pandemia da Covid-19. Segundo ela, a economia global terá um crescimento mais modesto e as economias emergentes terão um começo de saída desse momento atual mais difícil.

A economia americana enfrenta desafios por conta da alta da taxa de juros e da perda de poder de compra do consumidor, em consequência da inflação. “Tudo isso se retroalimenta e há uma chance de que tenhamos uma recessão no ano que vem. Não uma recessão brutal, mas um ajuste de rota”, acrescentou.

Para a economista-chefe da Bloomberg, “o Brasil é um país de média vulnerabilidade à reversão de fluxo de capital”.



ALEXANDRE FISCHER, ABRASCA e **ADRIANA DUPITA**, Bloomberg

No cenário eleitoral, os temas relevantes para os investidores, *bankers* e analistas estão voltados “para a capacidade do governo em pagar a dívida pública e se as empresas conseguirão gerar crescimento para que o valor justo das companhias suba”, concluiu Adriana Dupita.

A 23ª edição do Encontro de Relações com Investidores e Mercado de Capitais foi patrocinada pelas empresas: B3 (Brasil, Bolsa, Balcão); Banco do Brasil; blendON; Bloomberg; BMA; BNY Mellon; Bradesco; Cescon Barrieu; Datev; Deloitte;

GreenbergTraurig; Itaú Unibanco; Luz Capital Markets - Printer; MZ; Netshow.me; Oliveira Trust; Petrobras; PRISMA; S&P Global; Stocche Forbes; TheMediaGroup; e Valor Econômico.

Para acompanhar as discussões na íntegra acesse os links: 27 de junho de 2022: <https://videos.netshow.me/v/GF1d-G3jYG9w> e 28 de junho de 2022: https://videos.netshow.me/t/Sz_RYysGOEI

Mais informações: <https://encontroderi.com.br/>

23° Encontro de RI tem Painel Comemorativo aos 25 anos do IBRI

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) celebrando seus 25 anos de história realizou o Painel Comemorativo, em 27 de junho de 2022, transmitido pelo canal do Instituto no YouTube. O evento aconteceu antes da abertura da 23ª edição do Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, maior fórum de RI da América Latina realizado anualmente pelo IBRI e pela ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas).

por **JENNIFER ALMEIDA**

“É motivo de grande alegria ter participado da fundação do IBRI. O legado do Instituto é muito interessante. A ideia do painel é falar sobre o que aconteceu nesses 25 anos e, com isso, relatar a história do profissional

de Relações com Investidores e do mercado de capitais brasileiro. Vamos falar, também, sobre as perspectivas para o profissional”, adiantou **Anastácio Fernandes Filho**, fundador, membro do Conselho de Administra-



LUIZ FERNANDO ROLLA; ANASTÁCIO FERNANDES FILHO; NATASHA UTESCHER e EDINA BIAVA

ção do IBRI e também moderador do painel.

O painel contou com a participação de **Edina Biava**, fundadora e membro da Comissão Técnica do IBRI; **Luiz Fernando Rolla**, membro do Comitê Superior de Orientação, Nominção e Ética do IBRI; e **Natasha Utescher**, diretora Vice-Presidente do IBRI. Anastácio Fernandes Filho questionou os participantes sobre quais são os pilares de sustentação do IBRI ao longo dos 25 anos de história e se serão mantidos nos próximos anos.

Na visão de Edina Biava, os valores da entidade irão predominar no futuro. “Nossos valores na profissão de Relações com Investidores sempre foram embasados em ética, conduta, transparência, informação, prestação de contas, entregar o que prometemos para os investidores e analistas, entender o mercado de capitais e levar feedback para a administração da companhia. Entendo que isso tem que permanecer firme na nossa trajetória de RI”, comentou.

Ao complementar a fala de Edina Biava, Natasha Utescher disse que ética e transparência embasam a profissão de RI bem como as condutas e as práticas do IBRI. “Isso não só deve continuar ao longo dos anos, mas deve se fortalecer”, afirmou Natasha Utescher.

Luiz Fernando Rolla observou que “nós começamos a construir esse caminho há 25 anos”, referindo-se aos aspectos ESG (do inglês *Environmental, Social and Governance*;

em português, ASG – Ambiental, Social e Governança). Ele relatou que um grupo de precursores se uniu há 25 anos e entenderam a importância desse relacionamento com os investidores. “Naquela época tínhamos dificuldades para financiar os nossos projetos por conta da incipiência do nosso mercado de capitais e esse *approach* que foi feito desde o início pelo IBRI visava a seguir esses pilares que tanto a Edina Biava quanto a Natasha Utescher ressaltaram. Isso ajudou a construir um mercado sólido que nós usufruímos hoje”, apontou.

“Estamos comemorando os 25 anos e, com base na sustentação desses valores, o IBRI certamente vai comemorar 50 anos”, acrescentou Anastácio Fernandes Filho.

Ao longo do painel, Fernandes fez questionamentos a respeito da tecnologia e seu impacto no dia a dia dos profissionais de RI e também do Instituto; como deve ser o processo de desenvolvimento do RI para atender bem investidores pessoa física, público crescente na Bolsa de Valores brasileira; a importância das parcerias do IBRI com órgãos reguladores e demais instituições do mercado; o papel do RI na temática ESG; dentre outros temas de relevância na história da entidade.

O IBRI É UMA ESCOLA PARA OS PROFISSIONAIS DE RI

A temática ESG está na pauta cotidiana do RI, no entanto, Anastácio Fernandes Filho afirmou que o tema não é novo, ou seja, já existia há 25 anos. “ESG dentro de RI foi sendo incorporado gradativamente. Questões

ambientais e sociais sempre estiveram no dia a dia do RI. Já tínhamos incorporado isso só que agora houve um aumento”, observou Luiz Fernando Rolla. Para Natasha Utescher, o profissional de RI precisa saber falar sobre o tema e, mais importante, ajudar o investidor a saber comparar sua empresa com as demais do setor.

Um ponto abordado no painel foi como o IBRI contribuiu para seu desenvolvimento profissional. “Foi um orgulho ter participado da fundação do Instituto, especialmente no compartilhamento de experiência de um grupo que hoje é muito maior do que aquele do início”, pontuou Edina Biava. Segundo ela, a troca de experiências foi mais extensa, uma vez que “conseguimos levar isso para outras entidades, inclusive, órgãos reguladores. Tenho certeza que vem muita coisa boa por aí”, complementou.

Para Luiz Fernando Rolla, estar presente no painel é um dos frutos de ter participado da história do IBRI. “O Ins-

tituto era um mecanismo de acesso a diversos setores. O IBRI sempre foi uma escola, ou seja, é uma entidade que agrega para as companhias e para os profissionais também”, concluiu.

Natasha Utescher pertence ao grupo de profissionais da nova geração de RIs e destacou: “estou colhendo os frutos do que vocês construíram. O IBRI tem um impacto na minha carreira. Que a gente consiga fazer um trabalho tão bom quanto o que vocês fizeram”, declarou.

Anastácio Fernandes Filho agradeceu a presença e participação de todos ao encerrar o painel. Ele salientou: “o IBRI ocupa um papel relevante na minha carreira. Sempre acompanhei, como fundador, a história do Instituto. Realmente o IBRI é uma escola”, finalizou.

Assista ao painel Comemorativo dos 25 anos do IBRI na íntegra acessando o link:
www.youtube.com/watch?v=RywWGkBTWDg

IBRI e TC oferecem curso sobre **Valuation para Relações com Investidores**

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) e a plataforma para investidores TC realizaram curso “Valuation na prática para RI”, no dia 08 de junho de 2022, das 08:20 às 18:30, no auditório do TC. Profissionais de Relações com Investidores tiveram a oportunidade de ter um dia de imersão presencial no curso “Valuation na prática para RI”. Na ocasião, os participantes puderam aprender conceitos de valuation aplicados a Relações com Investidores, com especialistas do TC e professores com vasta experiência acadêmica. O curso foi estruturado em três aulas, abordando os mais importantes temas de valuation: 1ª aula - Tema 1: Introdução à Análise de Investimentos; Tema 2: Contabilidade Básica; Tema 3: Coleta de Dados Financeiros com a Economatica. 2ª aula - Tema 1: Risco. 3ª aula - Tema 1: Estimativas de Fluxos de Caixa; Tema 2: Modelos de Avaliação de Empresas.

IBRI comemora 25 anos com toque de campanha na B3

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) celebrou 25 anos com toque de campanha na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), em 02 de junho de 2022. A solenidade foi realizada na sede da B3, no centro de São Paulo, e contou com a presença de **Geraldo Soares**, presidente do Conselho de Administração do IBRI, **Rodrigo Maia**, diretor-presidente do IBRI, e **Rogério Santana**, diretor de Relacionamento com Clientes da B3, além de outros convidados.

Geraldo Soares, presidente do Conselho de Administração do IBRI, destaca que “convênios com entidades, reguladores e autorreguladores são fundamentais para alavancar o desenvolvimento da profissão de Relações com Investidores”.

“Há muitos anos temos convênio com a B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) com um ótimo relacionamento e com iniciativas relevantes, como, por exemplo, na área educacional. O toque da campanha na B3 marca um momento histórico no relacionamento entre a Bolsa e o IBRI”, enfatiza Geraldo Soares.

“O toque da campanha na B3 é um marco histórico para o IBRI, que completa 25 anos. Agradecemos a parceria da Bolsa em todo o período. Vamos juntos nessa jornada, de muita vibração e conhecimento”, declara Rodrigo Maia, diretor-presidente do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores).

“Estamos muito felizes em poder comemorar os 25 anos do

IBRI na B3. O trabalho da entidade na formação de profissionais nessa área, na promoção de boas práticas e em discussões de temas relevantes, é de grande importância para a maturidade e constante evolução das empresas listadas e do mercado de capitais”, afirma Rogério Santana, diretor de Relacionamento com Clientes da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

VISITA

Antes do toque da campanha, a Comitiva do IBRI foi recebida por Nilton Neves, Diretor de Negociação Eletrônica da B3, Flávia Mouta, Diretora de Regulação e Enforcement, e Rogério Santana, diretor de Relacionamento com Clientes da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), para uma visita ao Centro de Operações da Bolsa, na Praça Antônio Prado, 48, no centro histórico de São Paulo (SP).

Houve um bate papo sobre o desenvolvimento tecnológico da B3 e a evolução histórica do mercado de capitais no Brasil.

Depois da apresentação, a Comitiva do IBRI se deslocou para o Espaço B3, na Rua Quinze de Novembro, 275, onde ocorreu a solenidade de toque da campanha para comemoração dos 25 anos do IBRI.

Para acompanhar a íntegra da solenidade do toque de campanha na B3 em comemoração aos 25 anos do IBRI, basta acessar: www.youtube.com/watch?v=2oQEOWPMVtw

Mudança na Diretoria de Comunicação e na Coordenação da **Comissão de ESG do IBRI**

Marina de Magalhães Miranda é a nova Diretora de Comunicação e Eventos do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), substituindo **Camilla Ferreira**. **Rosana Avolio** assume a coordenação da Comissão de ESG, substituindo **Regiane Abreu**. O IBRI agradece as contribuições de Camilla Ferreira e Regiane Abreu e deseja sucesso na liderança para a Marina Miranda e para a Rosana Avolio.

Comissão de Valores Mobiliários tem novo presidente e diretores

Foto: Ismar Ingber



JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO, CVM e ANASTÁCIO FERNANDES FILHO, IBRI

Geraldo Soares, presidente do Conselho de Administração do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), e Rodrigo dos Reis Maia, presidente da Diretoria Executiva do Instituto, encaminharam mensagem de agradecimento a Marcelo Barbosa, que terminou sua gestão como presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), e desejaram sucesso ao novo presidente da autarquia, **João Pedro Barroso do Nascimento**.

João Pedro Barroso do Nascimento tomou posse como novo presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), em 18 de julho de 2022, em cerimônia na sede da CVM, no Rio de Janeiro (RJ), sendo o IBRI representado por **Anastácio Ubaldino Fernandes Filho**, membro do Conselho de Administração do IBRI, e **Carla Dodsworth Albano Miller**, diretora Regional Rio de Janeiro do Instituto.

Em 25 de julho de 2022, houve solenidade de apresentação ao mercado dos novos diretores da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), **João Accioly** e **Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo**, sendo o IBRI representado por **Carla Dodsworth Albano Miller**, diretora Regional Rio de Janeiro do Instituto.

João Pedro Barroso do Nascimento tomou posse como novo presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), em 18 de julho de 2022, em cerimônia na sede da CVM, no Rio de Janeiro.

Na correspondência enviada a Marcelo Barbosa, houve o registro que “o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e os Associados do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) agradecem pelo diálogo com o Instituto durante toda a sua gestão. Deixa um relevante legado para o Mercado de Capitais e para área de Relações com Investidores com a redução dos custos de observância, que gera maior eficiência ao mercado bem como foco no que é realmente relevante”.

Na mensagem a João Pedro Barroso do Nascimento, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e os Associados do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) expressam “desejo de sucesso em seu mandato como novo Presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Ficamos à disposição para manter diálogo constante entre o IBRI e a CVM para ações conjuntas de desenvolvimento do mercado de capitais e da área de Relações com Investidores, dentro do propósito do convênio entre as duas entidades desde 2008. Nesse contexto, estruturamos reuniões semestrais com a SEP (Superintendência de Relações com Empresas) e anual com o Presidente e Colegiado da CVM”.

O Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e os Associados do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) enfatizam, também, desejo de sucesso na gestão dos novos Diretores da CVM, **João Accioly** e **Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo**.



12^o ENCONTRO ABRASCA DE CONTABILIDADE E AUDITORIA

para Companhias Abertas e Sociedades de Grande Porte

evento híbrido em 2022 | 29 de setembro
www.encontrodecontabilidade.com.br

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



PATROCINADORES

blendON

bradesco

DATEV

EY

netshow.me

BR PETROBRAS



THE MEDIA GROUP

Valor ECONÔMICO

PARCEIROS DE MÍDIA

ACIONISTA TV

RI

ENTIDADES APOIADORAS

ABRAPP | ABVCAP | AMEC | ANBIMA | ANCORD
APIMEC BRASIL | FACPC | IBEF SP | IBGC | IBRACON | IBRI

IBRI participa de debate de estudo da MZ sobre **Formulário de Referência 2022**

A MZ REALIZOU, EM 14 DE JULHO DE 2022, WEBINAR EM PARCERIA COM O IBRI DIVULGAR O “ESTUDO GLOBAL: FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2022”.

por **RODNEY VERGILI**



No telão: **JOÃO ACCIOLY**, CVM; no palco: **ANA LUCIA PEREIRA**, B3; **CÁSSIO RUFINO**, MZ; **NATASHA UTESHER**, IBRI; **E RAFAEL MINGONE**, IBRI

Cássio Rufino, Diretor Financeiro, de Operações e de Relações com Investidores da MZ, foi o responsável por apresentar alguns dos resultados da pesquisa e mediar o debate.

Natasha Utescher, Diretora Vice-Presidente do IBRI, Rafael Mingone, Diretor Técnico do IBRI, João Accioly, Diretor da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), e Ana Lúcia Pereira, Superintendente de Listagem e Supervisão de Emissoras da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), participaram como debatedores.

O Estudo mostra um panorama geral de informações compiladas em 16 tópicos extraídos dos documentos das 300 empresas com maior volume diário de negociação de ações na

B3. Além disso, houve um recorte com foco nas 89 companhias que fazem parte do Ibovespa e nas 139 empresas presentes no Índice Small Caps. As empresas foram separadas em 20 setores.

A disparidade entre os gêneros é um dos assuntos que chama mais atenção nas constatações da pesquisa. Isso ocorre tanto no que se refere aos cargos de CEO (Chief Executive Officer) e DRI (Diretor/Diretora de Relações com Investidores), como na Alta Administração das companhias de capital aberto.

Dentre as 300 empresas analisadas, apenas 3% de CEOs são do gênero feminino em 2022. Na comparação com os anos

anteriores, os números ainda eram piores, sendo 1% em 2020 e 2,4% em 2021. No que se refere ao cargo de DRI, o número é maior, mas ainda desproporcional, com 10% dos cargos sendo ocupados por mulheres, ficando praticamente estável em relação aos 9% em 2020 e em 2021.

No que tange à Administração, é possível observar as principais profissões, média de idade e, também, com números bem discrepantes, a diferença entre homens e mulheres nos Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva das companhias. Por exemplo, são mais de 2.100 Conselheiros de Administração das 300 empresas, sendo apenas 16% mulheres.

Diante desses dados, Ana Lúcia Pereira, Superintendente de Listagem e Supervisão de Emissores da B3, afirma que: “Nós ainda observamos uma discrepância bem significativa quando se fala em gênero. No entanto, o contexto está bem diferente do que ocorria há 5 anos, especialmente por uma demanda dos investidores, que cobram um compromisso maior das empresas com aspectos ESG (do inglês Environmental, Social and Governance; em português, ASG – Ambiental, Social e Governança). Há uma evolução nessa jornada”.

Segundo Ana Lúcia Pereira, “a B3 acredita que está no caminho certo, tanto como companhia aberta, como na condição de entidade administradora do mercado. Nós temos um compromisso com a evolução de temas como diversidade, equidade e inclusão. Estamos sempre aprendendo e evoluindo. Não estamos onde queremos ainda, mas sabemos onde queremos chegar. Estamos trabalhando muito nesse sentido, pois é necessário para uma sociedade mais justa”.

Ana Lúcia Pereira complementou que “desde 2020, a B3 tem uma meta corporativa de diversidade e inclusão. E desde 2021, nós passamos a definir melhor essa meta. Então, o nosso principal objetivo é aumentar a representatividade de público minorizado. Fechamos esse escopo em mulheres, negros e pessoas com deficiência”.

A Superintendente de Listagem e Supervisão de Emissores da B3 ainda destacou diversas iniciativas de inclusão tanto como companhia aberta, como de ações para fora da empresa, ou seja, para o mercado. Dentre as iniciativas citadas para dentro da empresa estão: Programa Plural e Desenvolvimento PCD (Pessoa com Deficiência), Programa de Estágio com foco em Jovens Negros, além de cinco núcleos de diversidade (gênero, raça, pessoas com deficiência, LGBTI+ e geracional). Como iniciativas para o mercado, foram citadas: o ISE (Índice

de Sustentabilidade Empresarial) da B3, o patrocínio ao Pacto de Promoção da Equidade Racial, a B3 como signatária do Fórum LGBTI+ e o Índice GPTW (Great Place to Work).

Por sua vez, Natasha Utescher, Diretora Vice-Presidente do IBRI, exaltou as iniciativas da B3 e afirmou “que essas ações são fundamentais para uma sociedade mais justa. Precisa ser algo orgânico, não imediato. Vamos mudando o mindset com o tempo”.

Ainda nessa temática, Rafael Mingone, Diretor Técnico do IBRI, ressaltou que “os desafios de diversidade e inclusão precisam ocorrer com suporte em uma transformação cultural, porque sem essa base e educação, nós não conseguimos refletir nas organizações aquilo que a sociedade tem em sua composição”.

João Accioly, Diretor da CVM, enalteceu as iniciativas da B3 e enfatizou a fala de Ana Lúcia Pereira sobre a evolução ocorrida nos últimos cinco anos no que se refere à diversidade. “Não são só membros de minorias que perdem quando eles são preteridos por causa de um preconceito. Nesse caso, a companhia também está perdendo”, declarou.

Em um recorte mais específico, olhando apenas as empresas do Ibovespa, principal índice da Bolsa e que conta com 89 empresas, são 694 integrantes de Conselhos de Administração, sendo 20% mulheres. Nas 75% das empresas do Ibovespa que possuem Conselho Fiscal, são aproximadamente 460 conselheiros fiscais, em que 21% são mulheres. Nas Diretorias Executivas, são cerca de 550 integrantes registrados nos formulários, sendo 15% mulheres.

Rafael Mingone, Diretor Técnico do IBRI, destacou que, ao avaliar o Estudo da MZ, são observadas diferentes abordagens das companhias e setores, especialmente na divulgação de projeções, muito embora existam normas da CVM (Instrução CVM 480 e Resolução CVM 44). “O que se observa é que o nível de transparência também ajuda na melhoria interna da gestão”, declarou.

Natasha Utescher, Diretora Vice-Presidente do IBRI, destacou aspectos a respeito do Raio-X dos Conselhos de companhias abertas. De acordo com Utescher: “As melhores práticas ESG requerem maior presença feminina. A diversidade de gênero é cada vez mais requerida. Os investidores cobram isso. E é algo que se espera das companhias. Nós não observamos ainda isso tão refletido nos números atuais, mas já conseguimos

observar várias iniciativas para o futuro. Todo o ecossistema de companhias abertas está se movimentando para aumentar a presença de mulheres nas organizações. Você precisa mudar a cultura daquele ambiente da companhia para que a mulher se sinta incluída. Ainda há várias situações de preconceito no cotidiano. O IBRI tem ações para impulsionar as mulheres. Por exemplo, desde 2020, nós criamos o IBRI Mulheres para auxiliar, apoiar, dar visibilidade, compartilhar experiências e incentivar a participação feminina no mercado de Relações com Investidores”.

João Accioly, Diretor da CVM, frisou a importância do Estudo e de “ações como essas da MZ, que compilam dados e estejam disponíveis para o público e até para o Estado, para ajudar a avaliar o que deve ser regulado, ou não. É extremamente importante que o regulador conheça esses temas”.

Por fim, Ana Lúcia Pereira, Superintendente de Listagem e Supervisão de Emissores da B3, comentou a importância do Formulário de Referência e solicitou que “as empresas aces-

sem o sistema e façam sugestões para facilitar a prestação de informações”.

Cássio Rufino, Diretor do MZ Group, concluiu o evento, agradecendo a participação dos debatedores e do público na apresentação do “Estudo Global Formulário de Referência 2022” e reforçou que o estudo apresenta, também, informações sobre Auditores, Resultado Líquido, Distribuição de Dividendos, Participação em Sociedades, Projeções, Administração, Comitês, Relações Familiares, Planos de Remuneração baseados em Ações, números de empregados e índice de Rotatividade, além de programas de recompra vigentes em 2022.

Para mais informações sobre o “Estudo Global: Formulário de Referência 2022”: <https://portal.mzgroup.com/estudos-e-artigos/estudo-global-formulario-de-referencia-2022/>

Para assistir ao replay do evento, basta fazer a inscrição por meio do link: <https://portal.mzgroup.com/eventos/frefglobal2022/>

Comitê de Educação da CVM divulga vencedores do 15º Prêmio Imprensa

O Comitê Consultivo de Educação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anuncia os ganhadores do 15º Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor. O Concurso contempla reportagens que orientam sobre educação financeira e mercado de capitais. Os jornalistas receberão certificado, placa alusiva e prêmio no valor de R\$ 3.500,00.

Conheça os vencedores em cada categoria: **Jornal (Cobertura Nacional):** Sérgio Tauhata Ynemine - Matéria: "Aumenta uso de criptomoedas em crimes digitais", publicada no Valor Econômico. **Jornal (Cobertura Local/Regional):** Samuel Pimentel - Matéria: "Mercado exige negócios atentos a fatores sociais, ambientais e de governança", publicada no Jornal O Povo (Fortaleza/CE). **Mídia Digital:** Anna Heloisa de Vasconcelos - Matéria: "Educação financeira deve ser ensinada desde cedo; veja como abordar o tema com crianças", publicada no Diário do Nordeste.

Leia a íntegra das matérias no Portal do Investidor: www.investidor.gov.br/menu/Menu_Academico/Comite_educacao/Iniciativas/15_Premio_Imprensa/vencedores

SOBRE O PRÊMIO IMPRENSA

A premiação busca reconhecer publicamente as reportagens que desempenham a função de orientar os investidores pessoa física, de forma educativa, apresentando conceitos básicos de finanças pessoais, planejamento financeiro e investimentos, ou de orientar os investidores, esclarecendo as características, oportunidades e riscos inerentes ao mercado de capitais. Membros do Comitê de Educação da CVM Comissão de Valores Mobiliários (CVM): Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP); Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias (ANCORD); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC BRASIL); B3 – Brasil, Bolsa, Balcão; Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI); PLANEJAR – Associação Brasileira de Planejadores Financeiros.

Créditos nos programas de educação profissional continuada:
 APIMEC BRASIL - 2 créditos | CFC - 6 pontos | IBGC - 3 créditos
 Pontuação e certificado serão concedidos aos participantes que cumprirem no mínimo 75% de participação (6 horas)

Data e Local

Data: 14 e 15/09/2022 (quarta e quinta-feira) Horário: 8:20h às 12:40h cada dia Local: Evento online em plataforma digital fechada

Programação

14/09/2022 - (quarta-feira)

8:00h - Início do Acesso à Plataforma

8:25h às 8:30h - Início

■ Haroldo Reginaldo Levy Neto - Coordenador Geral - XIX Seminário Internacional CPC

8:30h às 8:50h - Abertura

■ PALESTRANTE - Aécio Prado Dantas Júnior - Presidente - CFC e Membro - Conselho Curador - FACPC

■ PALESTRANTE- Valdir Coscodai - Presidente - Conselho Curador - FACPC

8:50h às 9:00h - Homenagens

9:00h às 10:20h - 1º Painel: IASB comenta temas relevantes - Combinações de Negócios; Covenants; Supplier Finance Arrangements e IFRS 9 - Classificação e Mensuração

■ INTRODUÇÃO - Moderador: Rogério Mota - Coordenador de Relações Internacionais - CPC e Diretor Técnico - IBRACON NACIONAL

■ PALESTRANTE- Tadeu Cendón - Board Member - IASB

■ MODERADOR para Perguntas e Respostas- Rogério Mota - Coordenador de Relações Internacionais - CPC e Diretor Técnico - IBRACON

10:20h às 10:40h - INTERVALO

10:40h às 12:10h - 2º Painel: Reflexões sobre a contabilização de criptoativos

■ INTRODUÇÃO - MODERADOR- Paulo Roberto Gonçalves Ferreira - Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria - CVM

■ PALESTRANTE- Eduardo Flores - Membro Convidado pela CNI - CPC e Membro do Advisory Council IFRS Foundation

■ PALESTRANTE - JOSÉ LUIZ RIBEIRO DE CARVALHO - Vice-Presidente - GLENIF/GLASS

■ MODERADOR para Perguntas e Respostas: Paulo Roberto Gonçalves Ferreira - Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria - CVM

12:10h às 12:40h - ENCERRAMENTO

■ PALESTRANTE- Alexandro Broedel - Trustee - IFRS Foundation

■ Haroldo Reginaldo Levy Neto - Coordenador Geral - XIX Seminário Internacional CPC

15/09/2022 - (quinta-feira)

■ DIA COM TRADUÇÃO SIMULTÂNEA ESPANHOL/PORTUGUÊS

8:00h - Início do Acesso à Plataforma

8:25h às 8:30h - INÍCIO

■ Haroldo Reginaldo Levy Neto - Coordenador Geral - XIX Seminário Internacional CPC

8:30h às 8:50h - Abertura

■ PALESTRANTE em espanhol- Jorge Gil - Presidente - GLENIF/GLASS

8:50h às 10:10h - 3º Painel: ISSB

■ INTRODUÇÃO - MODERADORA: Marta Pelúcio - Presidente - ANEFAC e Membro do Conselho de Vogais - FACPC

■ PALESTRANTE em espanhol: - Arturo Rodriguez - Senior Market Leader for Ibero-America - IFRS FOUNDATION

■ MODERADORA para Perguntas e Respostas - Marta Pelúcio - Presidente - ANEFAC e Membro do Conselho de Vogais - FACPC

10:10h às 10:35h - INTERVALO

10:35h às 12:05h - 4º Painel: Mercado de carbono e outras questões climáticas

■ INTRODUÇÃO - MODERADOR: Sebastian Soares - Coordenador do GT Sustentabilidade - IBRACON

■ PALESTRANTE- Breno Figueiredo - Sócio Fundador - Infrapar Research Ltda

■ PALESTRANTE- Bruna Camargo Ferrari - Mestre em Direito, Especializada em Tributos e Contabilidade Empresarial

■ MODERADOR para Perguntas e Respostas: Sebastian Soares - Coordenador do GT Sustentabilidade - IBRACON

12:05h às 12:40h - ENCERRAMENTO

■ PALESTRANTE- a confirmar

■ PALESTRANTE- Edison Arisa Pereira - Coordenador Técnico - CPC e Presidente - FACPC

■ Haroldo Reginaldo Levy Neto - Coordenador Geral - XIX Seminário Internacional CPC

MAIS INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES ABERTAS NO SITE: WWW.EVENTOS.FACPC.ORG.BR

	PÚBLICO	Até 31/08/2022
Professores e Estudantes		R\$ 220,00
Associados das entidades-membro do CPC, Colaboradores dos Patrocinadores e Assinantes dos Apoadores de Divulgação		R\$ 495,00
Associados dos apoadores		R\$ 830,00
Outros participantes		R\$ 1.380,00



INTERESSADOS EM PATROCINAR O EVENTO PODEM ENTRAR EM CONTATO PELO E-MAIL: SEMINARIOCPC@FACPC.ORG.BR

Realização



Organização



Suporte



Apoio de Divulgação



Coordenação

Edison Arisa, Eduardo Flores, Eliseu Martins, Guillermo Braunbeck, Haroldo R. Levy Neto, Nelson Carvalho, Verônica Souto Maior

Patrocínio Master



Patrocínio Sênior



Patrocínio Pleno



Apoio Institucional

ABEL | ABRACON | ABRAPP | AMEC | ANBIMA | ANCEP | ANEFAC | CRA-SP | CRC-CE | CRC-GO | CRC-MG | CRC-PB | CRC-RS | CRC-SC | CRC-PR | CRC-SP | FEA-RP | USP | FECONTEP | FGV-Instituto de Finanças | IBGC | IBRI | SESCON-SP | SINDCONT-SP | SINDCONT-Rio.

“Prêmio APIMEC IBRI é reconhecimento a boas práticas e iniciativas para um mercado de capitais cada vez mais forte”.

Chris Kearns, do BNY Mellon

“O Prêmio APIMEC IBRI é um reconhecimento de abrangência nacional realizado pela APIMEC Brasil (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil) e pelo IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores). É reconhecimento a boas práticas e iniciativas para um mercado de capitais cada vez mais forte”, afirma **Chris Kearns**, CEO de Depositary Receipts do BNY Mellon.

por **RODNEY VERGILI**

Para **Chris Kearns**, o prêmio é um importante estímulo ao crescimento do setor de Relações com Investidores e uma ótima oportunidade para disseminar boas práticas e iniciativas para um mercado cada vez mais forte, ativo e com regras claras. “No dia a dia do nosso trabalho, ficamos muito próximos da área de Relações com Investidores das empresas. Por entender a relevância dos profissionais para o sistema financeiro, estamos sempre atentos ao que está acontecendo nessa indústria pelo mundo e observamos que o Brasil está bem alinhado com as melhores práticas globais do mercado”, afirma.

Kearns observa, também, que os investidores estão buscando cada vez mais diversificar seu portfólio com ativos globais. “Alguns obstáculos relacionados à liquidez, conversões de moedas, diferenças de práticas em variados países podem desencorajá-los a se aventurar fora de seu mercado local. Assim, algumas modalidades de investimento estão servindo continuamente ao longo dos anos como um facilitador para ampliar o leque de opções de ativos globais para os investidores”, comenta.

Na esteira da diversificação de produtos, o The Bank of New York Mellon disponibiliza serviços de *Depositary Receipts* no Brasil por meio do seu escritório de representação (BNY Mellon), permitindo que empresas brasileiras ofereçam suas ações por meio de ADRS (*American Depositary Receipts*) fora de



CHRIS KEARNS

seus mercados domésticos, e que investidores nos Estados Unidos e demais regiões possam mais facilmente investir nas empresas brasileiras.

“No operacional do negócio, DRs (*Depositary Receipts*) são certificados de ações criados quando um investidor entra em contato com uma corretora (*broker*) para fazer um investimento em uma empresa com programa de DR em um mercado secundário. A corretora pode comprar DRs nesse mercado ou criar DRs comprando as ações dessa empresa na Bolsa de Valores local e entregando os papéis ao banco de custódia local do depositário. O banco custodiante instrui o banco depositário a emitir os DRs e entregá-los à corretora inicial, que, por sua vez, entrega os DRs ao investidor”, comenta Chris Kearns.

O BNY Mellon atua como banco depositário no mercado americano, sendo o principal player do negócio no Brasil com 54% de market share relacionado aos programas de DRs no país, e cerca de 60% na América Latina. A companhia atua, também, como custodiante de alguns programas de BDRs (*Brazilian Depositary Receipts*) como escritório de representação do The Bank of New York Mellon no Brasil.

Em termos de volume negociado, por exemplo, o BNY Mellon é responsável por três programas de DR de companhias brasileiras – Itaú, Bradesco e Ambev – das 10 maiores empresas globalmente. “Isso mostra nossa potência no negócio e o quanto o mercado brasileiro é relevante”, ressalta o CEO.

30 ANOS NO BRASIL

Em 2022, a operação de DRs do BNY Mellon completa 30 anos no Brasil, tendo historicamente oferecido suporte para o desenvolvimento da indústria do mercado de capitais brasileiro, trazendo estruturas inovadoras e complexas para o negócio e contribuindo para o setor se desenvolver junto com o produto.

“Apoiamos ativamente os três grupos essenciais para o sucesso de qualquer programa de DR: o emissor, o investidor e a corretora. Temos profissionais que atuam exclusivamente nessa linha de negócio, fazem análises e fornecem apoio estratégico, o que é um diferencial em relação a outros bancos. Também fazemos estudo de *targeting*, mapeando potenciais investidores que uma empresa pode buscar. Alguns dos nossos clientes estão com o BNY Mellon há mais de 25 anos, o que comprova o valor do nosso serviço e reforça nosso comprometimento com o mercado”, conclui Kearns.

PRÊMIO APIMEC IBRI

O Prêmio é uma realização da APIMEC Brasil (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil) e do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores).



Por entender a relevância dos profissionais para o sistema financeiro, estamos sempre atentos ao que está acontecendo nessa indústria pelo mundo e observamos que o Brasil está bem alinhado com as melhores práticas globais do mercado.



Os vencedores de cada uma das sete categorias do 2º Prêmio APIMEC IBRI foram: (a) Melhor Analista de Valores Mobiliários - Domingos Toledo Piza Falavina; (b) Melhor Casa de Análise de Valores Mobiliários - Banco BTG Pactual; (c) Melhor Casa de Análise Independente de Valores Mobiliários - Eleven; (d) Melhor Profissional de RI - Small/Middle Cap - Natasha Utescher; (e) Melhor Profissional de RI - Large Cap - Geraldo Soares; (f) Melhor Prática e Iniciativa de RI - Small/Middle Cap - Moviada; e (g) Melhor Prática e Iniciativa de RI - Large Cap - Banco Itaú Unibanco.

A votação foi direta e realizada por analistas "Pessoa Física" credenciados e associados pela APIMEC Autorregulação (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais para Autorregulação) e APIMEC Brasil (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil), além de associados efetivos do IBRI.

O 2º Prêmio APIMEC IBRI teve abrangência nacional em sete categorias e contou com o patrocínio das empresas: B3 (Brasil, Bolsa, Balcão); BNY Mellon; Innova - All Around The Brand; Madrona Advogados; MZ; e Luz Capital Markets - Printer.

A solenidade do 2º Prêmio APIMEC IBRI

foi transmitida por canal do YouTube:

www.youtube.com/watch?v=X_a9P1mD5YM

CFC aprova resolução criando o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade

O CFC (Conselho Federal de Contabilidade) aprovou, em 9 de junho de 2022, resolução criando o CBPS (Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade), que terá por função o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre divulgação das práticas de sustentabilidade (ASG - Ambiental, Social e de Governança), preparando pronunciamentos técnicos para serem adotados pelos reguladores no Brasil.

O novo Comitê vai interagir com o ISSB (*International Sustainability Standards Board*), cuja criação foi anunciada pela Fundação IFRS (*International Financial Reporting Standards*) na Conferência das Partes da ONU, a COP 26, em Glasgow, no Reino Unido, em novembro de 2021.

O objetivo do ISSB é fornecer uma linha de base global abrangente de padrões de divulgação relacionados ao tema sustentabilidade, que forneçam aos investidores e outros participantes do mercado de capitais informações sobre os riscos e oportunidades das empresas, para ajudá-los a tomar decisões em melhores bases informacionais.

Edina Biava, membro da Comissão Técnica do IBRI e do Conselho de Vogais da FACPC (Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis), destaca que se caminha “para um alinhamento de base global abrangente de divulgação de informações sobre sustentabilidade para os mercados financeiros, assumindo esse compromisso na COP 26”.

Rodrigo Luz, Conselheiro de Administração do Instituto e membro ouvinte da FACPC, acredita que a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade é um primeiro passo para o fortalecimento das práticas ESG. “O segundo passo será a implementação, por parte das companhias, dos documentos emitidos pelo Comitê sobre a divulgação das práticas de sustentabilidade. Em outras palavras, teremos agora no Brasil pronunciamentos técnicos padronizados a serem adotados pelas empresas”, afirma.

Apesar de já exigir alguns padrões há mais de duas décadas, como o GRI (*Global Reporting Initiative*), Relato Integrado, dentre outros, Rodrigo Luz diz que ainda há uma carência e falta de sintonia entre as diversas práticas adotadas entre as companhias. Segundo ele, o desafio para o profissional de

RI e de áreas de sustentabilidade e até mesmo para a área financeira, provedora dos demonstrativos contábeis, será de aprender, entender e estruturar seus processos internos para que determinados padrões estejam uniformes com as demonstrações financeiras.

“Temos atualmente uma base consolidada de padrão de divulgação das informações financeiras, fruto do árduo trabalho do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), criado em 2005, quando o Brasil adotou as normas internacionais para os padrões de contabilidade. O CBPS caminhará de forma análoga ao CPC e em breve teremos uma padronização e harmonização das práticas de sustentabilidade entre empresas ao redor do mundo”, declara Rodrigo Luz.

Nos últimos anos, mais e mais investidores globais têm direcionado seus recursos financeiros para empresas comprometidas com a agenda ASG (Ambiental, Social e Governança). Segundo o relatório Gerenciamento de Riscos Globais – 2020, o crescimento na demanda por negócios ASG se deve ao desejo de maior transparência, preocupação com questões climáticas e biodiversidade e ao desejo de se promover uma sociedade mais justa com inclusão social e respeito aos direitos humanos.

A agenda ASG ganhou protagonismo no mercado de capitais. A criação de padrões de divulgação das ações das empresas sobre o tema da sustentabilidade tornou-se um imperativo de mercado, que demanda informações comparáveis e verificáveis, frisa Rodrigo Luz.

“Parabenizo o Conselho Federal de Contabilidade pelo relevante passo dado, ao apoio dos órgãos reguladores, como a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), do BCB (Banco Central do Brasil) e da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e demais entidades do mercado que farão parte desta nobre iniciativa”, conclui Rodrigo Luz.

Mais informações:

[https://cfc.org.br/noticias/cfc-aprova-resolucao-criando-o-comite-brasileiro-de-pronunciamentos-de-sustentabilidade/#:~:text=O%20Conselho%20Federal%20de%20Contabilidade,de%20governan%C3%A7a%20e%2080%93%20ASG\)%2C%20preparando](https://cfc.org.br/noticias/cfc-aprova-resolucao-criando-o-comite-brasileiro-de-pronunciamentos-de-sustentabilidade/#:~:text=O%20Conselho%20Federal%20de%20Contabilidade,de%20governan%C3%A7a%20e%2080%93%20ASG)%2C%20preparando)

IBRI apoia ofício sobre a necessidade de preservação da **Lei das Estatais**

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) apoia o Ofício enviado a lideranças dos Poderes Executivo e do Legislativo, incluindo, presidências da Câmara e do Senado, em que alertam para o risco de retrocessos que uma eventual alteração na Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) pode gerar. Além do Instituto, o Ofício conta com o apoio das entidades do mercado: AMEC, APIMEC Brasil, IBGC e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Para as entidades, as investidas contra a legislação visam a desidratação dos requisitos e vedações para a ocupação de cargos de membros de Conselho de Administração e de Diretoria. Leia o Ofício enviado na íntegra no link: www.ibgc.org.br/blog/riscos-retrocesso-lei-estatais-preocupa-entidades

IBRI apoia o 4º episódio do podcast “**Mercado S/A**”

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) apoiou o lançamento do 4º episódio do podcast “Mercado S/A” com o tema: “**Métricas em RI**”. O convidado desta rodada foi **Phillipe Casale**, membro do Conselho de Administração do IBRI e Head de Relações com Investidores da Raízen. A entrevista do podcast foi conduzida pelo CEO da Ten Meetings, **Rafael Wajnsztock** e abordou boas práticas e dicas para organizar, monitorar e aplicar métricas da área de Relações com Investidores trazendo bons resultados para a equipe e para a empresa.

O episódio está disponível no link: www.youtube.com/watch?v=zX2CVooCuGo



RAFAEL WAJNSZTOK e PHILLIPE CASALE

IBRI apoia painel setorial de **Construção Civil e Properties** realizado pelo **TC**

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) apoiou o Painel Setorial de Construção Civil e Properties realizado pelo TC, no dia 23 de junho de 2022, das 08:20 às 18:00, no auditório do TC. Na ocasião, o time de especialistas de Equity Research do TC Matrix convidou para o painel as principais empresas do setor e entidades relacionadas: FII residencial da VBI, São Carlos, Mitre, Tecnisa, Cury, Direcional e Helbor. O evento foi uma oportunidade de trocar experiência com todas essas empresas, associações e profissionais especializados na área.

Solenidade do **3º Prêmio APIMEC IBRI** ocorrerá em 07 de dezembro de 2022

O Prêmio APIMEC IBRI foi instituído com o objetivo de destacar profissionais, empresas e órgãos que contribuam significativamente para o aprimoramento técnico e o desenvolvimento do mercado de capitais. Além de estimular o crescimento das áreas do setor e disseminar boas práticas e iniciativas por meio da valorização dos profissionais do sistema financeiro, o Prêmio almeja ter um mercado de capitais cada vez mais forte, ativo e com regras claras em sintonia com as melhores práticas. A cerimônia de Premiação do 3º Prêmio APIMEC IBRI ocorrerá em 07 de dezembro de 2022, a partir das 18:30.

Novos Associados do **IBRI**

Alessandra Paschoalini Sigueta (BANCO J.P. MORGAN); **Alexander Salz** (2H SOFTWARE); **Ana Figueiró Pinheiro** (LOCALIZA); **André Junqueira Ferreira** (AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS); **Andrea Manski Krongold Lustig** (BANCO J.P. MORGAN); **Andreza Carvalho** (TAMBASA ATACADISTA); **Beatriz Toledo** (AEGEA SANEAMENTO); **Bernardo Lacerda Daniel** (RAÍZEN); **Carla Radicchi** (COPASA); **Carolina Almeida** (LUZ CAPITAL MARKETS); **Christian Pedrassolli Bubeck**; **Cristina Carvalho Guedes**; **Eduardo Marcelo de Oliveira** (PORTO SEGURO); **Fernanda Rey** (LUZ CAPITAL MARKETS); **Fernando Marinho Fernandes** (GRUPO PARDINI); **Guilherme de Biagi Pereira** (RESTOQUE); **Guilherme Kopke Nascimento** (TIM BRASIL); **Gustavo Scarnera De Cini** (PORTO SEGURO); **Jean Almeida Vieira** (TEN MEETINGS); **João Vitor Varricchio da Silva** (POSITIVO TECNOLOGIA); **Juliana Abreu Rio Tinto de Matos** (PROFARMA); **Letícia Bonjovani Siqueira** (AEGEA SANEAMENTO); **Mateus Vieira Souto** (COPASA); **Matheus Braga** (TEN MEETINGS); **Matheus Perdigão Rosa**; **Nicolas Magarian Costa** (RESTOQUE); **Oswaldo Raimundo Rodrigues** (COPASA); **Pedro Carvalho** (AEGEA SANEAMENTO); **Raffaella Piccolo** (VDV ADVOGADOS); **Rodrigo Machado Gelain** (SLC AGRÍCOLA); **Roger Nickhorn** (PBG); **Rogério de Souza Silva Pinto** (COPASA); **Victor Conde Valladares Camiña** (AZUL LINHAS AÉREAS); e **Victor da Conceição Betini Ferreira** (MORROW SODALI).



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Presidente: Geraldo Soares Leite Filho (ITAÚ UNIBANCO) | Vice-Presidentes: Guilherme Setubal Souza e Silva (DEXCO); e Renata Oliva Battiferro (GERDAU) | **Conselheiros:** Anastácio Ubaldino Fernandes Filho (AEGEA SANEAMENTO); Diego Carneiro Barreto (IFOOD); Eduardo Pavanelli Galvão (CI&T); Fernando Foz de Macedo; Guilherme Luiz Nahuz (HAPVIDA); Philippe Casale (RAÍZEN); Rafael Olegário da Costa (CELESC); Rodrigo Lopes da Luz; e Sandra Calçado (LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL).

DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente: Rodrigo dos Reis Maia | **Diretora Vice-Presidente e Diretora Regional São Paulo:** Natasha Utescher (DEXCO) | **Diretora Regional Minas Gerais:** Marina de Magalhães Miranda (LOG COMMERCIAL PROPERTIES) | **Diretora Regional Rio de Janeiro:** Carla Dodsworth Albano Miller (PETROBRAS) | **Diretor Regional Sul:** Alceu Demartini de Albuquerque (GRENDENE); | **Diretor Técnico:** Rafael Siqueira Mingone (GERDAU) | **Diretora de Comunicação e Eventos:** Marina de Magalhães Miranda (LOG COMMERCIAL PROPERTIES).

O Metaverso vem aí...

e está mais próximo do que você imagina

Você, assim como eu, já deve ter ouvido falar no Metaverso. Essa expressão que está correndo o mundo ficou popular ainda em 2021, quando o Facebook se transformou na “Meta” e anunciou que seria uma empresa presente no metaverso em até cinco anos. O metaverso é uma espécie de realidade paralela e, em algumas situações, ficcional, onde é possível vivenciar experiências de imersão, com o objetivo de reproduzir a sensação de realidade.

por **MAURO INAGAKI**

Em níveis maiores ou menores, muitos de nós já experimentamos, de certa forma, essa sensação por meio dos games. O que as torna mais ou menos próximas da experiência do metaverso é o grau de imersão e a forma como transmitem o realismo para os usuários.

Diferente do que muita gente imagina, esse conceito não é tão novo como parece. A ideia surgiu lá em 1980 com o livro *Snow Crash*, na época da literatura cyberpunk.

Ao ler algumas reportagens sobre o assunto, encontrei uma matéria com Paulo Ossamu, diretor executivo de tecnologia da Accenture na América Latina concedida à Reuters. Em uma das declarações, ele disse que o metaverso causará impactos no Brasil já nos próximos dois anos.

Você deve ter se questionado: em quais aspectos? Neste artigo, optei por me concentrar apenas na forma como trabalharemos.

O que eu posso contar e adiantar é que trabalhar será diferente. Um fato que comprova essa tendência de mudanças é que, em muitas organizações, os processos de recrutamento e entrevista no metaverso já são uma realidade. Para o bilionário e fundador da Microsoft, Bill Gates, em dois ou três anos, a maior parte das reuniões online acontecerá dentro do metaverso.

“

Um fato que comprova essa tendência de mudanças é que, em muitas organizações, os processos de recrutamento e entrevista no metaverso já são uma realidade.

”

A Meta, que deu o pontapé inicial nessa história toda, já criou escritórios infinitos que, por meio de avatares, aproxima todas e todos que, mesmo distantes, podem estar no mesmo ambiente ouvindo e falando como se estivessem no escritório físico.

As multinacionais Samsung e Hyundai, por exemplo, já realizaram feiras de emprego em um programa no metaverso chamado “Gather Town”, que, além de alcançar novos públicos, permitiu que pessoas de diferentes lugares do mundo participassem do evento.



Embora o metaverso possa trazer grandes benefícios para a sociedade, muito se fala sobre os desafios que ainda estão por vir. Entre eles, posso citar um bastante relevante que é o contato de grandes empresas com o público que vai utilizar o metaverso. Atualmente, a média de idade dos CEOs no Brasil é de 58 anos. Já a geração que mais investe no metaverso tem a média de 24 anos.



E esse cenário vai muito além disso. Marcas como Tik Tok, Amstel, Big Brother Brasil e muitas outras já criaram suas próprias experiências no metaverso, o que pode abrir espaço para novas profissões e novos formatos de trabalho no mundo digital.

O CEO da JobConvo, startup de recrutamento e seleção por meio de inteligência artificial, Ronaldo Bahia, foi muito feliz ao dizer que “tecnologias semelhantes ao metaverso podem ajudar as empresas e pessoas a organizarem a maneira como trabalhamos, e a sociedade, de maneira mais produtiva.

O CAMINHO DAS PEDRAS

Embora o metaverso possa trazer grandes benefícios para a sociedade, muito se fala sobre os desafios que ainda estão por vir. Entre eles, posso citar um bastante relevante que é o contato de grandes empresas com o público que vai utilizar o metaverso. Atualmente, a média de idade dos CEOs no Brasil é de 58 anos. Já a geração que mais investe no metaverso tem a média de 24 anos.

Ou seja, existe um longo caminho a percorrer nesse sentido. Há a necessidade clara de uma integração do mercado e isso depende das pessoas. São elas que vão abrir as portas para que essa vivência no mundo digital aconteça da melhor forma possível.

Para Jansen Moreira, CEO da Incentive.me, o metaverso é uma camada diferente da realidade que estamos vivendo

e está nascendo agora. Esse é o momento para as pessoas aprenderem mais sobre ele e isso vai muito além dos ambientes imersivos.

Estamos falando de tecnologia, de inovação, de criatividade, de acessibilidade, segurança, investimento, conhecimento e socialização. Uma frase da revista de tecnologia Wired definiu bem que “falar sobre o que significa ‘o metaverso’ é um pouco como ter uma discussão sobre o que significava ‘internet’ nos anos 1970”.

São poucas certezas, mas muitas especulações e muitas apostas. Ficar de olho no assunto, nesse momento, é a melhor opção. Afinal, até mesmo quem estuda o assunto está buscando conhecimento para compreender melhor como todo esse universo irá mexer com as nossas vidas.

Foi assim com a internet, está sendo assim com o metaverso e, muito provavelmente, em alguns anos estaremos falando sobre o que vem por aí. **RI**



MAURO INAGAKI

é fundador e CEO da b2finance. Movido a inovação e tecnologia, é um profissional com mais de vinte anos de experiência nas áreas de auditoria, contabilidade, processos empresariais e projetos com grandes companhias do mercado.
mauro.inagaki@b2finance.com

Quando se trata de informação você prefere velocidade ou credibilidade?



O Valor PRO oferece os dois e muito mais.

Com notícias dos bastidores do mercado, ferramentas analíticas e informações completas sobre finanças e negócios, o **Valor PRO** é um serviço de informações em tempo real que une toda a velocidade que o mercado exige à credibilidade do **Valor Econômico**.

SOLICITE UMA DEMONSTRAÇÃO.
valorpro.com.br | 0800-003-1232

Valor PRO

Versátil como o mercado.
Confiável como o Valor.



[B]³ = [Co.(Ne).Xão]³

Com a B3, a bolsa do Brasil, sua empresa pode investir num ativo valioso: a troca de experiências.

Trocar experiências é uma ótima maneira de fortalecer seu negócio. Por isso, a B3, a bolsa do Brasil, criou o Conexões de Valor. Uma iniciativa para que empresas listadas ou não, se conectem, troquem ideias e aprendam umas com as outras. Assim, ganham as empresas, a economia e o mercado.

Saiba mais: <https://saibamais.b3.com.br/conexoesdevalor>

**Conexões
de valor**

[B]³